

**ANA PAULA DORNELLES SCHANTZ**

**LIBERTOS NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO: PORTO ALEGRE E VIAMÃO  
NO FINAL DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX**

**Salvador – BA**

**Julho, 2009.**

ANA PAULA DORNELLES SCHANTZ

**LIBERTOS NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO: PORTO ALEGRE E VIAMÃO  
NO FINAL DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós –  
Graduação em História Social da Universidade  
Federal da Bahia, como requisito parcial para a  
obtenção do grau de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. João José Reis

Salvador – BA

Julho, 2009.

ANA PAULA DORNELLES SCHANTZ

**LIBERTOS NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO: PORTO ALEGRE E VIAMÃO  
NO FINAL DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós –Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Social.

Aprovada por:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. João José Reis (orientador)  
Universidade Federal da Bahia

---

Profª Dra. Sharyse Piroupo do Amaral  
Universidade do Estado da Bahia

---

Profª Dra. Gabriela dos Reis Sampaio  
Universidade Federal da Bahia

Salvador, julho de 2009.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, por ter me acolhido, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa que me foi oferecida e que tornou esta pesquisa possível.

Ao professor João José Reis, que me deu a honra de ser meu orientador, agradeço pela paciência e generosidade. Não sei dizer onde aprendi mais: se foram em suas aulas ou em nossas sucintas, mas extraordinárias, conversas. Sei o quanto ele apostou em mim e entendeu as dificuldades que passei durante o curso de Mestrado. Agradeço imensamente pelo apoio e pela oportunidade. Pela paciência e preocupação que tiveram comigo, agradeço também às coordenadoras do PPGH/UFBA, Maria Hilda Baqueiro Paraíso e Lígia Bellini.

Agradeço também aos meus primeiros orientadores, Eduardo Neumann e Fábio Kuhn, por me iniciarem na pesquisa histórica e me fazerem apaixonar por história colonial do Brasil.

Sou especialmente grata ao professor Paulo Staudt Moreira, por me haver cedido seu banco de dados de cartas alforrias. Agradeço também à Vanessa, do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, pois sua ajuda foi fundamental para essa pesquisa.

Às amigas que fiz em Salvador, Katemari Rosa e Patrícia Sanches, agradeço pela sincera e infinita amizade. Sem elas, minha vida soteropolitana não teria sido a mesma. Aos amigos que foram me visitar e encheram meu minúsculo apartamento de muitas gargalhadas: Anelise Schantz, Celeste Fabrício, Dominic Labrie, Gérson Fraga e Clarisse Jacques, obrigada. Agradeço às amigas Wanda e Ruth, por abrirem suas casas para mim, e agradeço também à minha sogra, Flávia, por me acolher nas minhas estadias porto-alegrenses. Ao amigo Adelino, agradeço a ajuda com o tratamento de imagens e as longas madrugadas de companhia. Gostaria de agradecer também às minhas amigas do coração Clarisse e Fiorela, que contribuíram diretamente para o término dessa dissertação.

Agradeço aos meus queridos pais, Ana Zilá e Aiglou, pelo suporte financeiro e emocional durante a confecção deste trabalho, pela preocupação com minha educação e

pelo amor que me deram durante toda a minha vida. À minha irmã, Anelise, com quem sempre exercitei a tolerância ao diferente, agradeço pelo apoio e pela lealdade.

Por fim, agradeço àquele que se tornou a pessoa mais importante da minha vida, por seu companheirismo, sua generosidade, sinceridade e compreensão nos difíceis momentos, Bruno. Se não fosse por ele, este trabalho não teria chegado ao fim. Obrigada por acreditar e por estar sempre ao meu lado.

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é estudar a vida dos *libertos* de Porto Alegre e Viamão, Rio Grande do Sul, destacando e tentando entender aspectos importantes de seu cotidiano, como relações familiares, sociais e econômicas. Para isso, me vali do estudo de trajetórias individuais e do estudo quantitativo daquele grupo na segunda metade do século XVIII e início do século XIX. Interessou-me descobrir quem foram essas pessoas, de onde vieram, quantos anos tinham, se eram casados ou solteiros, se tinham filhos, o que faziam para viver, se tinham bens, se possuíam escravos, onde moravam, com quem moravam, quais estratégias utilizavam para ascender socialmente e onde, ao morrerem, eram enterrados. Entre os principais resultados está a constituição de um perfil demográfico desses libertos, a partir do qual constatei que a maioria era constituída por mulheres, embora a maioria dos escravos fosse constituída por homens. Além disso, por ser o Rio Grande do Sul um território de ocupação recente, verifiquei que a maioria dos libertos tinha origem africana, ao contrário de outras partes mais antigas do Brasil, onde os crioulos eram maioria. Apesar dos africanos da região Centro-Ocidental africana ser a maioria entre os libertos, proporcionalmente, eram os provenientes da África Ocidental que conquistavam mais alforrias. Além disso, constatei também que a maioria dos libertos se encontrava em idade fértil e produtiva. No que diz respeito às relações sociais, constatei que a maioria dos forros era casada e que tinham forte tendência à endogamia étnica; que poucas mulheres tiveram filhos e que aquelas que tiveram deram a luz a apenas uma criança, na sua maioria. Além disso, verifiquei que a maioria dos forros preferiu padrinhos brancos para batizar seus filhos, como uma estratégia de ascensão social. Em relação à situação econômica, constatei que a maioria dessa população, apesar de desprovida de bens, conseguia manter-se economicamente; porém, em tempos de crise e de vulnerabilidade, muitos mudavam-se para casas de brancos e de outros forros, constituindo relações de agregamento que, em alguns casos, acabavam indo além de uma relação puramente econômica e se constituía relação de solidariedade e cooperação. Além disso, concluí também que, apesar de suas precárias condições de moradia, esses indivíduos de cor pareciam ocupar todos os cantos da freguesia de Porto Alegre, ou seja, o local de moradia não parecia refletir tão claramente suas condições sociais. No entanto, na hora da morte, a diferenciação era clara, cabendo àqueles com melhores condições econômicas os espaços privilegiados de

enterro. Ao longo do trabalho utilizei fontes paroquiais, inventários *post-mortem*, testamentos e cartas de alforria.

**Palavras-chave:** *escravidão – libertos – Rio Grande do Sul Colonial.*

## ABSTRACT

The goal of this work is to study freed persons in Porto Alegre and Viamão, Rio Grande do Sul, highlighting and trying to understand important aspects of their daily life, such as family ties, and social and economic relationships in which they got involved. In order to do so, I studied both the life courses of some of these individuals as well as quantitative data about the population to which they belonged, focusing specifically on the second half of the 18th century and beginning of the 19th. It was my goal to find out who were these people, where did they come from, how old were they, whether they were married or single, whether they had any children, what they did for a living, whether they owned real estate property or slaves, where they lived, what strategies they eventually deployed to improve their social status, and, once dead, where they were buried. Among the main results of my work is a demographic analysis of freed people, by means of which I observed several interesting things, such as the fact that most of them were made up of women, even though most of the slaves at that time were men. Moreover, probably because the Rio Grande do Sul region had been recently populated, I noticed that most freed persons had African origins, unlike other parts of Brazil, specifically earlier settlements, where *crioulos* were the majority. Also, I found that even though most of African freedman were originally from the Central-Western African region, when considered in proportional terms the ones coming from Western Africa were the majority. I also found that most individuals in this group were at their reproductive and productive ages. With respect to social relations, I found that the majority was married, and presented a considerable tendency towards ethnic endogamy, and that few women had children, and those who did it usually gave birth to just one child. Moreover, most people of color seemed to have preferred white godfathers for their children as a mechanism of social climbing. With regards to their economic status, very few had any property at all. Even though most were able to live by themselves, in times of crisis and economic vulnerability, it was fairly common for them to move in with white people or others like themselves, sometimes consolidating relationships that went beyond mere economic interest, and involved solidarity and cooperation. Finally, I noticed that, although most people in the group lived in very poor conditions, they seemed to occupy all regions of the city of Porto Alegre, thus suggesting that the specific location of their households did not necessarily provide a good index of their



social status. Death, however, made that distinction much clearer, for those with better social conditions were buried in privileged spots. For this work, I made use of ecclesiastical sources, wills and postmortem inventories, and manumission records.

**Keywords:** *slavery – freedmen– Colonial Rio Grande do Sul.*

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo 1</b>	
<b>Perfil dos libertos</b>	<b>23</b>
<b>Homens e mulheres</b>	<b>25</b>
<b>Cor e origem</b>	<b>29</b>
<b>Idade</b>	<b>39</b>
<b>Capítulo 2</b>	
<b>Relações familiares e sociais de libertos</b>	<b>44</b>
<b>Casamento</b>	<b>44</b>
<b>Filhos</b>	<b>56</b>
<b>Relações de compadrio</b>	<b>60</b>
<b>Relações de agregamento</b>	<b>65</b>
<b>Capítulo 3</b>	
<b>Situação econômica dos libertos</b>	<b>68</b>
<b>Posse de bens e de escravos</b>	<b>68</b>
<b>Ofícios e renda</b>	<b>81</b>
<b>Morada na vida e na morte</b>	<b>86</b>
<b>Relações de agregamento</b>	<b>93</b>
<b>Conclusão</b>	<b>97</b>
<b>Fontes e bibliografia</b>	<b>99</b>

## TABELAS, GRÁFICOS E MAPAS

### Tabelas

Tabela 1 – Escravos pardos, crioulos e mulatos nos róis de confessados de Porto Alegre e Viamão - registros com denominação (1778-1782)	32
Tabela 2 – Freguesias de nascimento de pardos e crioulos (1751-1808)	38
Tabela 3 – Estado civil dos libertos (1752-1808)	48
Tabela 4 – Casamento de libertas (1752-1808)	51
Tabela 5 – Casamento de libertos (1752-1808)	52
Tabela 6 – Mulheres forras com e sem filhos (1751-1808)	58
Tabela 7 – Número de filhos por mulheres (1750-1808)	59
Tabela 8 – Padrinhos escolhidos por libertos para seus filhos (1750-1808)	64
Tabela 9 – Valores dos inventários de libertos (1780-1808)	70
Tabela 10 – A posse de escravos por libertos (1751-1808)	78

### Gráficos

Gráfico 1 - População liberta segundo sexo e cor da pele (1751-1808)	26
Gráfico 2 - Proporção entre libertos e escravos em Porto Alegre (1779-1782)	28
Gráfico 3 – Idade de libertos, segundo sexo, em Porto Alegre (1779-1782)	41
Gráfico 4 – Estado civil da população liberta (1751-1808)	47
Gráfico 5 – Libertos em fogos próprios ou como agregados em fogos de terceiros em Porto Alegre e Viamão (1776-1792)	95

### Mapas

Mapa 1 – Campos de Viamão	24
Mapa 2 – Planta de Porto Alegre no ano de 1772.	88

## **ABREVIATURAS**

AHCMPA Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

APERS Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a vidas dos indivíduos *libertos* (ex-escravos) de Porto Alegre e Viamão (Rio Grande do Sul), buscando entender aspectos importantes de seu cotidiano, como relações familiares, sociais e econômicas. Para isso, me vali do estudo de trajetórias individuais e do estudo quantitativo daquele grupo, na segunda metade do século XVIII e início do XIX. Interessou-me descobrir quem foram essas pessoas, de onde vieram, quantos anos tinham, se eram casados ou solteiros, se tinham filhos, o que faziam para viver, se tinham bens, se possuíam escravos, onde moravam, com quem moravam, quais suas estratégias de ascensão social e, quando mortos, onde eram enterrados. São todas questões simples, mas fundamentais quando o objetivo é conhecer alguém ou um grupo de pessoas, como é o caso desta pesquisa.

Antes de iniciar a discussão do tema principal desta dissertação, é importante explicar porque eu, pessoalmente, me interessei pelo assunto que será a seguir desenvolvido. Meu primeiro contato com documentos históricos relativos a libertos no Rio Grande do Sul se deu através da documentação eclesiástica do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Foi no decorrer de um projeto de iniciação científica que tive a oportunidade de trabalhar, junto a professores da UFRGS, na transcrição e salvamento de algumas destas fontes do período colonial.<sup>1</sup> Os primeiros livros com os quais trabalhei eram livros de óbitos de escravos de Viamão. Ao analisar esses livros, percebi o quão me era estranho, ou inesperado, que libertos também possuíssem escravos. Essa constatação foi o ponto inicial que acabou culminando com a pesquisa proposta nesta dissertação. Especificamente, os registros de uma liberta, chamada Catarina Duarte, despertaram em mim a curiosidade sobre como teria sido a vida dos libertos após suas manumissões. Catarina acabou se transformando em uma das personagens principais desta dissertação.

Disse uma das personagens porque meu objeto de pesquisa não é uma personagem específica, e sim o conjunto dos libertos de Porto Alegre e Viamão, na segunda metade do século XVIII e início do XIX. Assim, Catarina e os outros “forros” neste trabalho serão analisados como indivíduos pertencentes a um grupo e à sociedade

---

<sup>1</sup> Projeto Resgate de Fontes Paroquiais - Porto Alegre e Viamão (século XVIII). Orientadores: Eduardo Santos Neumann e Fábio Kuhn.

colonial. Desta maneira, focalizarei o estudo não apenas em suas trajetórias individuais, mas principalmente nas relações estabelecidas entre esses indivíduos e o seu grupo, bem como entre eles e a sociedade em que estavam inseridos.<sup>2</sup>

Para essa análise, inicialmente escolhi discutir aspectos importantes da vida desses libertos após sua manumissão, a saber, os laços familiares, tais como matrimônio, filiação, compadrio e agregamento, e suas vidas econômicas, tais como profissão, renda, bens, posse de escravos, entre outros aspectos. No entanto, conforme a pesquisa foi se desenvolvendo, novas questões foram sendo incorporadas ao trabalho, como a necessidade de traçar e analisar o perfil demográfico da população de libertos como um todo.

Além da incorporação dessas novas questões, o objeto de pesquisa em si também teve de ser problematizado. Ao me deparar com as fontes, achei importante classificar os libertos segundo a terminologia utilizada na documentação. Assim, estudei pretos, pardos, crioulos e mulatos de forma separada, a fim de melhor analisar as características de cada grupo, realçando as diferenças, mas sem deixar de enxergar suas semelhanças enquanto pertencentes à população negra não-escravizada.

No que diz respeito às denominações de cor ou condição estatutária (escravo, liberto), percebi que elas geralmente aparecem na documentação logo após o nome dos indivíduos – por exemplo: “Catarina Duarte, preta forra”, ou “Lucinda da Câmara, parda forra”. Os párocos e escrivães da época tinham por hábito, após registrar o nome, registrar também o que entediam ser a cor ou a procedência do indivíduo. Assim, na maioria dos casos, a denominação *preto forro* corresponderia aos africanos libertos, ou seja, àqueles que ganharam ou compraram a alforria, e *crioulo forro* corresponderia aos filhos de africanos, portanto já nascidos no Brasil, e que provavelmente tinham tez escura e adquiriram a liberdade posteriormente. A denominação *pardo forro* corresponderia aos filhos de africanos nascidos com tez mais clara - geralmente por serem fruto de uma relação entre uma pessoa de origem africana e uma pessoa de cor branca -, ou aos seus filhos, e que adquiriram suas alforrias posteriormente.<sup>3</sup> O *mulato forro*, por outro lado, seria aquele nascido no Brasil, com tez clara (também proveniente de uma relação entre um indivíduo de origem africana e outro de cor branca), mas ainda

---

<sup>2</sup> Carlo Ginzburg, “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”, in *A Micro-história e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, pp. 175.

<sup>3</sup> Hebe Maria Mattos, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p. 97.

assim mais escura do que a tez dos pardos, e que também conquistou a liberdade.<sup>4</sup> Geralmente, aqueles que não tinham a cor identificada após seu nome eram brancos.

No entanto, nenhum dos critérios e nomenclatura acima descritos devem ser tomados como regra. Confesso minha incapacidade em entender com precisão os critérios de párocos e escritvães. Ao longo da pesquisa, me deparei com muitos casos em que um indivíduo era denominado de várias maneiras diferentes, como é o exemplo de Teodósio Pires da Mota, casado com Catarina Duarte. No inventário de sua mulher ele foi apresentado como “preto forro”, mas em seu testamento se definiu como “pardo forro”, apesar de também ter afirmado ser nascido de uma liberta, ou seja, de já ter nascido livre.<sup>5</sup> Assim, baseada no exemplo de Teodósio, acredito que também outros negros livres possam ter sido erroneamente classificados sob a alcunha de forros.<sup>6</sup>

Minha escolha em analisar os libertos de Porto Alegre e de Viamão decorre do fato de que essas freguesias foram fundamentais para a formação da sociedade rio-grandense. Viamão, fundada em 1747, foi a segunda freguesia criada na capitania, mas sabe-se que, mesmo antes disso, no início da década de 40, já havia registros de moradores nos então chamados Campos de Viamão.<sup>7</sup> O povoamento daquela região se deu por dois motivos: 1) pelo interesse econômico na criação do gado vacum e muar, comercializados nas feiras de Sorocaba, com destino às zonas de mineração; e 2) pelo interesse da coroa portuguesa em ocupar o território entre Laguna e a Colônia do Sacramento. Em pouco tempo, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão cresceu, com a migração de portugueses, lagunenses, sorocabanos e de africanos (escravos e libertos), entre outros. Em 1746 a freguesia contava com 282 habitantes; em 1751, com 795; e em 1778, mesmo com o desmembramento de Porto Alegre, possuía 1.619 habitantes.<sup>8</sup> Com a ocupação de Rio Grande pelos castelhanos, em 1763, a

---

<sup>4</sup> Mary Karasch, *A Vida dos escravos no Rio de Janeiro - 1808-1850*, Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2000, pp. 37-39.

<sup>5</sup> Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Inventário de Catarina Duarte, 1780, 2º Cartório de cível e crime de Porto Alegre, n 9, maço 1; Inventário de Teodósio Pires da Mota, 1803, 2º Cartório de cível e crime de Porto Alegre, n 55, maço 3.

<sup>6</sup> Teodósio, mesmo dizendo ser livre, será estudado, pois além de ter recebido a alcunha de forro também foi marido de Catarina, uma das personagens analisadas em maior detalhe nos capítulos seguintes.

<sup>7</sup> Os chamados Campos de Viamão ocupavam o território que se estende do litoral norte ao centro do estado do atual Rio Grande do Sul, fazendo fronteira com Santa Catarina ao norte, à Laguna dos Patos ao Sul, a oeste onde hoje se encontra a cidade de Rio Pardo, no centro do estado.

<sup>8</sup> Fábio Kuhn, “Gente da fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII”, in Luis Alberto Grijó, Fábio Kühn, César Augusto Barcellos Guazzelli e Eduardo

Câmara foi transferida para Viamão, tornando-a, assim, capital da capitania. No entanto, pouco depois, em 1773, Viamão perderia essa posição para Porto Alegre devido, principalmente, a uma vantagem estratégica desta última: a existência de um porto.

Em 1772, a freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre foi emancipada de Viamão, sendo, já em 1773, elevada a capital do Rio Grande de São Pedro, por ordem do então governador José Marcelino de Figueiredo. A ocupação do porto de Viamão (atual centro de Porto Alegre), em 1752, pelos migrantes açorianos, foi de fundamental importância para que essa separação ocorresse, vinte anos depois de sua chegada. Note que, em 1780, a freguesia de Porto Alegre possuía 1.500 habitantes, quase o mesmo número que sua vizinha Viamão e 1778; em 1807, esse número quadruplicou, fazendo com que a então chamada vila de Porto Alegre passasse a contar com 6.035 habitantes<sup>9</sup>. De forma geral, as características econômicas de Porto Alegre pouco diferiam das de Viamão, naquela época; ambas as freguesias possuíam estâncias de criação de gado e lavouras, embora seja importante ressaltar que essas atividades eram mais frequentes em Viamão, uma vez que seu território era consideravelmente maior do que o de Porto Alegre.

Sendo a história dessas duas freguesias tão interligada, percebe-se que seria impossível estudá-las em separado. Uma demonstração disso, no período em pauta, pode ser constatada ao estudarmos o caso de Catarina Duarte, preta forra de nação angola que, quando faleceu, em 1780, teve seu assento de óbito registrado tanto na igreja de Viamão quanto na de Porto Alegre. Também percebemos a interdependência entre as freguesias ao verificar os registros de óbito dos filhos de Francisco Vieira, preto forro, e de sua mulher, Joana Vieira, preta forra. Quando um de seus filhos, Domingos, faleceu em 1783, o seu óbito foi registrado em Viamão; já quando Francisco, outro filho do casal, veio a falecer, em 1790, seu óbito foi registrado em Porto Alegre; por fim, quando sua filha Ana faleceu, em 1792, seu óbito foi registrado novamente em Viamão.<sup>10</sup> Isso evidencia a importância que ambas as freguesias possuíam para a

---

Santos Neumann (orgs.), *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004, p. 49.

<sup>9</sup> Sandra Pesavento, “A construção de uma Porto Alegre imaginária: uma cidade entre a memória e a história”, in Luis Alberto Grijó, Fábio Kühn, César Augusto Barcellos Guazzelli e Eduardo Santos Neumann (orgs.), *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004, p. 182.

<sup>10</sup> Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA), 2º Livro de Óbitos de Viamão, fl. 31, 08/08/1783; 1º Livro de Óbitos de Porto Alegre, fl. 99, 01/03/1790; 2º Livro de Óbitos Viamão, fl. 63v, 03/01/1792.



sociedade da época. Os dois casos citados, selecionados dentre muitos outros, ilustram não apenas o trânsito dos habitantes entre as duas freguesias, mas, principalmente, a convivência social existente, posto que a igreja não era considerada apenas um lugar de comunicação com o sagrado, mas também um lugar de convívio da sociedade, de formação e consolidação de redes sociais.

O escopo temporal desta pesquisa é abrangente. Tive o intuito de analisar os libertos desde a gênese das duas freguesias (1747 e 1772) até pouco depois da virada do século, em 1808. O objetivo era dar visibilidade aos libertos que ajudaram a construir a sociedade rio-grandense, mostrando sua participação nessa sociedade, desde a fundação de duas das primeiras freguesias da capitania até o fim do período colonial. No entanto, dada a escassez de fontes, a análise acabou privilegiando as últimas décadas do século XVIII e a primeira do século XIX.

Apesar das inúmeras pesquisas sobre escravidão realizadas nos últimos tempos, a história dos africanos e afro-descendentes no Brasil ainda é um tema longe de esgotado. O fato de essa população ter buscado, nas últimas décadas, uma crescente afirmação étnica, também fortalece a necessidade de estudos aprofundados sobre a sua história. Assim, pesquisas como esta, acredito, podem contribuir para a afirmação identitária de uma parcela significativa da sociedade brasileira - a afrodescendente -, assim como auxiliar no preenchimento de lacunas de sua história. O estudo das vivências, da autonomia e das relações familiares dos “forros” contribui, em termos gerais, para o desenvolvimento da abordagem que estuda e vê o negro enquanto agente ativo da sua história, e como aporte fundamental para a constituição da identidade étnica dos atuais afro-descendentes.

Ademais, do ponto de vista estritamente historiográfico, a presente pesquisa contribui para o crescente campo de estudos acerca dos libertos na sociedade brasileira. Essa contribuição não implica, é claro, que não haja já inúmeros trabalhos relevantes nesta área de pesquisa. Um levantamento bibliográfico a respeito do tema constatou haver um número significativo de estudos. Destaco aqui aqueles que analisaram esses indivíduos no século XIX, tais como: 1) os trabalhos de Kátia Mattoso, Maria Inês de Oliveira e de João José Reis, no que se refere a libertos na Bahia; 2) os de Sidney Chalhoub, Manolo Florentino e de Eduardo Silva, referente ao Rio de Janeiro; 3) os de Regina Xavier, Enidelce Bertin, Cristina Wissenbach, para a província de São Paulo; e

4) os de Paulo Staudt Moreira, Jovani Scherer, referente ao Rio Grande do Sul.<sup>11</sup> No que diz respeito ao período colonial, alvo do presente estudo, também cito os trabalhos de Júnia Furtado, Eduardo Paiva e Ida Lewkowicz, referentes a Minas Gerais; de Sheila Faria, sobre o Rio de Janeiro; e de Stuart Schwartz e Ligia Bellini, para a Bahia.<sup>12</sup>

Nos últimos anos a produção historiográfica sobre escravidão no sul do Brasil tem ganhado força devido às pesquisas de historiadores como Mário Maestri, Paulo Moreira, Valéria Zanetti, Silmei De Sant’Ana Petiz, Jovani Scherer, Thiago Leitão de Araújo, Gabriel Berute, Gabriel Aladrén, entre outros.<sup>13</sup> Além disso, as edições do

---

<sup>11</sup> Kátia Mattoso, *Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX: uma fonte para o estudo de mentalidades*, Salvador, Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1979; Maria Inês Cortês de Oliveira, *O liberto: seu mundo e os outros, Salvador, 1790-1890*, São Paulo, Corrupio, [Brasília, DF], CNPq, 1988; João José Reis, *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008; Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990; Manolo Florentino, “Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa”, *Topóis*, dezembro 2002, pp. 9-40; Eduardo Silva, *Dom Obá II D’África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997; Regina Xavier, *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*, Campinas, Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996; Enidelce Bertin, “Africanos livres emancipados e a experiência da liberdade controlada”, In ANAIS do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, <http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/21.21.pdf>; idem, *Alforrias na São Paulo do século XIX*, São Paulo, FFLCH da USP/Humanitas, 2004; Maria Cristina Wissenbach, *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*, São Paulo, Hucitec, 1998; Paulo Roberto Staudt Moreira, *Faces da liberdade, máscaras do cativo: experiências de liberdade e escravidão, percebidas através das cartas de alforria – Porto Alegre (1858 – 1888)*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1996; Jovani de Sousa Scherer, *Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX* (Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008).

<sup>12</sup> Júnia Ferreira Furtado, *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003; Eduardo Paiva, *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*, São Paulo, Annablume, 1995; Ida Lewkowicz, “Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII”, *Revista Brasileira de História*, n. 17, 1989, pp. 101-114; Sheila Faria, “Mulheres forras – riqueza e estigma social”, *Tempo*, Rio de Janeiro, V. 5, n. 9, jul., 2000, pp. 65-92; Stuart Schwartz, “The manumission of Slaves in Colonial Brazil: Bahia, 1684-1745”, *Hispanic Historical Review*, vol. 54, n. 4 (1974) pp. 603-35; Ligia Bellini, “Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria”, in João José Reis (org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*, São Paulo, Ed. Brasiliense, CNPq, 1988, pp. 73-86.

<sup>13</sup> Mário Maestri, *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*, Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1993; Paulo Moreira, *Faces da liberdade, máscaras do cativo*; Valéria Zanetti, *Calabouço urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860)*, Passo Fundo, UPF, 2002; Silmei De Sant’Ana Petiz, “Caminhos cruzados: senhores e escravos da fronteira oeste do Rio Grande”, In ANAIS do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba, 2009, <http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/SilmeiSantAnaPetiz.pdf>; Jovani de Sousa Scherer, *Experiências de busca da liberdade*; Thiago Leitão de Araújo, “Economia, população e escravidão: tráfico interprovincial no contexto de uma vila riograndense na segunda metade do século XIX”, In ANAIS do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional,

Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional também têm fomentado o debate e as pesquisas a respeito do tema.

Apesar dos trabalhos citados acima serem considerados referência em termos de estudos sobre escravidão, no que tange ao Rio Grande do Sul, ainda faltam estudos que abordem a população liberta após a manumissão *no período colonial*. O trabalho de Paulo Moreira, por exemplo, analisa as cartas de alforria concedidas em Porto Alegre nos séculos XVIII e XIX, mas não tem como objetivo analisar a vida desses libertos após a alforria.<sup>14</sup> Já os trabalhos de Jovani Scherer e Gabriel Aladrén têm esse objetivo, mas analisam a vida dos libertos no século XIX nas vilas de Rio Grande e Porto Alegre, respectivamente.<sup>15</sup>

O que proponho, por outro lado, é analisar os libertos na sociedade rio-grandense em formação, ou seja, no final do século XVIII e início do XIX. Espero complementar os estudos já existentes através da análise de um período ainda pouco estudado, entendendo o perfil dos libertos, a sua demografia, suas estratégias de ascensão social, e também as relações familiares, sociais e econômicas que acabavam por construir. Além disso, também quero valorizar a fundamental contribuição dos negros na constituição da sociedade rio-grandense. Acredito que somente através de pesquisas bem conduzidas e fundamentadas é que seremos capazes de organizar argumentos capazes de desmistificar, por exemplo, a idéia de que a mão-de-obra escrava foi menos utilizada no Rio Grande do Sul do que em outras regiões do país, ou de que a presença do negro não foi tão significativa naquele estado e não teve importância decisiva para a sua formação desde o início.<sup>16</sup>

O primeiro passo para o desenvolvimento desta pesquisa consistiu na transcrição de diversas fontes eclesiásticas, já no ano de 2000, antes mesmo do início do

---

<http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/ThiagoLeitaoAraujo.pdf>; Gabriel Berute, “Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790-c.1825”, (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006); Gabriel Aladrén, “Ascensão econômica de libertos no Rio Grande de São Pedro do Sul: o caso do preto forro Pedro Gonçalves, início do século XIX”, In ANAIS da VII Jornada Setecentista, Curitiba, set./2007, [http://people.ufpr.br/~vii\\_jornada/ALADREN\\_Gabriel.pdf](http://people.ufpr.br/~vii_jornada/ALADREN_Gabriel.pdf).

<sup>14</sup> Banco de dados elaborado por Paulo Moreira e gentilmente cedido pelo autor. Os dados foram posteriormente publicados em Paulo Staudt Moreira e Tatiani de Souza Tassoni, *Que com seu trabalho nos sustenta: cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888)*, Porto Alegre, EST Edições, 2007.

<sup>15</sup> Jovani de Sousa Scherer, *Experiências de busca da liberdade*; Gabriel Aladrén, “Ascensão econômica de libertos no Rio Grande de São Pedro do Sul”.

<sup>16</sup> Em 1778, 40% da população de Viamão era escrava. Kuhn, “Gente da fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII”, p. 60.

meu mestrado. Desde então, novas fontes foram incorporadas ao trabalho, tais como os inventários dos libertos. Essas fontes foram sendo agregadas à pesquisa, como já mencionado, posto que novas questões passaram a receber minha atenção.

A partir da leitura de toda a documentação disponível (assentos de batismo, óbito e matrimônio, róis de confessados, processos de casamento, processos eclesiásticos, testamentos, livro de Anuais da Irmandade do Rosário, inventários e registros de compra e venda), elaborei um banco de dados através do qual reuni informações relevantes acerca de 455 libertos em Viamão e Porto Alegre.<sup>17</sup> Para cada referência a liberto encontrada na documentação pesquisada, mesmo sendo referências indiretas, tais como a citação de pais libertos de uma criança sendo batizada, ou a menção a um credor liberto em um inventário, criei um registro correspondente no banco de dados. Devido à diversificação das fontes, pude construir então um panorama bastante compreensível da vida dos libertos, uma vez que os registros dão conta de várias facetas de suas vidas, tais como: matrimônios dos libertos e de seus filhos; batismo de seus filhos; batismo dos filhos dos seus escravos e dos seus afilhados; óbito dos filhos, dos parceiros, dos escravos e dos próprios citados; composição do lar, ou seja, se era composto apenas pela marido e mulher, ou por marido, mulher e filhos, ou apenas por mãe e filhos; sobre se o liberto possuía escravos; se tinha agregados; sobre a situação financeira em que morreu; quais eram seus bens; e também onde moravam e onde foram sepultados. Essa grande diversificação de fontes também permitiu que eu obtivesse registros de alguns libertos em vários momentos diferentes de suas vidas, o que deu suporte à análise qualitativa da pesquisa.

Através da identificação nominal dos forros listados no banco de dados, pude cruzar informações de vários tipos e verificar relações sociais existentes entre os indivíduos, tais como relações de apadrinhamento e casamento, e também fatos de potencial interesse, tais como a compra e venda de terrenos, entre outros. No entanto, devido à existência de muitos homônimos nas fontes - indivíduos que eram registrados apenas pelo primeiro nome, como João, Maria, Antônio e Rita -, e devido também ao pouco interesse dos párocos e escrivães em detalhar as informações, tive dificuldades em diferenciar alguns dos indivíduos.

O método de identificação nominal, por outro lado, proporcionou a descoberta de informações que não constavam na catalogação original de alguns dos documentos

---

<sup>17</sup> Com a elaboração do banco de dados, optei por atualizar a grafia dos nomes; assim, Manoel virou Manuel e Ignácio virou Inácio, por exemplo.

analisados, tais como a distinção de cor ou do estatuto social dos indivíduos envolvidos. Esse é o caso dos inventários de Antônio Xavier Cavalcante e de Inácio Paes de Siqueira, por exemplo, pardos forros, sobre os quais não havia nenhuma menção acerca de cor ou estatuto; no entanto, tais denominações puderam ser descobertas nos assentos de batismo de seus filhos. Portanto, o cruzamento de fontes, em várias situações como essa, me forneceu informações complementares preciosas.<sup>18</sup>

A fim de estabelecer relações entre uma e outra documentação, escolhi utilizar o chamado método da micro-história, proposto por Carlo Ginzburg e Giovanni Lévi, entre outros autores. Para Ginzburg, “as linhas que convergem para o nome e dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”.<sup>19</sup> Partindo do nome dos forros listados no banco de dados, pude, através do cruzamento de fontes, verificar o estabelecimento de relações sociais entre esses indivíduos e entre pessoas de estatutos diferentes.<sup>20</sup> A contribuição que esse método traz para a presente pesquisa está justamente na proposta de focalizar a análise não apenas no indivíduo, mas sim na teia de relações que ele estabelece na sociedade em que vive. Outros trabalhos, além do de Ginzburg, que embasam a presente pesquisa, tanto do ponto de vista metodológico quanto teórico, são aqueles da chamada nova historiografia sobre escravidão. Estudos como os de João José Reis, Júnia Furtado, Regina Xavier, entre outros, são excelentes modelos de como tratar as fontes e pensar questões relativas ao estudo de libertos<sup>21</sup>. Esta pesquisa compartilha com esses trabalhos o interesse pela pesquisa em diversos arquivos e no intenso cruzamento de fontes. No entanto, o que mais se impõe nas obras acima citadas não são suas abordagens metodológicas, e sim as questões conceituais por elas levantadas. Dentre essas questões, destaco a abordagem que vê os escravos e libertos como agentes de sua história e como frutos de seu tempo; essa abordagem serve de norte para o presente trabalho, uma vez que é sob esse prisma que pretendo analisar

---

<sup>18</sup> APERGS, Inventário de Antônio Xavier Cavalcante, 1779, 1º Cartório de órfãos e ausentes de Porto Alegre, n. 72, maço 7; Inventário de Inácio Paes de Siqueira, 1806, 1º Cartório de órfãos e ausentes de Porto Alegre, n. 341, maço 17; AHCMPA, 2º Livro de Batismos de Viamão, fl. 84v, 17/04/1768; 2º Livro de Batismos de Viamão, fl. 91v, 15/03/1769.

<sup>19</sup> Ginzburg, “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”, p. 175.

<sup>20</sup> Esse é o caso do apadrinhamento de Catarina, filha legítima de Joaquim, de nação mina, e de Rita, de nação benguela, escravos de Luís Teixeira, por Teodósio Pires da Mota, pardo forro, e por sua mulher, Catarina Duarte, preta forra. AHCMPA, 3º Livro de Batismos de Viamão, fl. 45, 26/08/1772.

<sup>21</sup> Reis, *Domingos Sodré, um sacerdote africano*; Furtado, *Chica da Silva e o contratador de diamantes*; Xavier, *A conquista da liberdade*.

as relações sociais estabelecidas entre os diversos personagens aqui presentes. Assim, apesar de ter como objetivo maior estudar os libertos enquanto grupo, também tive a preocupação de destacar suas trajetórias individuais, que poderiam tanto expressar escolhas e estratégias do grupo como um todo, como poderiam se destacar justamente pela exceção. Assim, alterno, ao longo do texto, entre o uso da análise quantitativa e qualitativa.

Esta dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro, apresento os libertos de Porto Alegre e Viamão, traçando o perfil demográfico do grupo. Minha intenção foi identificar, dentre os libertos, quantos homens e quantas mulheres havia; quantos eram pretos, quantos eram pardos, crioulos ou mulatos; quantos eram africanos e de que parte da África eram originários; quantos haviam nascido na Colônia, em que freguesia isso ocorreu; e quantos eram crianças, adultos ou velhos. Enfim, qual era o perfil dos libertos da região sendo estudada.

No capítulo seguinte, analiso aspectos sociais importantes da vida dos indivíduos, a saber, a formação da família e o estabelecimento de laços afetivos. Para isso, discuto os tipos de matrimônio buscados pelos indivíduos, as estratégias de casamento utilizadas, a filiação, as relações de apadrinhamento e, por fim, as relações de agregamento, buscando estabelecer a importância de cada um destes aspectos na construção de suas trajetórias de vida.

No último capítulo, por fim, analiso aspectos econômicos do grupo, tais como a posse de bens e de escravos, e também seus ofícios e renda. Além disso, discuto onde residiam e onde eram sepultados, e o que esse tipo de informação diz sobre a vida que levavam. Por fim, analiso as relações de agregamento sob o ponto de vista econômico.

Concluo este trabalho elencando suas contribuições principais, assim como suas implicações e possíveis trabalhos futuros.

## **CAPÍTULO 1**

### **PERFIL DOS LIBERTOS**

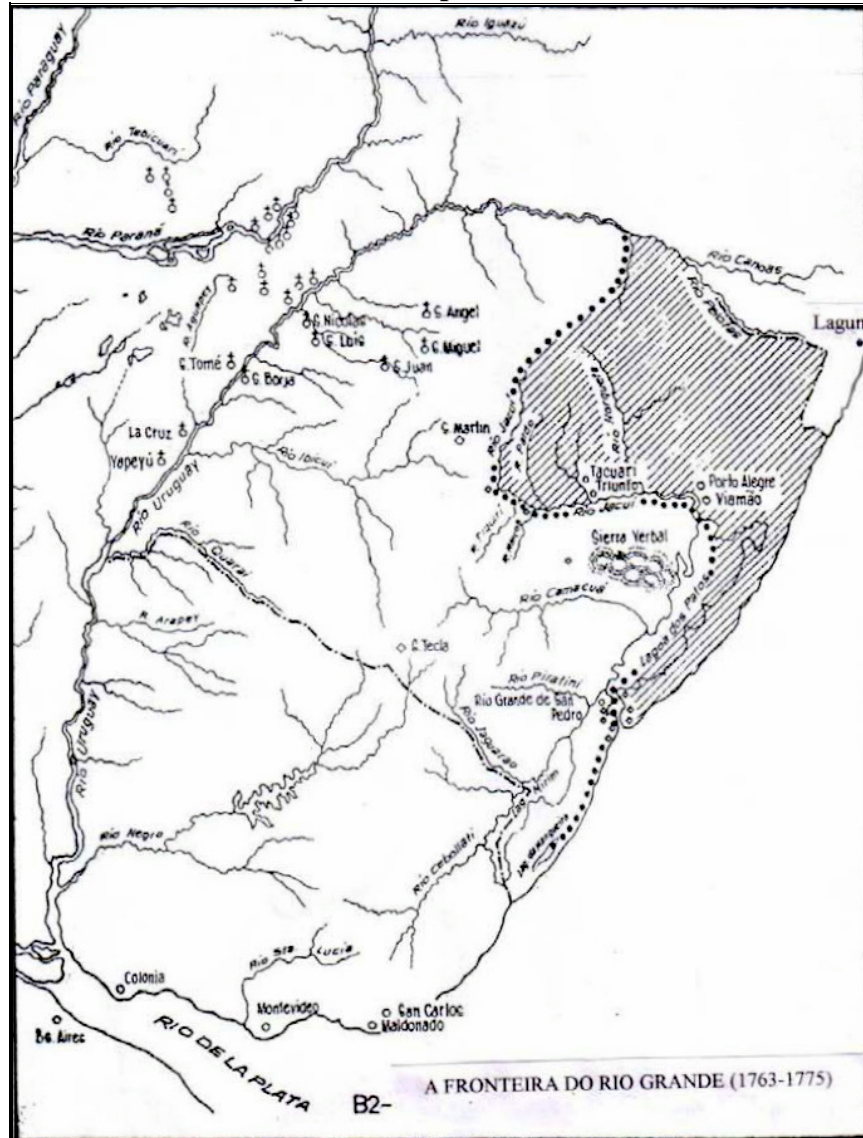
Este capítulo visa traçar um perfil das pessoas libertas de Porto Alegre e Viamão, no final do século XVIII e início do XIX. Para isso, estudarei as diferentes estratégias de obtenção de alforria em função de gênero e cor desses libertos; também é de meu interesse analisar dados diversos a respeito de suas regiões de origem (local de nascimento ou região de procedência), a fim de entender as alianças por eles formadas. Além disso, também analiso a faixa etária dessa população e sua expectativa de vida, uma vez que estes eram fatores importantes na determinação das estratégias relacionadas com o casamento e as relações de agregação, entre outras.

Conforme mencionado, neste estudo escolhi analisar os aspectos acima descritos especificamente em Viamão e Porto Alegre. Viamão foi criada como freguesia apenas no ano de 1747, mas sabe-se que antes disso já havia famílias fixadas nos então chamados Campos de Viamão (Mapa 1), nome dado a toda a extensão de terra que se limitava a Oeste com a atual cidade de Rio Pardo, a Leste com o Oceano Atlântico, ao Sul com a região onde se situa hoje a cidade de Porto Alegre, e ao Norte com o rio Mampituba. A igreja matriz da então freguesia de Viamão concentrava todos os registros eclesiásticos daquela região, os de batismo, matrimônio e óbito, entre outros. De fato, foi justamente em tais registros que obtive vários dos dados necessários para o desenvolvimento de grande parte deste estudo. Esses registros, embora lacunares, constituem o conjunto de fontes mais completa a que tive acesso. Foi justamente em um desses documentos, por exemplo, que encontrei a primeira menção a um escravo liberto de que tive conhecimento para Viamão, um assento de batismo do ano de 1751, quando o soldado João Pereira Souto Martins, pardo forro, e sua mulher, Domingas Dias da Silva, parda forra, batizaram sua filha legítima, Leonor.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, 1º Livro de Batismos de Viamão, fl. 99v.; 13/11/1751.

**Mapa 1 – Campos de Viamão**



Fonte: Fábio Kuhn, “Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII”. (Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2006), p. 470.

Escolhi também incluir neste estudo toda a região relativa a Porto Alegre, principalmente em função de que a história dessas duas áreas, em muitos aspectos, se confunde. Por essa razão é possível muitas vezes complementar (ou ao menos estimar) os dados faltantes de uma freguesia com os da outra. A história de Porto Alegre teve início logo após o Tratado de Madri, quando a Coroa Portuguesa tentou ocupar a região noroeste do atual estado do Rio Grande do Sul, onde ficavam as missões jesuíticas. Com a intenção de povoar aquele local, a Coroa ofereceu inúmeras vantagens a migrantes açorianos, que então se estabeleceram no Porto de Viamão, em 1752, onde



aguardariam o transbordo até a região das missões. Entretanto, com o estouro das guerras guaraníticas, esses açorianos não mais se destinariam às missões e acabaram se fixando na região, que passou a ser denominada Porto dos Casais. Em 1772, o local viria a se transformar oficialmente na freguesia de Porto Alegre que, apenas um ano após sua criação, já se consolidava como a capital da capitania, título até então pertencente a Viamão. Ambas as freguesias tinham perfis tanto urbano quanto rural. Muitos libertos possuíam registros nas igrejas de uma e outra freguesia, indicando que eles não só freqüentavam ambas as casas religiosas, como também conviviam em seu dia-a-dia nas duas localidades.

A partir de fontes eclesiásticas e cartoriais, pude obter dados relacionados ao grupo social dos libertos no que diz respeito à proporção entre homens e mulheres, e às diferentes condições sociais em que se encontravam pessoas de diferentes cores, origens e faixas etárias

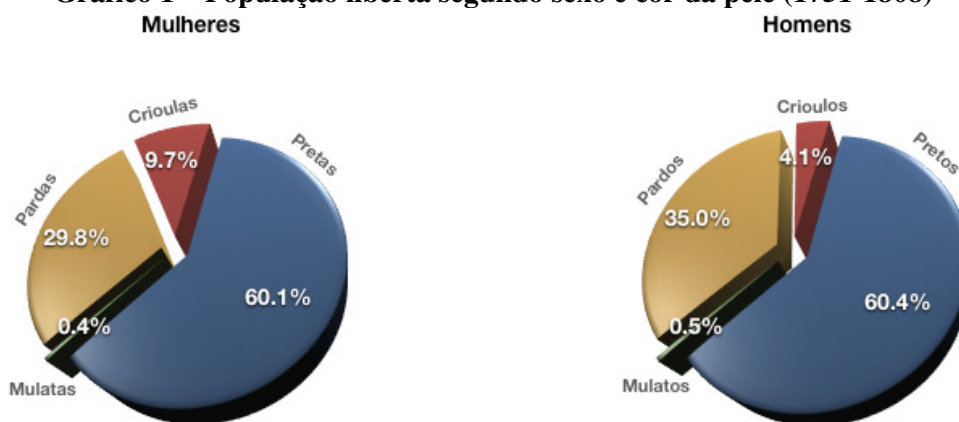
### **Homens e mulheres**

Inicialmente discutirei a proporção de libertos, em função do gênero. Essa questão é importante para este estudo porque indica que a obtenção da liberdade pode ter ocorrido de forma diferente para homens e mulheres, e que pode ter também interferido nas relações estabelecidas entre libertos e indivíduos de outros grupos da sociedade colonial. Por exemplo, podemos supor que, caso houvesse mais mulheres do que homens forros, talvez a escolha de um parceiro escravo por parte das mulheres fosse o reflexo principalmente dessa diferença numérica, e não, por exemplo, devido, em todos os casos, a alguma vantagem intrínseca obtida pela liberta ao se casar com um escravo. Dessa forma, o simples fato de que homens e mulheres não representavam parcelas iguais da população de libertos pardos, negros ou mulatos, já pode, por si só, explicar muitos comportamentos e estratégias que, de outra forma, pareceriam “inesperados”.

Inicialmente, irei resumir algumas características gerais do grupo. Encontrei, nos registros já mencionados, um total de 455 libertos de ambos os sexos, entre 1751 e 1808. Destes, 274 (60,2%) registros eram de indivíduos (homens e mulheres) que foram denominados “pretos forros”; 147 (32,3%) “pardos forros”; 32 (7%) “crioulos forros”; e dois mulatos. Através da análise desses registros, pude perceber que as mulheres eram maioria. Mais especificamente, encontrei registros de 238 mulheres (52,4% de um total

de 455 pessoas), das quais 143 (60,1%) pretas, 71 (29,8%) pardas, 23 (9,7%) crioulas e uma (0,4%) mulata. Por outro lado, encontrei registros de 217 homens, a saber, 131 (60,4%) pretos, 76 (35%) pardos, nove (4,1%) crioulos e um (0,5%) mulato. Essas proporções podem ser melhor visualizadas no Gráfico 1.

**Gráfico 1 – População liberta segundo sexo e cor da pele (1751-1808)**



Fonte: APERGS, Inventários; AHCMPA, Livros de casamento, de óbito e de batismo, róis de confessados, testamentos, processos matrimoniais e eclesiástico.

Note que, embora a diferença entre o percentual de forros e forras na população de libertos não fosse muito grande – 52,4% dos forros eram mulheres e 47,6% eram homens –, ela não refletia a proporção de homens e mulheres observada na população escrava, sugerindo um processo de alforria que favorecia as mulheres. Na amostra retirada dos róis de confessados de Porto Alegre e Viamão para o ano de 1780, constatei que a maioria dos escravos era do sexo masculino. No caso de Porto Alegre, por exemplo, dos 420 escravos arrolados, quase 60% eram homens.<sup>2</sup> No caso de Viamão, essa diferença era um pouco maior: 63,3% dos escravos eram homens. Assim, representando apenas 40% dos cativos, as mulheres eram mais beneficiadas com a alforria do que os homens em proporções que ultrapassavam 20%.<sup>3</sup> Se a obtenção da

<sup>2</sup> Escolhi o ano de 1780 por ser o único ano em que há rol de confessados tanto para Porto Alegre quanto para Viamão.

<sup>3</sup> Jovani Scherer, que analisou as alforrias da freguesia do porto de Rio Grande, concluiu que, para os anos entre 1804 e 1834, 53,4% dos cativos que receberam liberdade eram mulheres. Jovani afirma ainda que, até 1860, os escravos eram predominantemente masculinos, na proporção de 2 escravos para cada 1 escrava. Jovani Scherer, “Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008), pp. 84 e 85.

liberdade ocorresse de forma igual, independentemente de sexo, se esperaria que as proporções observadas na população escrava se repetissem no número de libertos e libertas. Entretanto, não foi isso que observei. Especificamente, constatei que o número de mulheres que compravam ou conquistavam gratuitamente sua liberdade era maior, relativamente, do que o número de escravos do sexo oposto. As mulheres receberam a maioria das alforrias pagas (57,7% contra 42,3% dos homens compraram sua alforria); das gratuitas (51,9% pertenciam a mulheres e 49,2% a homens); e das condicionais (58,7% eram de mulheres e 41,3% de homens).<sup>4</sup> A seguir discuto esse ponto com mais detalhes e aponto algumas possíveis razões de um fenômeno que, aliás, não era peculiar da região aqui estudada.

Analisando o Gráfico 2, que apresenta a proporção entre homens e mulheres forros e escravos nos róis de Porto Alegre, entre 1779 a 1782, percebe-se que a vantagem das forras em relação aos forros realmente se mantém durante todo este período, com exceção do rol de 1780.<sup>5</sup> Mais especificamente, no ano de 1779, para cada cem escravas, havia oito libertas, mas apenas cinco forros para os mesmos cem escravos. Em 1780, embora a proporção entre libertas/escravas tivesse aumentado para nove a cada cem, a proporção de libertos/escravos aumentou ainda mais, alcançando treze libertos para cada cem escravos. Este ano foi o único no período analisado em que, proporcionalmente, os homens conseguiram mais alforrias do que as mulheres. Em relação ao ano de 1781, observamos novamente a vantagem relativa que as mulheres possuíam no que diz respeito à obtenção da alforria, uma vez que, embora tenha havido pouca alteração na proporção entre homens forros e escravos (catorze libertos para cada cem escravos), a proporção entre as mulheres forras e escravas aumentou para 21 libertas em cada cem escravas. Em 1782, novamente constatamos a vantagem feminina: as chances de uma escrava alcançar a alforria continuaram maiores do que a de um escravo, na proporção de 23/100 para as mulheres, e de apenas 14/100 para os homens. Isso significa que uma escrava tinha realmente mais chances de conseguir comprar ou

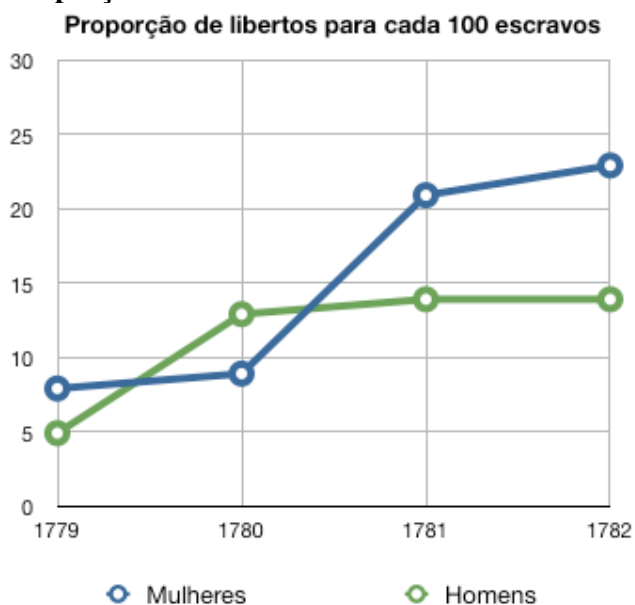
---

<sup>4</sup> Banco de dados elaborado por Paulo Moreira e gentilmente cedido pelo autor. Os dados foram posteriormente publicados em Paulo Staudt Moreira e Tatiani de Souza Tassoni, *Que com seu trabalho nos sustenta: cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888)*, Porto Alegre, EST Edições, 2007.

<sup>5</sup> Acredito, com base no cruzamento de outras fontes, que o número de libertas no rol de Porto Alegre de 1780 é demasiado baixo. No rol dessa mesma freguesia, realizado em 1781, foram arrolados 38 forros e 42 forras; em 1782, foram listados 44 homens libertos e 53 mulheres na mesma situação. Não posso culpar as precárias condições em que o documento de 1780 se encontra, argumentando que as informações faltantes poderiam ser encontradas nas partes corroídas do rol, uma vez que os outros documentos também sofreram a ação do tempo e também têm partes deterioradas e ilegíveis.

receber sem ônus sua alforria, o que explica o maior número de forras em relação aos forros, mesmo em uma sociedade em que quase dois terços dos escravos eram homens.

**Gráfico 2 - Proporção entre libertos e escravos em Porto Alegre (1779-1782)**



Fonte: AHCMPA, Róis de Confessados de Porto Alegre, 1779, 1780, 1781 e 1782.

A maior facilidade que uma escrava tinha para alcançar sua alforria é conhecida, conforme indicam estudos para outras regiões do Brasil.<sup>6</sup> Os autores que estudaram essa vantagem em outros contextos em geral atribuem-na a dois motivos principais: 1) a proximidade das escravas com os senhores, em outras palavras, uma vez que um número elevado de escravas trabalhava como domésticas - além de serem amas de leite, mucamas, amantes e amasias de senhores -, havia maior facilidade para a

<sup>6</sup> Outros autores também chegaram à mesma conclusão para outros locais e períodos. Ver Maria Inês Cortês de Oliveira, *O liberto: seu mundo e os outros*, Salvador, 1790-1890, São Paulo, Corrupio, 1988, p. 23; Mary Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro – 1808 -1850*, Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2000, p. 452; Regina Xavier, *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*, Campinas, Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996, p. 41; Ida Lewkowicz, “Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII” *Revista Brasileira de História*, n. 17, 1989, p. 105; Luís Carlos Soares, *O “povo de cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*, Rio de Janeiro, 7 Letras, 2007, p. 301; Douglas Cole Libby e Clotilde Paiva, “Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d’El Rey em 1795”, *Revista Brasileira de Estudos de População*, Vol. 17, n. 1/2 (2000), p. 22; A. J. R Russel-Wood, *Escravos e libertos no Brasil colonial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p. 79.

criação de laços afetivos com seus proprietários, os quais, muitas vezes, ajudavam-nas a conquistar a alforria. Este é o caso, por exemplo, de Ana, de nação congo, alforriada por João Antonio de Ataíde em 1790, segundo este, pelo “muito que me tem servido e pelo amor que lhe tinha”; e 2) devido ao fato de que as escravas, em geral, valiam menos do que os escravos (possivelmente devido a sua menor produtividade), e por isso podiam conseguir acumular mais fácil e rapidamente o pecúlio necessário para a compra de suas alforrias.<sup>7</sup>

Com o intuito de comprovar se, no Rio Grande do período analisado, o preço das escravas era realmente menor do que o dos escravos, analisei o valor de 50 cartas de alforria (25 cartas de homens e 25 de mulheres), entre os anos de 1791 e 1795. Constatei que a média do preço das cartas pagas por escravos foi de 110\$763 réis, e que a média do preço pago pelas escravas foi de 94\$568 réis, ou seja, um valor em média 15% mais baixo do que aquele pago pelos homens. Este dado corrobora a idéia de que, sendo o preço da liberdade mais baixo para mulheres, a obtenção do pecúlio necessário para a compra da alforria seria mais fácil e rápida, fato este que pode ter influenciado para que 57,7% das alforrias pagas fossem concedidas a mulheres.<sup>8</sup>

Assim, com maiores oportunidades de obter alforria, me parece lógico que as mulheres fossem maioria dentre os libertos. Veremos ainda, no capítulo 2, que essa diferença numérica entre libertos e libertas também pode ter influenciado, entre outras coisas, as estratégias de matrimônio.

## **Cor e origem**

Além da diferença numérica entre libertos e libertas, verifiquei uma diferença no número de forros quanto à cor e origem. Em meu levantamento, os chamados pretos forros constituíam a maioria dentre os libertos.<sup>9</sup>

Um resultado interessante é que, embora em outras partes do Brasil a historiografia registre a predominância de crioulos entre a população negra não-escravizada, não foi isso o que pude constatar em Porto Alegre e Viamão.<sup>10</sup> Nessas

---

<sup>7</sup> Banco de dados elaborado por Paulo Moreira.

<sup>8</sup> Banco de dados elaborado por Paulo Moreira.

<sup>9</sup> APERGS, Inventários; AHCOMPA, Livros de casamento, de óbito e de batismo, róis de confessados, testamentos, processos matrimoniais e eclesiástico.

<sup>10</sup> Karasch, *A Vida dos Escravos*, p. 459; Russel-Wood, *Escravos e libertos no Brasil colonial*, pp. 79-80; Libby e Paiva, “Alforrias e forros em uma freguesia mineira”, p. 31 e 39. Já Oliveira, *O liberto*, p. 23, afirma o contrário.

freguesias, os pretos forros eram maioria absoluta, mais especificamente 60,2% da população estudada. Jovani Scherer, em seu estudo sobre a vila de Rio Grande, encontrou números semelhantes para o período de 1825-65 – 65,3% das alforrias foram concedidas a escravos de origem africana (pretos forros), ou seja, lá também os crioulos, ao contrário do que ocorria em outras partes do Brasil, não eram maioria entre os libertos.<sup>11</sup> Esse autor também discute a possibilidade de que alguns pardos, crioulos e mulatos tenham sido denominados pretos pelos que produziram a documentação pois, afinal, o uso dessas denominações era subjetivo. Porém, mesmo com tal imprecisão por parte dos párocos e escrivães do século XVIII e XIX, a diferença verificada de pretos forros em relação às demais denominações é grande demais para ser explicada apenas por isso.

De fato, encontrei oito casos de indivíduos classificados como pretos forros que, ao invés de terem origem na África como esperado, eram naturais de freguesias da Colônia. Esse é o caso de Inácia Pacheca, casada com Elias Gonçalves, preto forro, que apesar de carregar a alcunha de preta forra, foi registrada como natural do Rio de Janeiro.<sup>12</sup> Outro exemplo é Joana Maria de Jesus, preta forra, casada com o pardo forro Francisco da Costa Pinto, que aparece como natural da freguesia de Cuiabá, bispado do Rio de Janeiro.<sup>13</sup> Além desses exemplos, ainda encontrei pretos forros naturais das seguintes freguesias do Rio Grande de São Pedro: Colônia de Sacramento (1), Rio Pardo (1) e Rio Grande (2). De outras capitânicas temos um indivíduo de São Paulo, um de São Vicente e um do Rio de Janeiro. O fato de ter encontrado indivíduos chamados de pretos forros nascidos no Brasil sugere que alguns crioulos e mulatos possam ter sido “erroneamente” classificados. Além disso, também confirma que havia uma linha tênue a separar pardos, crioulos, pretos e mulatos. Um exemplo claro da imprecisão do uso das denominações também pôde ser visto no caso do inventário e do testamento de Teodósio Pires da Mota, mencionado na introdução deste trabalho.

De qualquer forma, conforme mencionado, mesmo que vários pardos tivessem sido designados como pretos forros, ou que alguns crioulos e mulatos tivessem também recebido essa designação, induzindo a erros de contagem, ainda assim é possível reconhecer a presença majoritária de africanos entre os libertos. Além disso, é preciso destacar que crioulos e mulatos eram típicos de sociedades escravistas mais antigas, ao

---

<sup>11</sup> Scherer, “Experiências de busca da liberdade”, p. 98-9.

<sup>12</sup> AHCOMPA, 1º Livro de Casamentos de Porto Alegre, fl. 43v, 12/021786.

<sup>13</sup> AHCOMPA, Processo de matrimônio de Francisco da Costa Pinto e de Joana Maria de Jesus, Viamão, 06/10/1769.

contrário da capitania do Rio Grande de São Pedro, que só foi ocupada a partir de meados do século XVIII.

A maioria numérica de africanos entre os pretos libertos, entretanto, não é de todo surpreendente, uma vez que eles também eram maioria entre os escravos. O fato de haver mais libertos de origem africana em relação aos nascidos no Brasil pode ser explicado pela já forte presença de escravos africanos no Rio Grande de São Pedro. Gabriel Berute, que estudou o comércio de escravos na Capitania de São Pedro, afirma que 88% dos escravos ali desembarcados entre os anos de 1788 a 1802 eram de origem africana.<sup>14</sup> Assim, mesmo que ocorresse o crescimento natural da população escrava, aumentando a população crioula, mulata e parda, com tantos escravos estrangeiros chegando à região não é surpreendente perceber que a escravaria fosse majoritariamente africana. Os róis de confessados de Viamão e Porto Alegre, entre os anos de 1778 e 1782 (vide Tabela 1), de fato revelam a falta de representatividade de escravos pardos, crioulos e mulatos. Há, no entanto, a possibilidade desses terem sido subregistrados (ou seja, que os párocos não incluíram cor e origem após seus nomes). Porém, os dados do tráfico corroboram a idéia de que a maioria dos escravos seria de origem africana.

Note, porém, que os resultados exibidos na Tabela 1 precisam ser analisados com cautela. Embora, por exemplo, possamos concluir precipitadamente que havia apenas um crioulo dentre os 567 escravos registrados, no ano de 1778, em Viamão, obviamente esse não devia ser o caso. Certamente havia, dentre a população, filhos de escravos africanos, os quais, apesar de terem nascido no Brasil, não teriam sido registrados explicitamente como crioulos. Entretanto, a Tabela 1 corrobora a teoria de que os africanos eram, sim, maioria, pois, conforme mencionado anteriormente, os africanos era conhecidamente maioria dentre os desembarcados em Rio Grande, e, como também já dito, em Porto Alegre e Viamão eles constituíam aproximadamente dois terços da população (60,2%). Só posso lamentar o fato de que os párocos não tenham tido a preocupação de registrar a origem dos escravos, salvo em algumas exceções. Isso pode ser observado no registro dos escravos do casal André Pereira Maciel e Antônia Mariana, listados no rol de 1780, no qual o pároco, ao listar os três escravos que a eles pertenciam, fez questão de mencionar a denominação do escravo José como crioulo, deixando as escravas Ríta e Inácia sem denominação, o que leva a

---

<sup>14</sup> Gabriel Berute, “Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790- c.1825”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006), p. 51.

crer que elas fossem de origem africana, pois a intenção seria a de destacar o diferente, ou seja, o indivíduo de origem crioula.<sup>15</sup>

**Tabela 1 – Escravos pardos, crioulos e mulatos nos róis de confessados de Porto Alegre e Viamão - registros com denominação (1778-1782)**

Cor/origem	Viamão 1778	Porto Alegre 1779	Viamão 1780	Porto Alegre 1780	Porto Alegre 1781	Porto Alegre 1782
Pardos	-	-	1	-	-	-
Crioulos	1	-	-	-	-	-
Mulatos	-	2	1	1	-	-
N/I*	566	534	537	419	456	546
Total	567	536	539	420	456	546

Fonte: AHCMPA, Róis de Confessados de Viamão dos anos de 1757, 1758, 1778 e 1780 e de Porto Alegre dos anos 1779, 1780, 1781, 1782, 1790 e 1792.

N/I\*: escravos para os quais não puderam ser identificadas cor ou origem.

Portanto, mesmo que a Tabela 1 sem dúvida apresente um registro lacunar das denominações apresentadas nos róis de confessados, justamente por poucos escravos *não-africanos* serem mencionados é possível concluir que a maioria fosse realmente de origem africana. Uma possível explicação para isso é a seguinte: em primeiro lugar, devo lembrar que os primeiros escravos a chegarem no Rio Grande do Sul o fizeram junto com as primeiras famílias de migrantes, por volta da década de 1720; uma vez que o período que analiso se dá por volta de sessenta anos mais tarde, fica claro que deve ter havido no máximo duas ou três gerações de filhos dos escravos originais. Se somarmos a isso o fato de que 1) a maioria da população escrava era de homens (60%); 2) que a taxa de natalidade entre escravos era baixa; e 3) que o número de escravos trazidos da África a cada ano era bastante elevado, é razoável supor, então, que o número de crioulos realmente fosse bastante baixo em relação ao de africanos, pois o número de crianças nascidas no Continente seria inferior ao número de africanos exportados para essa região.<sup>16</sup>

<sup>15</sup> AHCMPA, Rol de Confessados de Viamão, 1780.

<sup>16</sup> Berute, “Dos escravos que partem para os portos do sul”, p. 40. Tomo Continente como sinônimo de Rio Grande de São Pedro. Segundo o Dicionário Caldas Aulete, Continente é a



Outro ponto importante é a região de procedência dos libertos de origem africana. Essa informação está presente na documentação, normalmente registrada logo após o nome dos indivíduos, como no exemplo: “João Gonçalves, preto forro, de nação benguela”.<sup>17</sup> O termo *nação* indica a região de procedência africana, o porto de embarque, o mercado onde foi comprado e, apenas em alguns casos, a etnia original. Quando um indivíduo era denominado como angola, por exemplo, isso poderia significar tanto que ele foi capturado por indivíduos daquela região, quanto que foi embarcado no porto de Luanda. Em outras palavras, denominações como angola, congo, mina, guiné, entre outras, poderiam tanto se referir a uma vasta região de onde os escravos eram capturados, quanto às regiões de onde eram embarcados. Mary Karasch afirma que “de forma inequívoca, esses termos imprecisos denotam geralmente portos de exportação ou vastas regiões geográficas, mas ao menos dirigem a atenção para a [...] terra natal provável da maioria dos africanos”.<sup>18</sup>

No entanto, estando os escravos já no Brasil, é possível supor que essas denominações de origem pudessem ter sido adicionalmente usadas para construir laços de identidade entre os assim chamados, ou até mesmo para reforçar rusgas antigas.<sup>19</sup> Interessa-me justamente analisar tais relações. Inicialmente, após agrupar as denominações em três grandes regiões de tráfico – África Ocidental, África Centro-Ocidental e África Oriental – pude constatar que a maioria dos libertos eram oriundos da região central-ocidental da África.<sup>20</sup>

Em meu levantamento, 53 indivíduos tiveram sua origem africana declarada; desses, 75,5% eram provenientes da região central africana e 24,5% da região ocidental (a região oriental não foi citada nas fontes eclesiásticas, o que de certa forma é esperado, uma vez que o tráfico de escravos dessa região, especificamente Moçambique, apenas se intensificou no século XIX, após a Inglaterra proibir o tráfico acima da linha do Equador).<sup>21</sup> Gabriel Berute, interessado no tráfico de escravos para o Rio Grande, também verificou a predominância de escravos provenientes da região que

---

“antiga designação popular do estado do Rio Grande do Sul.” Caldas Aulete, *Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa*, 5ª ed, Rio de Janeiro, Editora Delta, 1986, p. 440.

<sup>17</sup> AHCMPA, 2º Livro de Óbitos de Viamão, fl. 37, 13/12/1784.

<sup>18</sup> Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, p. 45.

<sup>19</sup> Beatriz Mamigoniam, “Do que ‘o preto mina’ é capaz: etnia e resistência entre africanos livres”, *Afro-Ásia*, n 24, 2000, p. 90; Maria Inês de Oliveira, “Viver e morrer no meio dos seus”, *Revista da USP*, n. 28, 1995/96, p. 176.

<sup>20</sup> Adotei a mesma nomenclatura utilizada em João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, 2ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 309.

<sup>21</sup> APERS, Inventários; AHCMPA, Livros de casamento, de óbito e de batismo, róis de confessados, testamentos, processos matrimoniais e eclesiástico.

ele denomina de África Central-Atlântica. O autor afirma que 97% dos escravos desembarcados no Rio Grande entre os anos de 1788 a 1802 eram provenientes dessa região, com predomínio dos benguelas (45%) e dos angolas (35%).<sup>22</sup> Este perfil parece ter se refletido nas alforrias, pois em meu levantamento também encontrei predomínio de libertos dessas duas nações: benguelas (50%, ou 20 indivíduos) e angolas (30%, ou 12 indivíduos).<sup>23</sup> A preta forra Catarina Duarte, mulher de Teodósio Pires da Mota, por exemplo, foi um desses indivíduos identificados como angolas.<sup>24</sup> Além dessas duas nações, encontrei também sete libertos identificados como congos e um de nação rebolo.<sup>25</sup>

Da chamada África Ocidental, por outro lado, identifiquei apenas três minas, três da Guiné (sendo um da “Costa da Guiné”) e um de Cabo Verde.<sup>26</sup> Essa pouca

---

<sup>22</sup> Berute, “Dos escravos que partem para os portos do sul”, p. 72.

<sup>23</sup> Mary Karasch analisou o perfil étnico dos escravos do Rio de Janeiro, principal parceiro do Rio Grande de São Pedro no comércio de escravos, e afirma que os benguelas eram maioria entre a população escrava dessa cidade. Se eram maioria no Rio de Janeiro, é provável que fossem a nação mais traficada e, conseqüentemente, a nação mais encontrada também no Rio Grande. Karasch, *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro - 1808-1850*, p. 458. A autora, que divide as áreas de exportação de africanos em três, a saber, Centro-Oeste Africano, África Oriental e Ocidental, explica que “a área do Centro-Oeste Africano era comumente dividida em três regiões principais: Congo Norte (Cabinda), Angola e Benguela. Porém, o significado desses termos variava muito e o uso deles no tráfico de escravos não era consistente com a verdadeira identidade étnica, nem com os nomes nacionais cariocas. [...] Os conhecidos como congos no Rio eram, às vezes, os bacongos do Norte de Angola e Sul do Zaire (atual República Democrática do Congo), mas muitos outros grupos étnicos, além desse, eram chamados de congos. De acordo com o costume do tráfico, qualquer indivíduo exportado pelos mercados ligados à vasta rede comercial do rio Zaire e seus tributários era um congo. Evidentemente, os escravos que vinham dessa região pertenciam a milhares de grupos étnicos. [...] No tráfico, o termo [angola] referia-se geralmente aos cativos da região central controlada pelos portugueses da Angola moderna, em especial Luanda, sua capital colonial, e seu interior, o vale do rio Cuanza (Kuanza), e a região entre esse rio e Caçanje. Os angolanos eram exportados geralmente de Luanda e barracões próximos, de Ambriz para norte [...]. Os angolanos, portanto, vinham de uma área mais restrita que a dos congos, mas ainda assim compreendiam numerosos grupos étnicos [...]. Da região ao sul do Cuanza também vieram numerosos escravos para o Rio. O maior grupo foi o dos quissamas (kissamas) e rebolos (libolos). É provável que o estado de guerra constante entre os quissamas e os portugueses e entre quissamas e rebolos seja responsável pelo grande número deles na cidade. Os cativos eram levados para Luanda e dali exportados para o Rio. [Sobre os benguelas] o nome vinha do porto de Benguela, centro de tráfico de escravos mais importante do sul de Angola. [...] muitos dos escravos exportados de Benguela e conhecidos como ‘benguelas’ no Rio eram trazidos para a costa por caravanas de ovimbundos do planalto do Sul de Angola, isto é, os ovimbundos e seus vizinhos.” (pp. 50-7).

<sup>24</sup> AHCMPA, Livros de batismo, óbito e matrimônio de Viamão e Porto Alegre (1747-1808); processos matrimoniais de Porto Alegre e Viamão; APERS, inventários; AHCMPA, 3º Livro de Batismos de Viamão, fl. 34, 20/10/1771.

<sup>25</sup> APERS, Inventários; AHCMPA, Livros de casamento, de óbito e de batismo, róis de confessados, testamentos, processos matrimoniais e eclesiástico.

<sup>26</sup> Segundo Robin Law, “‘Guiné’ e ‘Mina’, sem dúvida, representavam as áreas a oeste e a leste da África Ocidental, respectivamente, e ‘Mina’ era, por conseguinte, toda a costa da África

representatividade também foi observada por Berute, que afirma que apenas 3% dos escravos desembarcados entre 1788 e 1802 eram oriundos dessa região.<sup>27</sup> Assim, o fato de haver poucos *libertos* oriundos da região ocidental africana seria consequência da pouca representatividade de *escravos* provenientes dessa região.

No entanto, as estatísticas que comparam origem dos escravos e de libertos trazem uma questão importante. Por um lado, sabemos que 97% dos escravos desembarcados no Rio Grande de São Pedro eram da África Centro-Occidental; porém, os dados dos livros de casamento, de óbito e de batismo, róis de confessados, testamentos, processos matrimoniais e eclesiástico, apontam que 75,5% dos libertos eram dessa região. Como explicar essa discrepância? Para complicar essa análise ainda mais, ao analisar diretamente as fontes contendo os registros de alforrias, concedidas nas freguesias de Porto Alegre e Viamão nos anos de 1756 a 1808, encontrei uma proporção de libertos da África Centro-Occidental ainda menor. Mais especificamente, dentre 157 alforrias analisadas que continham a origem africana do liberto explicitamente discriminada, encontrei apenas 89 indivíduos (56,7%) provenientes da África Centro-Occidental; outros 67, ou 42,7% eram provenientes da África Occidental; e apenas um, ou 0,6%, vinha da África Oriental (Moçambique).<sup>28</sup> Ou seja, apesar de representarem apenas 3% dos escravos desembarcados, os oriundos da África Occidental representavam 42,7% das alforrias concedidas.

Outros historiadores também constataram a predominância dos chamados “minas” na obtenção de alforria em outros contextos. Segundo Manolo Florentino, escrevendo sobre o Rio de Janeiro do início do século XIX, é “impossível elidir: os menos representados dentre os escravos nascidos na África — os Minas — eram, proporcionalmente, os mais privilegiados quando se tratava de obter a liberdade”.<sup>29</sup> Paulo Moreira, que também encontrou resultados semelhantes para Porto Alegre nos séculos XVIII e XIX, vai além da constatação, explicando que “a maior incidência destas ‘nações’ [oriundas da África Occidental] entre o alforriados não atesta somente sua presença estatística, mas também a sua maior competência enquanto grupo para

---

Occidental, da Costa do Ouro para leste. Dado o padrão dos embarques de escravos no tráfico atlântico, em meados do século XVIII, os ‘minas’ do Rio de Janeiro devem ser predominantemente de língua gbe, mas, no século XIX, passam a predominar os que falavam ioruba”. Robin Law, “Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo ‘mina’”, *Tempo*, n. 20, v. 10, jan. 2006, p. 122.

<sup>27</sup> Berute, “Dos escravos que partem para os portos do sul”, p. 73.

<sup>28</sup> Banco de dados elaborado por Paulo Moreira.

<sup>29</sup> Manolo Florentino, “Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa”, *Topóï*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 28.

agenciar a libertação, já que muitas destas cartas foram concedidas mediante esforço coletivo dos ‘parentes’.<sup>30</sup> Florentino confirma essa teoria, mas também argumenta que a vantagem dos minas na hora das alforrias também era decorrente da “imensa capacidade de arregimentação de recursos para o que contribuía a sua destacada participação entre os escravos ao ganho” e que a “pouco usual capacidade de inserção no mercado guardava vínculos estreitos com a cultura mais urbanizada e mercantil da África Ocidental, comparativamente a outras regiões africanas”.<sup>31</sup> Desta maneira, me parece que essa vantagem dos africanos oriundos da região central africana pode ser percebida já nas primeiras décadas da freguesia de Porto Alegre, assim como pôde ser detectada para outras partes do Brasil e em outras décadas da capital rio-grandense.

Pude também identificar a naturalidade de alguns pardos e crioulos. De um total de 179 pardos e crioulos registrados, 68 tiveram o local de nascimento explicitamente identificado.<sup>32</sup> Desses, constatei que metade, ou seja, 34 forros, era originária da Capitania de São Pedro. Entre os rio-grandenses, onze haviam nascido na freguesia de Porto Alegre, nove na de Rio Grande, cinco na de Triunfo, cinco na de Viamão e quatro na de Rio Pardo (ver Tabela 2).<sup>33</sup> Lucinda da Câmara, por exemplo, parda forra, filha de Catarina Duarte, preta forra, foi um desses indivíduos nascidos na freguesia de Rio Grande. Ela e a mãe provavelmente migraram para Porto Alegre em 1763, para fugir da invasão castelhana à freguesia de Rio Grande.<sup>34</sup> Ao observar as cartas de alforria em Porto Alegre e Viamão, entre 1753 e 1808, concedidas a crioulos, constatei que 83% delas pertenciam a nascidos no Continente. Os outros 17% estavam divididos entre nascidos no Rio de Janeiro (6,3%) e Bahia (10,7%).<sup>35</sup>

Ao constatar que metade dos pardos e crioulos libertos eram naturais da capitania do Rio Grande de São Pedro, pude supor algumas possíveis razões para tal: 1) preferência da concessão da alforria às crias da casa por parte dos senhores; 2) os

---

<sup>30</sup> Paulo Moreira, “Lealdades compartilhadas: alforrias, etnicidades e família na sociedade escravista meridional (Porto Alegre – 1748-1888)”, *História Unisinos*, V. 11, n. 3, set-dez. 2007, p. 375.

<sup>31</sup> Florentino, “Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista”, p. 30.

<sup>32</sup> APERS, Inventários; AHCMPTA, Livros de casamento, de óbito e de batismo, róis de confessados, testamentos, processos matrimoniais e eclesiástico.

<sup>33</sup> Chama atenção o fato de que, apesar de Porto Alegre ser uma freguesia relativamente recente no final do século XVIII, pois só foi criada em 1772, ela concentrava 32,3% dos nascimentos de libertos ocorridos nessa capitania. Isso pode ser consequência de que, logo no ano seguinte, 1773, a freguesia já fora elevada a capital da capitania, concentrando governantes e atraindo comerciantes e novos moradores.

<sup>34</sup> AHCMPTA, 1º Livro de Batismos de Porto Alegre, fl. 16v, 08/10/1775.

<sup>35</sup> Banco de dados elaborado por Paulo Moreira.

naturais do Rio Grande, estando mais adaptados ao clima e às lidas do campo, como montaria, por exemplo, teriam mais oportunidade de acumular pecúlio e comprar suas alforrias, enquanto os oriundos de outras capitanias levariam mais tempo para alcançar tal objetivo; e 3) mobilidade e migração de libertos em números não-desprezíveis. Essa última constatação decorre do fato de que, se por um lado 83% das alforrias eram dadas a nativos do Rio Grande do Sul, ao analisar outras fontes que não as cartas de alforria (ou seja, fontes que supostamente registravam fatos da vida dos indivíduos após a manumissão) encontrei uma proporção de apenas 50% de nativos. Então os libertos nascidos na capitania do Rio Grande migravam para fora das freguesias de Porto Alegre/Viamão, ou indivíduos que ganharam a alforria em outros locais migravam para essas freguesias. A discrepância entre a estatística advinda de fontes que não as cartas de alforria com aquela advinda especificamente de cartas de alforria, leva a concluir que havia, de fato, circulação significativa de libertos por dentro e/ou fora da capitania. Embora não possa afirmar com certeza a direção da circulação, a possibilidade maior, acredito, é de que os libertos de outras regiões estivessem migrando para Porto Alegre e Viamão (ao invés de libertos nativos estarem abandonando estas freguesias), uma vez que no período estudado Porto Alegre sofria amplo crescimento.

Em meu levantamento, além da capitania do Rio Grande de São Pedro, também outras capitanias foram citadas como sendo a origem de pardos e crioulos libertos: Rio de Janeiro, com onze indivíduos, São Paulo com oito, Bahia e Minas com quatro cada uma, Santa Catarina com duas e Sergipe, Pernambuco, Paraná e Maranhão com uma cada. Além desses lugares, Braga, em Portugal, também foi citada como sendo o lugar de nascimento da crioula Joana, casada com Manuel, preto forro.<sup>36</sup> Não por acaso, Rio de Janeiro aparece como sendo a segunda capitania mais citada em relação à procedência de pardos e crioulos, já que era justamente de lá que vinha a maioria dos escravos para a capitania de São Pedro nessa época, segundo constatou Manolo Florentino.<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> AHCMIPA, 1º Livro de Óbitos de Porto Alegre, fl. 98v, 11/11/1789.

<sup>37</sup> Florentino, *Em costas negras*, p. 38; Berute, “Dos escravos que partem para os portos do sul”, p. 46.

**Tabela 2 – Freguesias de nascimento de pardos e crioulos (1751-1808)**

Local de Nascimento	Quantidade	Freguesia específica
Rio Grande de São Pedro	34	
	11	Nª Sª Madre Deus de Porto Alegre
	9	São Pedro de Rio Grande
	5	Nª Sª da Conceição de Viamão
	5	Senhor Bom Jesus do Triunfo
	4	Nª Sª do Rosário de Rio Pardo
Rio de Janeiro	11	
	4	Rio de Janeiro (sem freguesia específica)
	1	Freguesia da Sé (cidade do Rio de Janeiro)
	1	Nª Sª da Candelária (cidade do Rio de Janeiro)
	2	São José (cidade do Rio de Janeiro)
	1	Nª Sª da Apresentação de Irajá
	1	São Salvador dos Campos de Goitacazes
	1	Cabo Frio (sem freguesia específica)
São Paulo	8	
	3	São Paulo (sem freguesia específica)
	1	Ilha de São Sebastião
	1	Santos (sem freguesia específica)
	1	Juqueri (sem freguesia específica)
	1	Conceição de Mogi do Campo
	1	São João de Atibaia
Bahia	4	
	2	Cidade da Bahia (Salvador – sem freguesia)
	1	Freguesia da Sé da Cidade da Bahia
	1	Nª Sª do Rosário da Cidade da Bahia
Santa Catarina	2	Laguna
Sergipe	1	Santo Amaro de Sergipe
Pernambuco	1	Nª Sª do Livramento de Pernambuco
Paraná	1	Curitiba
Maranhão	1	(o nome da freguesia estava ilegível)

Fonte: APERS, Inventários; AHCMPA, Livros de casamento, de óbito e de batismo, róis de confessados, testamentos, processos matrimoniais.

Os dados de origem e naturalidade, especificamente os referidos a crioulos e pardos de fora do estado, só fazem confirmar os números do tráfico de escravos e o comércio de mercadorias na colônia. Os traficantes do Rio de Janeiro comercializavam escravos provenientes da África Centro-Occidental não só a fim de abastecer a capital da colônia, mas também com a finalidade de reexportar, para prover o abastecimento de outras capitanias, como Minas Gerais e Rio Grande de São Pedro. Assim, o Rio de Janeiro tornou-se não apenas o maior re-exportador de escravos de forma geral, mas também o maior parceiro comercial do Rio Grande. Especificamente, além de abastecer o Rio Grande com escravos provenientes da região central da África (muitos dos quais acabaram alcançando a alforria, posteriormente), o Rio de Janeiro também abastecia a capitania do Sul com escravos nascidos na própria capitania do Rio de Janeiro. Além do tráfico propriamente dito, é possível também que o intenso comércio entre as capitanias tivesse contribuído para que muitos libertos nascidos no Rio de Janeiro migrassem espontaneamente para o sul, o que ajudaria a explicar a observada maioria de “cariocas” entre os alforriados de fora da capitania.

## **Idade**

Em função dos objetivos desta pesquisa, é de meu interesse apresentar informações tais como o número de indivíduos disponíveis para o casamento, o número de mulheres em idade fértil, de indivíduos em idade produtiva, de crianças e idosos, e também a expectativa de vida dos libertos. O primeiro passo nessa direção é traçar o *perfil etário* dos libertos. Outra informação relevante para a esta pesquisa, por esta tratar especificamente de uma análise da vida dos libertos, diz respeito à idade em que conseguiam adquirir suas alforrias. Em outras palavras, interessa saber se eles adquiriram a liberdade antes ou durante a idade produtiva, ou se a adquiriam já no final da vida. Utilizarei para tal discussão os róis de confessados de Porto Alegre e as cartas de alforria de Porto Alegre e Viamão.

Dentre todos os róis de Porto Alegre analisados, apenas quatro possuíam informação a respeito da idade de seus paroquianos, a saber, os de 1779, 1780, 1781 e 1782. No Gráfico 3, agrupo os libertos de acordo com sexo e idade, e, em relação a esse último critério, ainda divido a população em três faixas etárias, utilizando como guias os

critérios de fertilidade e produtividade: a primeira faixa etária diz respeito a indivíduos entre 0 a 14 anos (que inclui os primeiros anos dos períodos produtivo e fértil); a segunda, a indivíduos entre 15 a 49 anos (auge do período fértil e produtivo); e a terceira, a indivíduos de 50 anos em diante (declínio do período fértil e produtivo).<sup>38</sup> Analisando os resultados do Gráfico 3, é possível perceber que nos documentos estudados, as mulheres em idade fértil e plenamente produtivas, ou seja, entre 15 e 49 anos, são maioria em relação aos homens nessa mesma faixa etária. Analisando, por outro lado, as cartas de alforrias concedidas entre os anos de 1758 e 1808, nas freguesias de Viamão e Porto Alegre (especificamente as alforrias nas quais as idades dos alforriados foram informadas), encontrei 311 cartas, dentre as quais também verifiquei que as mulheres entre 15 e 49 anos representam 60,6% dos registros, enquanto os homens estão representados em apenas 39,4% nessa faixa etária. No entanto ao analisar a faixa etária posterior, ou seja, com mais de 50 anos, constatei que 56,7% eram homens (38 cartas) e 43,3% (29 cartas) mulheres.<sup>39</sup> Isso indica que as mulheres recebiam alforria mais cedo que os homens, provavelmente pelos motivos que foram discutidos aqui, como maior proximidade afetiva dos senhores e por seu preço ser menor que o dos homens. Além disso, a capacidade que as mulheres tinham de aumentar a riqueza dos senhores também pode ter contribuído para o fato de elas conseguirem adquirir suas alforrias mais cedo, uma vez que poderiam, por exemplo, conceder-lhes crias, em relação às quais os senhores, e sobretudo as senhoras, amiúde desenvolviam relações afetivas. Assim, as mulheres receberiam a alforria antes dos homens, na faixa etária entre os 15 e os 49 anos, enquanto que os homens tinham que esperar um pouco mais para alcançar a manumissão, a qual, algumas vezes, vinha apenas após os 50 anos.

Analisando o Gráfico 3, que se refere aos *róis de confessados*, pude também estudar a proporção de homens e mulheres libertos na faixa etária acima dos 50 anos. Constatei, por exemplo, que entre os anos de 1779 e 1782 os homens libertos eram maioria nessa faixa de idade. Nos anos de 1779 e 1780, não encontrei quaisquer registros de mulheres libertas com mais de 50 anos, dentre um total de sete registros; em 1781, encontrei 5 homens libertos e 3 mulheres naquela faixa etária; em 1782, 10 homens e 8 mulheres. É claro que esses dados precisam ser lidos com cautela, visto que há amostras repetidas entre os anos (i.e, homens e mulheres com mais de 50 anos que

---

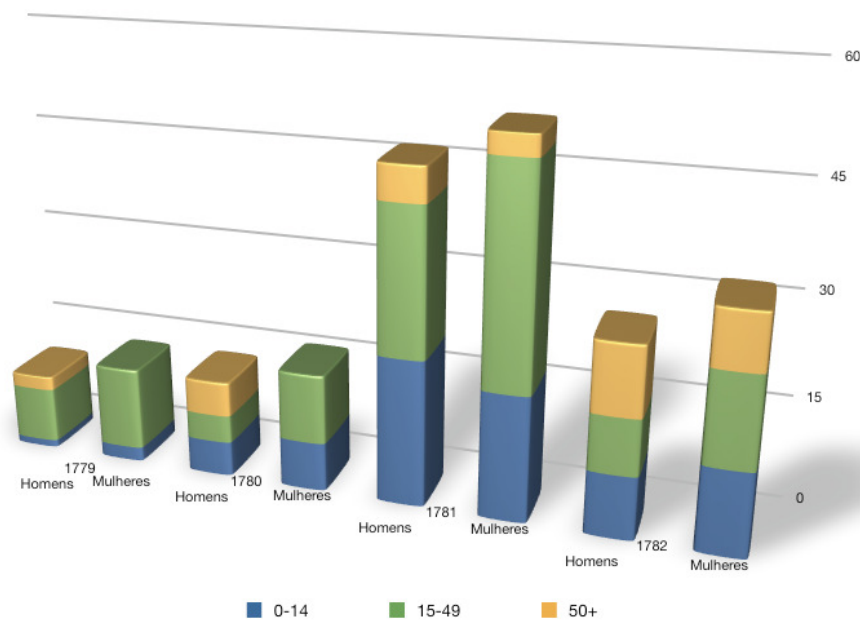
<sup>38</sup> Esses critérios são os mesmos adotados por Florentino e Berute. Florentino, *Em costas negras*, p. 221; Berute “Dos escravos que partem para os portos do sul”, p. 59.

<sup>39</sup> Banco de dados elaborado por Paulo Moreira.



viveram em vários dos anos do período sendo analisado), e também devido ao tamanho reduzido de minha amostra de estudo. No entanto, o fato de haver consistentemente mais homens do que mulheres durante todo o período, mesmo que em pequenos números, me parece indicar que homens possuíam, sim, uma expectativa de vida ligeiramente maior. Isso vai de encontro ao que ocorre nos dias atuais, em que são as mulheres que possuem tal vantagem. Por ora, posso antecipar que não encontrei nenhum motivo definitivo capaz de explicar essa possível vantagem por parte dos libertos, exceto, talvez, as mortes durante o parto. No inventário de Catarina Duarte, por exemplo, estão arrolados alguns bens com os quais a liberta presenteou sua filha Lucinda da Câmara, entre eles “uma vela de quarta para a sua moléstia de parto”.<sup>40</sup> Esse gesto talvez evidencie a preocupação de uma mãe com uma moléstia que devia acometer muitas mulheres e que, talvez, fosse a causa da maioria masculina na faixa etária acima dos 50 anos.

**Gráfico 3 – Idade de libertos, segundo sexo, em Porto Alegre (1779-1782)**



Fonte: AHCMPA, Róis de Confessados de Porto Alegre, 1779, 1780, 1781, 1782.

<sup>40</sup> APERS, Inventário de Catarina Duarte, 1780, 2º Cartório de Cível e Crime de Porto Alegre, n. 9, maço 1.

Outro ponto importante do perfil dos libertos era a proporção de indivíduos na idade abaixo dos 15 anos. Sabe-se que crianças correspondiam a grande parte dos libertos; analisando o Gráfico 3, referente aos quatro róis de confessados de Porto Alegre a que tive acesso, percebe-se que a população na faixa de idade abaixo dos 14 anos se manteve praticamente constante ao longo dos anos. Especificamente, a proporção de crianças dentre os libertos em 1780, 1781 e 1782 era de aproximadamente 35%. Em 1779, era de 12%. Infelizmente não tenho dados para o ano de 1778 para determinar se a porcentagem naquele ano seria mais próxima de 35% ou de 12%; portanto, não posso determinar se a proporção tão menor observada em 1779 era realmente uma exceção ou apenas decorrência de registros incompletos nas fontes. Por outro lado, dado que não há nenhuma razão para supor que a taxa de fertilidade tenha aumentado drasticamente de 1779 para 1780, nem que tenham ocorrido migrações em massa de crianças libertas para o Rio Grande de São Pedro, ou que tenha havido neste ano um número inesperadamente alto de crianças escravas sendo alforriadas (apenas uma criança foi alforriada em 1779, e duas em 1780), é possível supor que a causa da estatística anormal no ano de 1779 realmente tenha se devido à falta de registros completos. Se for esse o caso, podemos supor que 1779 realmente foi um ponto fora da curva, e que, em média, a proporção de crianças realmente era de aproximadamente 35% da população liberta.

A fim de complementar essas estatísticas, analisei ainda outra fonte – as cartas de alforria concedidas entre os anos de 1758 e 1808, em Porto Alegre e Viamão, nas quais as idades dos alforriados tivessem sido declaradas. Essas fontes indicam que 23,8% da população alforriada tinha menos de 14 anos.<sup>41</sup> No entanto, a fim de que eu pudesse comparar a proporção entre crianças escravas e crianças forras, foi preciso delimitar a pesquisa às alforrias concedidas a crianças com menos de 7 anos, uma vez que não possuo, nas alforrias, as idades das crianças escravas entre 7 e 14 anos. Constatei que 17,5% dos escravos tinham essa mesma faixa etária, ou seja, menos de 7 anos.<sup>42</sup> Por outro lado, verifiquei que 14,8% das alforrias eram concedidas a crianças dessa faixa. Ou seja, a proporção de crianças escravas que ganhavam alforria (14,8%) era bem próxima à proporção de crianças escravas (17,5%), o que me faz pensar que

---

<sup>41</sup> Paulo Moreira afirma que 13% das cartas de alforria de seu levantamento foram concedidas a crianças de 0 a 15 anos. Banco de dados elaborado por Paulo Moreira.

<sup>42</sup> Fábio Kuhn, “Gente da fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII”, in Luis Alberto Grijó, Fábio Kuhn, César Augusto Barcellos Guazzelli e Eduardo Santos Neumann (orgs.), *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004, p. 54.

provavelmente não havia nenhum motivo especial para favorecer crianças na hora da manumissão. Aliás, também não havia nenhum favorecimento em relação à própria alforria, pois *todas* as cartas concedidas a menores de 14 anos foram condicionadas; na maioria das vezes, a condição era a de que o libertado servisse ao seu senhor até o fim da vida deste.<sup>43</sup>

Para finalizar, considerando todos os dados apresentados neste capítulo, é possível traçar, então, o perfil mais representativo dos libertos de Porto Alegre e Viamão no final do século XVIII e início do XIX. Os dados apontam para um modelo demográfico em que a população liberta era majoritariamente feminina, preta, proveniente da África Centro-Occidental e com idade entre 15 e 49 anos. Coincidência ou não, este é exatamente o perfil de uma de minhas protagonistas, Catarina Duarte, que será estudada em detalhes nos capítulos seguintes, e que recebia a denominação de “preta forra de nação angola”, tendo falecido aos 40 anos, em 1780.<sup>44</sup> No entanto, embora Catarina de certa forma representasse bem o tipo de liberta que compunha a sociedade colonial de Porto Alegre e Viamão, seria uma limitação muito grande deste trabalho se eu me dedicasse apenas a construir modelos demográficos. Interessa-me, na verdade, estudar como essas questões – maioria dos alforriados pertencerem ao sexo feminino, origem africana, idade produtiva e fértil etc – afetavam de forma geral as relações dos libertos com seus pares.

Tendo apresentado um pouco mais sobre idade, sexo, cor e origem dos libertos, discutirei, nos próximos capítulos, de que forma essas questões influenciaram as estratégias de matrimônio, compadrio, agregação, posse de escravos e convivência nesse grupo social.

---

<sup>43</sup> Banco de dados elaborado por Paulo Moreira.

<sup>44</sup> AHCMPA, 2º Livro de Óbitos de Viamão, fl. 17v, 24/03/1780; 1º Livro de Óbitos de Porto Alegre, fl. 39v, 30/03/1780. O óbito de Catarina foi registrado nas duas freguesias.

## **CAPÍTULO 2**

### **RELAÇÕES FAMILIARES E SOCIAIS DOS LIBERTOS**

Este capítulo tem como objetivo analisar a *composição familiar* dos libertos, utilizando para isso o estudo de matrimônios – oficializados ou consensuais –, de filiação, de compadrio e de agregamento. Mais especificamente, interessa-me acompanhar as trajetórias de vida de alguns dos indivíduos do grupo em estudo a fim de melhor entender suas escolhas individuais e as estratégias do grupo em que estavam inseridos, tanto em relação ao casamento e a filhos, quanto à escolha dos padrinhos de seus filhos e dos indivíduos com os quais estabeleciam relações próximas, tais como amizade e companheirismo. Além disso, a fim de analisar o comportamento dos libertos enquanto grupo, optei também por estabelecer uma análise quantitativa das fontes.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a maioria dos libertos identificados por esta pesquisa era de origem africana. Isso significa que eles tiveram seus laços familiares rompidos durante a travessia atlântica e tiveram que construir novos laços aqui no Brasil. Além disso, esses indivíduos também passaram pela experiência do cativo, a qual, muitas vezes, também separava entes queridos através da venda e da herança. Assim, o estudo das relações familiares após a manumissão é também o estudo da reconstrução ou da consolidação de laços familiares, assim como das relações de amizade e companheirismo entre libertos.

#### **Casamento**

Antes de iniciar qualquer discussão a respeito das relações familiares, é preciso definir que entendo como *família*, a união através do casamento consensual ou oficializado na Igreja Católica, a célula formada pela mãe e por seus filhos (tendo eles vivido juntos ou não), assim como os laços gerados entre padrinhos e afilhados através do batismo. Note que considero importante o uso das *relações consensuais* de casamento na definição do conceito de família, pois tais relações parecem ter sido fundamentais na vida dos libertos.

Analisei as famílias com base em informações disponíveis na documentação eclesiástica e cartorial. Essas fontes são bastante lacunares em se tratando desses indivíduos, pois aparentemente os párocos e escrivães da época não se preocupavam

demasiadamente em registrar informações de indivíduos de cor negra e mestiços. No entanto, procurei, da melhor forma possível, reconstituir a história dessas pessoas. Como representantes do grupo de pessoas pesquisado, escolhi as famílias encabeçadas por Catarina Duarte, Antônio Resende, Elias Gonçalves Viana e Joana Maria de Jesus, todos pretos forros; e Antônio Xavier Cavalcante e Romualdo Antônio, pardos forros. Tive acesso à documentação bastante completa a respeito desses indivíduos, e eles serão apresentados e discutidos em maior detalhes ao longo deste e do capítulo seguinte. A expectativa é que o estudo desses casos possa fornecer sugestões valiosas acerca de como as famílias de libertos, de maneira geral, se organizavam, eram compostas, e também de que forma construíam certos laços não apenas com indivíduos daquele mesmo grupo, mas também com o restante da sociedade colonial, por meio, por exemplo, de casamentos, apadrinhamentos e de relações de amizade.

A primeira forra mencionada, Catarina Duarte, era africana de nação angola. Não encontrei nenhuma informação sobre ela antes de 1763, quando se mudou com sua filha, assim como muitas outras pessoas, para Viamão, fugindo da invasão castelhana a Rio Grande. No inventário *post-mortem* de Catarina, datado de 1780, está registrado que essa liberta teria falecido aos 40 anos e que Lucinda da Câmara, sua filha, teria nesta época por volta de 20 anos, fato este comprovado por ainda outro documento, o Rol de Confessados de Porto Alegre, de 1781, que registrou Lucinda como tendo então 19 anos.<sup>1</sup> Conforme esse documento, Lucinda teria nascido em 1762, antes da migração para Viamão. Infelizmente, não encontrei o registro da carta de alforria dela ou da mãe.<sup>2</sup> Entretanto, Catarina, por ser de origem africana, e ter sido registrada como liberta, certamente deve ter sido alforriada em algum momento de sua vida (isto é, não nasceu livre). Por fim, chamo a atenção para o fato de que Lucinda era parda e que provavelmente nasceu da relação de Catarina com um homem de cor branca.

Após o ano de chegada de Catarina em Viamão, encontrei o primeiro registro relacionado ao seu nome apenas no ano de 1771, quando ela batizou uma criança chamada Francisca, filha de Catarina de Sena, outra preta forra. No segundo registro em que é citada, em 1772, Catarina Duarte apadrinhou ainda outra criança, mas desta vez filho de escravos. No registro deste batismo, verifiquei a primeira referência a Teodósio Pires da Mota, pardo forro, então já seu cônjuge, como sendo padrinho da criança. Não

---

<sup>1</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Inventário de Catarina Duarte, 1780, 2º Cartório de Cível e Crime de Porto Alegre, n. 9, maço 1; Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA), Rol de Confessados de Porto Alegre de 1781.

<sup>2</sup> Banco de dados elaborado por Paulo Moreira.

posso precisar em que momento os dois passaram a conviver maritalmente, ou quanto tempo durou essa relação, mas posso inferir que o relacionamento se manteve entre os anos de 1772 a 1780, quando se deu o falecimento de Catarina. Nesse meio tempo, Lucinda, filha de Catarina, já havia se casado duas vezes: primeiramente com Vicente Pinto, pardo forro, falecido em 1776, aos 20 anos, e depois com Bento Teixeira da Silva, que, segundo sugere a documentação, era um homem branco, por não ter registrada a cor após o seu nome.<sup>3</sup>

Por trás dos casamentos e separações de Lucinda, Catarina, Teodósio e de tantos outros forros, podemos perceber que as escolhas matrimoniais envolviam muitas questões além da afetiva. Para a historiadora Maria Inês de Oliveira, que estudou os libertos na Salvador dos séculos XVIII e XIX,

o casamento aparece visivelmente caracterizado como um acordo de amparo recíproco onde cada um olha pelo outro, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de ambos. Tanto o homem quanto a mulher podem, indistintamente, ser responsáveis pelo patrimônio ou pela manutenção do casal, mas é necessário que recebam em troca alguma vantagem ou garantia. Seja a mulher assumindo a direção da casa ou mesmo serviço doméstico, caso não haja escravos, entrando o marido como provedor, seja este assegurando à mulher mantenedora do lar e responsável direta pelos bens do casal, o respaldo masculino, necessário numa sociedade patriarcal. O casamento reafirma-se como troca de serviços que conferia sentido à união.<sup>4</sup>

As relações matrimoniais, portanto, estariam intimamente relacionadas com as questões de patrimônio, capacidade de ascensão econômica, capacidade de ascensão social e também com as possibilidades de se construir e perpetuar os laços de convivência dentro de uma comunidade, aspectos que discutirei no último capítulo. Além, disso, é claro, também eram diretamente influenciadas por questões relacionadas à cor, origem e língua.

Analisando o banco de dados sobre libertos, constatei que a grande maioria dos forros contraiu matrimônio, sendo de forma oficial ou não. Dos 455 adultos libertos pesquisados, 332 eram, ou foram, casados.<sup>5</sup> Isso significa que 73% dos componentes do

---

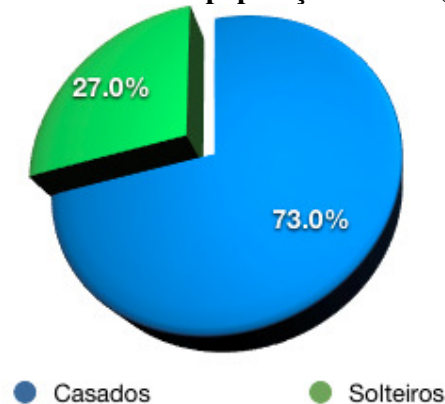
<sup>3</sup> AHCMPA, 3º Livro de Batismos de Viamão, fl. 34, 20/10/1771; fl. 45, 26/08/1772; 1º Livro de Óbitos de Porto Alegre, fl. 12v, 20/03/1776; APERS, Inventário de Catarina Duarte.

<sup>4</sup> Maria Inês Côrtes de Oliveira, *O liberto: o seu mundo e os outros, Salvador, 1790/1890*, São Paulo, Corrupio, [Brasília, DF], CNPq, 1988, p. 60.

<sup>5</sup> Note que não considero crianças libertas para a análise dos matrimônios. As crianças, ou filhos dos libertos, constam separadamente como informação anexada à ficha de cada liberto registrado no banco de dados.

grupo se associaram a outra pessoa, na busca não apenas de relações afetivas, mas também de parceiros que pudessem contribuir para a melhoria de suas vidas, social ou economicamente.<sup>6</sup> Essa alta porcentagem de casamentos pode indicar também o quanto esse tipo de associação trazia vantagens aos libertos, uma vez que poderia ajudá-los a se inserir em um grupo social melhor que o seu, ou ainda reforçar os laços com seu próprio grupo. Além disso, casamentos também agregavam vantagens econômicas, na medida em que traziam para debaixo do mesmo teto ajuda para o trabalho, escravos, propriedades, jóias, entre outros recursos.

**Gráfico 4 – Estado civil da população liberta (1751-1808)**



Fonte: APERS, Inventários; AHCMPA, Livros de casamento, de óbito e de batismo, róis de confessados, testamentos, processos matrimoniais e eclesiástico.

Embora os libertos, como grupo, pareçam de forma geral ter buscado o casamento, pode perceber algumas diferenças ao analisar o estado civil de tais indivíduos de acordo com a cor da pele. Ao analisar os dados de matrimônio da Tabela 3, chamo a atenção para o alto número de casamentos das crioulas forras (91,3%) e, em contrapartida, o baixo número de pardas que contraíram matrimônio, (54,9%). É possível supor que os indivíduos de pele mais clara fossem favorecidos na hora de contrair casamentos em detrimento daqueles com tez mais escura. Embora a cor fosse

---

<sup>6</sup> Douglas Cole Libby e Clotilde Paiva também encontraram alto número de casamentos entre libertos, 54,%, na freguesia de São José d’El Rey em 1795. Maria Inês de Oliveira encontrou 74,1% dos homens e 57,8% das mulheres casados ou viúvos quando da abertura de seus inventários entre 1790 e 1850. Douglas Cole Libby e Clotilde Paiva, “Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d’El Rey em 1795”, *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, Vol. 17, n.1/2, jan./dez. 2000, p. 33; Oliveira, *O liberto*, p. 58.

um fator de discriminação, gostaria de destacar o fato de que os dados apresentados na Tabela 3 parecem indicar que não houve desvantagem de pretos e crioulos na hora de contrair matrimônio, muito pelo contrário. Se a cor não foi barreira para o matrimônio, veremos, ao analisar os dados das Tabelas 4 e 5, que a cor parece ter sido um fator importante na medida em que aparecia como *limitadora* das escolhas dos grupos, ou seja, como uma característica que instituiu barreiras para o casamento com pessoas de estatuto e cor diferentes. A saída encontrada, nesse caso, parece ter sido a endogamia, isto é, o casamento entre iguais.

**Tabela 3 – Estado civil dos libertos (1752-1808)**

Estado civil	Pretos		Pardos		Crioulos		Mulatos		Total
	H	M	H	M	H	M	H	M	
Casado ou viúvos	103 78,6%	109 76,2%	53 69,7%	39 54,9%	7 77,8%	21 91,3%	-	-	332 73,2%
Solteiro	28 21,4%	34 23,8%	23 30,3%	32 45,1%	2 22,2%	2 8,7%	1 100%	1 100%	123 26,8%
Total	131 100%	143 100%	76 100%	71 100%	9 100%	23 100%	1 100%	1 100%	455 100%

Fonte: APERS, Inventários; AHCMPA, Livros de casamento, de óbito e de batismo, róis de confessados, testamentos, processos matrimoniais e eclesiástico.

Nas Tabelas 3, 4 e 5, verifiquei que homens e mulheres denominados como pretos forros tiveram chances praticamente iguais de contrair matrimônio (78,6% e 76,2% respectivamente), com uma forte tendência endogâmica (Tabelas 4 e 5). Em relação ao número total de casamentos, não parece ter havido desvantagens devido à cor da pele, para nenhum dos sexos; isto é, a porcentagem de casados e solteiros para ambos é praticamente a mesma, o que indica que tanto pretos quanto pretas tiveram oportunidades semelhantes de contrair matrimônio, mesmo ao considerarmos a vantagem numérica das mulheres neste grupo social. O que também chama a atenção, ainda ao analisarmos o casamento entre pretos e pretas, é, como disse, a alta taxa de endogamia, praticamente de 1: 1. Especificamente, observei que 76 pretas casaram com pretos (isto é, aproximadamente 70% das pretas) e 79 pretos casaram com pretas (isto é, aproximadamente 76% dos pretos). Embora os números absolutos de casamentos para



cada um dos sexos sejam bastante próximos, as porcentagens diferem um pouco - em 7%, de acordo com as Tabelas 4 e 5.<sup>7</sup> Tal disparidade parece ser explicada pelo fato de que havia mais mulheres do que homens em idade fértil, fato este verificado no capítulo anterior. Isso pode ter forçado as pretas que não fossem “escolhidas” por pretos a diversificar os parceiros de matrimônio, casando-se, por exemplo, com escravos. Enquanto que apenas 4,8% dos pretos casaram com escravas, 11% das pretas casaram com homens desse mesmo estatuto, o que reforça tal hipótese. Esse foi o caso, por exemplo, de Catarina de Sena, comadre de Catarina Duarte, que era casada com Manuel, escravo do provedor da Fazenda Real, Inácio Osório Vieira.<sup>8</sup>

De qualquer forma, é fato que a maioria absoluta de pretos e pretas casavam-se entre si, o que reforça a idéia de que, provavelmente, as escolhas matrimoniais passavam também pela afirmação identitária do grupo.<sup>9</sup> Tal afirmação poderia surgir a partir de observação de traços culturais semelhantes, uma vez que se tratavam de africanos libertos preferindo se unir a outros africanos de igual estatuto; ou ainda, tal afirmação poderia surgir devido ao sentimento de não pertencimento a outros grupos, ou seja, devido à rejeição por parte de pardos, crioulos e brancos, enfim, por parte de toda a gente nascida no Brasil; percebi, por exemplo, que em relação aos casamentos mistos, apenas 5,5% das pretas e 5,8% dos pretos casaram-se com pardos ou crioulos libertos.<sup>10</sup> Poderia ainda argumentar que casamentos entre pessoas de cor de pele semelhantes eram mais comuns devido justamente ao fato de que grupos fechados acabariam por incentivar o convívio entre os pares. O pesquisador Carlos Lima utiliza o termo *isogamia* para explicar tal questão. Para Lima, antes de uma limitação social, o casamento entre iguais era uma estratégia utilizada para inserir-se em determinada comunidade.<sup>11</sup> Maria Inês de Oliveira vai além. Para ela,

mesmo de nações diferente, desde que não fossem tradicionalmente rivais, os africanos identificavam-se muito mais e tinham maiores condições de se adaptarem entre si, do que com crioulos, mulatos ou brancos, que muito mais

---

<sup>7</sup> Muito provavelmente essa pequena disparidade, que a princípio nos indicaria uma leve tendência para pretos casarem com pretas, mais do que o contrário, é devido principalmente a margem de erro.

<sup>8</sup> AHCMPA, 3º Livro de Batismos de Viamão, fl. 34, 20/10/1771.

<sup>9</sup> Maria Inês de Oliveira achou dados semelhantes para Salvador. Segundo a autora, “os testamentos evidenciaram uma forte tendência endogâmica entre os africanos, raros sendo os casos de casamentos ou uniões de africanos com crioulos os brancos”. Oliveira, *O liberto*, p. 55.

<sup>10</sup> Oliveira, *O liberto*, p. 60.

<sup>11</sup> Carlos A. M. Lima, “Além da hierarquia: famílias negras e casamento em duas freguesias do Rio de Janeiro (1765-1844)”, *Afro-Ásia*, n. 24, 2000, pp. 129-164.

do que a cor diferente, possuíam valores culturais diferentes e ameaçadores, na medida em que se pautavam, em grande parte, pela cultura branca dominante.<sup>12</sup>

Em outras palavras, as escolhas matrimoniais também estavam facilitadas pela influência de traços culturais comuns, os quais muitas vezes não podiam ser completamente diluídos. Dos poucos casamentos em que a origem de ambos os noivos puderam ser identificadas (apenas 20), pude verificar a união entre indivíduos denominados de mesma nação em oito casos, a saber, 5 entre benguelas, 2 entre angolas e 1 entre minas; ao considerar os casamentos mistos, observei 3 casamentos entre angolas e benguelas (grupos vizinhos na África), 1 entre um homem de nação congo e uma mulher de nação benguela e 1 entre preto da Guiné e uma preta rebolo. Devido ao pequeno tamanho da amostra, é difícil tirar conclusões precisas, mas é possível notar que dentre esses exemplos há predominância de casamentos entre africanos oriundos de uma mesma região mais ampla, no caso, da África Centro-Ocidental.<sup>13</sup> Mas, provavelmente, este quadro não passe de reflexo do fato de que havia mais libertos provenientes de tal região, sobretudo angolas e benguelas (ver capítulo 1), e não necessariamente devido a uma preferência ou estratégia em se relacionar com parceiros que possuíssem similaridades culturais.

A tendência endogâmica foi verificada entre os indivíduos de cor parda, porém, em menor escala. Apenas 56,4% das pardas e 41,6% dos pardos casaram-se com indivíduos de mesma condição.<sup>14</sup> Analisando as Tabelas 4 e 5, pude ainda verificar que os pardos de ambos os sexos tiveram mais oportunidades do que pretos, e também do que crioulos, como veremos mais adiante, de contrair matrimônios ascendentes, ou seja, com pessoas de cor branca. Na sociedade colonial em questão, a cor da pele era um importante fator para a ascensão social; quanto mais clara a tez da pele, mais chances o indivíduo teria de ascender socialmente. Assim, é bastante possível que os pardos e pardas tenham tido mais oportunidades de contrair matrimônio com pessoas de pele branca do que pretos e crioulos, e em algumas situações tenham preterido seus pares em função das vantagens sociais que o casamento com um branco traria. Esse tipo de situação, de acordo com os dados apurados, raramente se apresentaria como possível para pretos e crioulos.

---

<sup>12</sup> Oliveira, *O liberto*, p. 56.

<sup>13</sup> Oliveira também verificou predominância de casamentos da mesma área de origem. Oliveira, *O liberto*, p. 56.

<sup>14</sup> AHCMPA, 2º Livro de Batismos de Viamão, fl. 37v, 12/08/1764.

Lembremos agora do caso de Lucinda, parda forra, mencionado acima; Lucinda da Câmara casou-se em segundas núpcias com Bento Teixeira da Silva, que era branco.<sup>15</sup> No caso de Lucinda, não só a cor da pele do cônjuge pode ter influenciado suas escolhas matrimoniais, mas também o fato de que Catarina, sua mãe, tinha condição econômica melhor do que o resto dos libertos (analisarei a condição econômica de Catarina no capítulo seguinte). Talvez a condição social privilegiada de Catarina tenha influenciado o segundo casamento de sua filha. Isso condiz com a afirmação do autor Carlos Lima, quando fala que as estratégias de casamento não se restringiam às escolhas individuais, mas também passavam pelo crivo da família. Outra pesquisadora, Letícia Guterres, relata um crime cometido por um escravo, de nome Constantino, contra uma parda liberta, chamada Efigênia, “porque ela não teria permitido a realização de seu casamento com a filha da vítima: Maria Liotildes.” Assim como Efigênia, Catarina Duarte pode ter regulado e influenciado as escolhas de sua filha, permitindo, ou até arranjando, para que ela se casasse com um pardo (no caso, seu primeiro marido, o pardo forro Vicente Pinto), e depois com um branco, numa clara estratégia que Carlos Lima denomina de “ascendente”.<sup>16</sup>

**Tabela 4 – Casamento de libertas (1752-1808)**

	Pretas		Pardas		Crioulas	
Pretos	76	69,7%	1	2,6%	5	23,8%
Pardos	6	5,5%	22	56,4%	6	28,6%
Crioulos	-	-	2	5,1%	5	23,8%
Escravos	12	11%	3	7,7%	4	19%
NI*	15	13,8%	11	28,2%	1	4,8%
Total	109	100%	39	100%	21	100%

Fonte: APERS, Inventários; AHCOMPA, Livros de casamento, de óbito e de batismo, róis de confessados, testamentos, processos matrimoniais e eclesiástico.

\*NI=Não identificado. Corresponde àqueles que, na documentação, não receberam nenhuma denominação em relação à sua cor. Suspeito que esses homens fossem de cor branca.

<sup>15</sup> APERS, Inventário de Catarina Duarte.

<sup>16</sup> Lima, “Além da hierarquia”, p 151; Letícia Batistella Silveira Guterres, “Para além das fontes: im/possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos: (Santa Maria - 1844-1882)” (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005), p. 17.

**Tabela 5 – Casamento de libertos (1752-1808)**

	Pretos		Pardos		Crioulos	
Pretas	79	76,7%	6	11,3%	-	-
Pardas	1	1%	22	41,6%	2	28,6%
Crioulas	5	4,8%	6	11,3%	5	71,4%
Escravas	5	4,8%	5	9,4%	-	-
Indígenas	-	-	2	3,8%	-	-
NI*	13	12,7%	12	22,6%	-	-
Total	103	100%	53	100%	7	100%

Fonte: APERS, Inventários; AHCOMPA, Livros de casamento, de óbito e de batismo, róis de confessados, testamentos, processos matrimoniais e eclesiástico.

\*NI=Não identificada. Corresponde àquelas que, na documentação, não receberam nenhuma denominação em relação à sua cor. Suspeito que essas mulheres fossem de cor branca.

Ainda analisando pardos e pardas, verifiquei que apenas 69,7% dos pardos forros e 54,9% das pardas forras foram casados. Se compararmos as porcentagens de pretos e pardos forros, é possível observar que a vantagem dos africanos, em termos de matrimônios contraídos, era muito grande, em ambos os sexos. Se por um lado a cor da pele parece ter ajudado pardos e pardas especificamente na obtenção de casamentos com pessoas de melhor condição social, não parece ter ajudado em relação ao mercado de casamentos de um modo geral, uma vez que havia mais pardos e pardas solteiros do que pretos e crioulos. Seria a cor uma razão limitadora para esses casamentos? Se pensarmos na hipótese de que pardos e pardas prefeririam se unir a alguém de igual cor, ou a alguém de cor branca, poderíamos pensar que tais critérios acabariam por limitar bastante as suas escolhas, resultando assim em um número elevado de indivíduos solteiros, quando comparado com pretos e crioulos. No entanto, como explicar então os casamentos entre pardos e negros (pretos forros, crioulos forros e escravos)? Talvez a cor não fosse o único valor perseguido pelos nubentes na hora de escolher um parceiro. A condição econômica do noivo ou da noiva poderia ser também um fator fundamental. Isso poderia implicar, inclusive, casamentos aparentemente contrários à estratégia ascendente de cor. Por exemplo, pretos bem aquinhoados poderiam casar com pardas, pardas com recursos poderiam casar com brancos etc, constituindo dessa forma relações onde um valor simbólico - a cor - era negociado por atributos materiais ou ocupacionais.

A história de Teodósio, marido de Catarina Duarte, pode nos ajudar a entender tais relações.

Após o falecimento de Catarina, o pardo Teodósio voltou a casar-se, em 1782, com outra preta forra, Teresa de Jesus. Apenas conheço o inventário de Teodósio, e por isso não pude saber exatamente qual era a condição econômica de Teresa ao se casar com ele; no entanto, os bens declarados no testamento de Teodósio são diferentes dos declarados no inventário de Catarina (incluindo aí os bens de raiz). Além disso, ele explicitamente declarou que Teresa seria herdeira de tais bens “por ela ter ajudado a consegui-los”.<sup>17</sup> Isso pode significar que Teresa, assim como Catarina, tenha sido escolhida devido a sua capacidade de trabalho e de agregar recursos ao casamento; ou ainda, também, que tais capacidades tivessem contribuído da maneira inversa, ou seja, que a tivessem colocado em uma posição privilegiada em que pudesse escolher o parceiro. Em outras palavras, embora os pardos pudessem estar em uma posição vantajosa devido a cor de pele mais clara, os pretos forros poderiam tentar compensar suas posições sociais desvantajosas através de sua melhor inserção no mundo do trabalho. Isso pode ser verdade especialmente quando se trata de pretas. A historiadora Sheila de Castro Faria afirma que “em particular, a mulher forra africana tinha condições sociais e econômicas especiais que a tornavam detentora de um poder econômico só muito recentemente detectado”<sup>18</sup>.

Voltando à análise dos percentuais de matrimônios segundo a cor da pele (Tabela 3), chama a atenção o fato de que 91,3% das crioulas eram casadas. Se compararmos crioulas, pardas e pretas libertas, é possível perceber que as crioulas é que parecem ter se destacado mais no mercado de casamentos. Analisando a Tabela 4, pude constatar que as crioulas foram as únicas, dentre as libertas, que aparentemente não apresentaram um comportamento endogâmico. No entanto, ao cruzar as informações contidas nas Tabelas 3, 4 e 5, percebi um aspecto importante. O número total de crioulos forros era muito pequeno (apenas 9); além disso, dentre os crioulos casados (7 indivíduos), um total de 5 casou-se com crioulas (71,4%). Portanto, somos levados a crer que a endogamia entre crioulos e crioulas *era* buscada quando possível, mas que o fato de ter havido poucos casamentos entre crioulas e crioulos pode ser explicado, em parte, pelo diminuto número de homens com essa denominação. Em outras palavras,

---

<sup>17</sup> APERS, Inventário de Teodósio Pires da Mota, 1803, 2º Cartório de Cível e Crime de Porto Alegre, n. 55, maço 3.

<sup>18</sup> Sheila de Castro Faria, “Mulheres forras – riqueza e estigma social”, *Tempo*, 2000, n. 9, p. 69.

acredito que, havendo poucos crioulos disponíveis para casamento, as crioulas podem ter tido que diversificar suas estratégias e tenham acabado encontrando seus parceiros entre os pardos, pretos forros e escravos – busca esta na qual obviamente tiveram grande sucesso, dada a alta taxa de matrimônio deste grupo.

Embora de forma geral as crioulas tenham se destacado no mercado de casamentos pela variedade na qualidade de seus parceiros, no que diz respeito à união com indivíduos de cor branca (isto é, provavelmente, os denominados como NI nas tabelas), as crioulas aparecem em desvantagem em relação a pardas e a pretas forras.<sup>19</sup> Especificamente, menos de 5% das crioulas envolveram-se nesse tipo de relacionamento, comparados com as pretas (13,8%) e pardas (28,2%). Teoricamente, seria de se esperar que as crioulas tivessem vantagens em relação às pretas, pois, tendo nascido no Brasil, já estariam adaptadas à língua, à cultura etc; no entanto, não foi isso que observei.<sup>20</sup> De fato, se tivesse que comparar homens e mulheres segundo o sucesso em obter casamentos com brancos, encontraria a seguinte ordem: pardas, pretas e depois crioulas, dentre as mulheres; e pardos, pretos e crioulos, dentre os homens. Ou seja, os crioulos e crioulas estariam em último nessa ordem, sendo portanto os menos favorecidos. Talvez sua desvantagem, neste aspecto, se devesse a sua pouca representatividade, em termos numéricos, na população negra liberta, livre ou escravizada, conforme já mencionado no capítulo anterior.

É importante ressaltar que as questões discutidas até agora, se tomadas como regra, podem mascarar casos interessantes em que, muitas vezes, a escolha dos parceiros passava por questões individuais, subjetivas, que diferiam do comportamento médio daquele grupo. As estratégias matrimoniais variavam de caso a caso e os resultados exibidos até agora, geralmente na forma de médias e de tendências gerais, são sem dúvida representativos, mas também devem ser lidos com cautela na medida em que correspondem apenas a sumários de decisões complexas e variadas, forjadas pelas experiências e vivências de cada liberto. Teodósio, por exemplo, pode tanto ter escolhido Catarina (ou ter sido escolhido por ela) devido a uma questão econômica, quanto por questões ligadas à identidade. Em seu inventário, Teodósio foi denominado pelo escrivão como sendo preto forro; no entanto, como já mencionado, em seu

---

<sup>19</sup> Uma ressalva importante: não tenho como afirmar que todos os cônjuges que não tiveram cor e estatutos declarados fossem indivíduos de tez branca, porque não disponho de provas documentais para isso.

<sup>20</sup> João Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 321.

testamento ele se autodenominou pardo forro, por ser filho de uma preta forra. Isto significa que, embora reivindicasse a distinção da cor mais clara, talvez fosse tratado como africano liberto por ter a tez escura. Essa característica talvez o aproximasse mais da convivência com africanos do que com mestiços, levando-o assim a se relacionar com pessoas como Catarina Duarte e como Teresa de Jesus, relacionamento este que era comum em crioulos (ou pardos) de primeira geração.<sup>21</sup>

A trajetória de Teodósio da Mota também é representativa ao considerarmos a questão dos viúvos que se casaram novamente. Além de Teodósio, também Elias Gonçalves Viana, outro preto forro, casou-se uma segunda vez. A noiva, neste caso, foi Inácia Pacheca, preta forra, e o casamento se deu apenas um ano após o falecimento de sua primeira mulher, Teresa de Oliveira, preta forra.<sup>22</sup> Além disso, assim como Teodósio e Elias, outras dez pessoas também casaram-se novamente, quase todas com indivíduos da mesma cor, tanto no primeiro quanto no segundo casamento. As únicas exceções encontradas foram Teodósio Pires da Mota, Lucinda da Câmara (discutida anteriormente), que casou-se com um homem branco em segundas núpcias, e Manoel Dias Pinto, pardo, cujo segundo casamento foi com Joana da Penha, de cor e estatuto não registrados; também foi exceção o preto forro Damião Cosme, que casou três vezes, embora sempre com pretas forras, a saber, Pascoalina da Ressurreição, Francisca, de nação benguela, e Teresa do Espírito Santo.<sup>23</sup>

De um total de doze pessoas que casaram-se novamente, seis eram mulheres e seis homens. É bem plausível supor que uma nova união fosse de fato muito importante, tanto para homens quanto para mulheres, principalmente caso o novo casamento ajudasse na sobrevivência. Além disso, a viuvez poderia deixar alguns indivíduos mais fragilizados, e este parece ter sido o caso de Joana Maria, preta forra. Joana foi presa e remetida ao Rio de Janeiro, acusada de má conduta e feitiçaria, em 1779, um ano após a morte de seu marido, Francisco da Costa Pinto, pardo forro. O pároco José Gomes de Faria justificou sua prisão devido a Joana ser “prejudicial a República, e escandalosa, desrespeita a nossa santa fé católica convocando e persuadindo a várias pessoas a que

---

<sup>21</sup> APERS, Inventário Teodósio Pires da Mota.

<sup>22</sup> AHCMPA, 1º Livro de Óbitos de Porto Alegre, fl. 65, 08/04/1785; AHCMPA, 1º Livro de Casamentos de Porto Alegre, fl. 43v, 12/02/1786.

<sup>23</sup> AHCMPA, Livros de Óbitos e de Casamentos de Viamão e de Porto Alegre; sobre Teodósio e Lucinda, APERS, Inventário de Catarina Duarte; sobre Manuel, AHCMPA, 1º Livro de Casamentos de Porto Alegre, fl. 46v, 02/12/1786; sobre Damião Cosme, AHCMPA, 1º Livro de Batismos de Porto Alegre, fl. 227v, 15/04/1782; 1º Livro de Óbitos de Porto Alegre, fl. 115, 27/09/1787; 1º Livro de Casamentos de Porto Alegre, fl. 69v, 29/01/1791.

dêem crédito a feitiçarias, e adorar o Diabo”.<sup>24</sup> Acredito que Joana, que tinha então 42 anos, praticava “feitiçarias” já há algum tempo, mesmo antes do falecimento de seu esposo Francisco; no entanto, o fato de estar viúva pode ter chamado a atenção de algum delator para o movimento em sua casa, gerando o processo e sua condenação. Possivelmente a acusação não teria ocorrido caso as circunstâncias e sua viuvez não tivessem ocorrido. De forma geral, acredito que as segundas núpcias, principalmente nos casos em que o primeiro casamento era primariamente constituído como uma união de esforços, fossem adotadas como uma questão de sobrevivência para muitos homens e mulheres pobres.

Devido aos casos acima discutidos, acredito que o casamento tenha efetivamente constituído um espaço importante para que libertos tecessem alianças entre indivíduos de cor e estatutos iguais aos seus, fortalecendo assim a identidade e solidariedade de seu grupo de cor e origem, mas também, para alguns, como um mecanismo de ascensão social. Além das questões de cor, origem e cultura, os casamentos também parecem ter sido influenciados pelas questões econômicas, uma vez que a união entre dois indivíduos podia ser, muitas vezes, uma forma de sair da pobreza. Além disso, a situação econômica da família dos noivos parece também ter influenciado a escolha dos parceiros por parte dos nubentes e de seus pais.

## **Filhos**

Além do casamento, os filhos também constituíam outro importante aspecto da vida familiar. No entanto, se por um lado pude observar que a maioria dos libertos era casada, não posso dizer o mesmo sobre os forros que tiveram filhos. Apenas 21,4% das famílias eram constituídas pela tríade pai, mãe e filho(s); e, se considerarmos adicionalmente mães solteiras, as quais representavam 14,3% das mulheres forras, veremos então que apenas 36,1% dos libertos tinham filhos (Tabela 6). Se assumirmos que deixar descendentes era parte importante de um casamento, e também parte importante da vida de um indivíduo, o que é bastante plausível, como explicar então o fato de que tão poucas famílias de libertos possuíssem filhos? Talvez a resposta esteja relacionada à cor e ao estatuto das mulheres forras.

---

<sup>24</sup> AHCMPTA, Processo Eclesiástico, Prisão por má conduta de Joana Maria, preta forra, 1779; 1º Livro de Óbitos de Porto Alegre, fl. 36, 18/12/1778.



Verifiquei uma grande diferença entre pardas, pretas e crioulas forras, no que diz respeito à maternidade.<sup>25</sup> Enquanto que 56,4% das pardas foram mães, apenas 30,4% das crioulas e 27,3% pretas exerceram tal papel. Além disso, quando levei em conta a taxa de natalidade em conjunto com o matrimônio, pude perceber que o número de pretas e crioulas forras casadas, mas *sem* filhos, é bastante alto em relação às pardas. Enquanto que as pardas sem filhos representam apenas 26,7% dentre as casadas, as africanas representam 55,2% e as crioulas 69,6%. O que teria gerado tamanha diferença? Por que razão teriam sido as pardas as que mais tiveram filhos?

Num primeiro momento, poderíamos supor que as pretas, por exemplo, por possuírem uma cor de pele desvantajosa em termos sociais, decidissem ter menos filhos devido a sua (suposta) pior condição econômica; no entanto, conforme discutirei no capítulo 3, exatamente o contrário acontecia: as pretas, quando comparadas com as pardas, possuíam *mais* escravos, estatística essa que constitui um bom indicativo de condição econômica, e portanto a hipótese primeira de que elas teriam tido menos filhos devido à pior sua condição social já não se sustenta tão bem.

A principal hipótese para explicar a discrepância observada na taxa de natalidade é a de que os nascimentos *dentro do cativo* de certa forma mascararam as reais taxas de natalidade das pretas e crioulas. Se supusermos que as pardas, por serem fruto da união entre uma africana ou uma crioula e um homem branco, recebiam suas alforrias mais cedo, talvez por conta do senhor ser o pai ou por conta da cor mais clara da pele suscitar simpatia dos senhores, poderíamos pensar que elas teriam tido mais filhos fora do cativo, ou seja, que seus filhos teriam sido registrados já na condição de libertos, e portanto contabilizados nesta pesquisa. Em outras palavras, caso africanas e crioulas demorassem mais tempo para alcançar a liberdade, é plausível concluir que muitas dessas crianças tenham nascido na época em que suas mães ainda estavam no cativo, não tendo sido contabilizadas em meus registros e tenham acabado criando a aparência de que pretas e crioulas tinham uma menor taxa de fertilidade do que pardas.. Apesar de meu empenho, consegui identificar apenas um caso de filho gerado dentro do cativo, o de Josefa Maria da Conceição, Luciano. Em seu testamento, Josefa pediu aos seus testamenteiros que tentassem alforriar seu filho, já que suas tentativas tinham sido vãs, face à negativa do senhor do menino.<sup>26</sup> Infelizmente, esse é o único caso de

---

<sup>25</sup> A análise de filiação se limitará às mulheres, como forma de evitar a duplicação de dados.

<sup>26</sup> APERS, Inventário de Josefa Maria da Conceição, 1796, 2º Cartório de Órfãos e Ausentes de Porto Alegre, n. 143, maço 10.

que tive conhecimento, pois apenas analisei documentos relativos a libertos; além disso, não foi possível cruzar os documentos relativos ao período em que essas mulheres eram escravas com os registros após a manumissão, dado que poucos destes registros mencionavam o nome do ex-senhor da liberta.

**Tabela 6 – Mulheres forras com e sem filhos (1750-1808)**

	Pretas		Pardas		Crioulas		Mulata		Total	
Casadas, com filhos	26	16,8%	20	28,2%	5	21,7%	-	-	51	21,4%
Casadas, sem filhos	83	55,2%	19	26,7%	16	69,6%	-	-	118	49,6%
Solteiras, com filhos	15	10,5%	20	28,2%	-	-	-	-	35	14,7%
Solteiras, sem filhos	19	17,5%	12	16,9	2	8,7%	1	100%	34	14,3%
Total	143	100%	71	100%	23	100%	1	100%	238	100%

Fonte: APERS, Inventários; AHCMPA, Livros de óbito e de batismo, róis de confessados, testamentos.

Na trajetória de Catarina Duarte e de sua filha Lucinda, encontrei muitos traços em comum com outras mulheres de cor, no que diz respeito, por exemplo, à taxa de natalidade. Catarina, conforme já mencionado, teve somente uma filha, Lucinda. Esta, por sua vez, também teve apenas um filho, de nome Manuel.<sup>27</sup> Tal tendência parece se generalizar para a maioria das pretas, pardas e crioulas forras moradoras de Viamão e Porto Alegre. Pelo que pude apurar, 63,4% das pretas, 62,5% das pardas e 60% das crioulas que tiveram filhos, tiveram apenas um (Tabela 7). Maria Inês de Oliveira também encontrou números semelhantes quando analisou os testamentos dos libertos de Salvador.<sup>28</sup>

A baixa taxa de natalidade entre libertas pode estar relacionada, ainda, com a grande mortalidade infantil. Joana Vieira, preta forra, por exemplo, perdeu os quatro filhos que teve quando eles ainda eram crianças; Ana Maria, parda forra, perdeu dois filhos, um deles de “moléstia crônica”, ambos ainda bebês.<sup>29</sup> Tive notícia desses óbitos apenas porque eles foram registrados, mas acredito que a maior parte dos natimortos e do óbito de recém-nascidos seja subrepresentada na documentação. De fato, as

<sup>27</sup> AHCMPA, 1º Livro de Batismos de Porto Alegre, fl. 16v, 08/10/1775.

<sup>28</sup> Oliveira, *O liberto*, p. 62.

<sup>29</sup> AHCMPA, 2º Livro de Óbitos de Viamão, fl. 31, 08/08/1783; fl. 56, 08/04/1790; fl. 63v, 03/01/1792; fl. 87, 24/07/1796; fl. 123, 07/06/1808; 1º Livro de Óbitos de Porto Alegre, fl. 99, 01/03/1790.

freguesias de Viamão (e, depois de 1772, de Porto Alegre) congregavam registros de regiões relativamente distantes, tais como Santo Antônio da Patrulha, Aldeia dos Anjos (atual Gravataí), Triunfo, entre outras, e por isso nem sempre os bebês que morriam logo ao nascer nessas localidades, filhos de pessoas com poucas posses, tinham seus óbitos registrados. Afinal, ir até a Matriz de Viamão ou de Porto Alegre despendia de recursos que nem sempre um papel de registro fazia valer a pena.<sup>30</sup> Acredito que o número real de filhos tidos por libertas era maior do que estimei.

**Tabela 7 – Número de filhos por mulheres (1751-1808)**

Nº de filhos	Pretas		Pardas		Crioulas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 filho	26	63,4%	25	62,5%	3	60%	54	62,8%
2 filhos	8	19,5%	8	20%	-	-	16	18,6%
3 filhos	4	9,8%	4	10%	-	-	8	9,3%
4 filhos	2	4,9%	2	5%	2	40%	6	6,9%
5 filhos	1	2,4%	-	-	-	-	1	1,2%
6 filhos	-	-	1	2,5%	-	-	1	1,2%
Total	41	100%	40	100%	5	100%	86	100%

Fonte: APERS, Inventários; AHCMPA, Livros de óbito e de batismo, róis de confessados, testamentos.

Além das mães casadas, grupo que analisei até agora, também as mães solteiras, apresentadas na Tabela 6, fornecem dados interessantes. Dentre as pardas, 28,2% eram mães solteiras; no grupo das africanas, esse número se revela bem menor, 10,5%. Esses números apontam possivelmente para relações fortuitas ou de concubinação. Segundo Júnia Furtado, o concubinato com homens brancos oferecia algumas vantagens às mulheres.<sup>31</sup> Catarina era africana de nação angola e sua filha Lucinda de cor parda, do que pode-se inferir que o pai da menina fosse um branco, talvez até o ex-senhor de Catarina. Nesse caso, o concubinato poderia ter proporcionado a Catarina, ou a ambas, a tão almejada alforria. O que quero dizer é que a concubinação pode ter trazido vantagens às libertas, que souberam se aproveitar dele para melhorar suas vidas. Conforme discutido anteriormente, é possível observar nas pardas, muito

<sup>30</sup> Não sei informar onde essas crianças costumavam ser sepultadas, mas Mary del Priore afirma que as crianças pagãs podiam ser enterradas “nas biqueiras das casas”. Mary Del Priore, “Criança e Crianças: história e memória em quinhentos anos de Brasil”, In ANAIS do Seminário de Tropicologia, Recife: [s.n.], 1999. [www.fundaj.gov.br/docs/tropico/semi/trop99](http://www.fundaj.gov.br/docs/tropico/semi/trop99).

<sup>31</sup> Furtado, *Chica da Silva e o contratador de diamantes*, p. 108.

mais do que nas pretas e nas crioulas, estratégias de relacionamentos ascendentes, ou seja, relacionamentos com brancos. Portanto, é coerente supor que, caso houvesse concubinato, este ocorreria também (assim como os casamentos) preferencialmente com homens pardos ou brancos. A conclusão possível é de que as pardas pudessem ter maior “acesso” a relações das quais seriam gerados filhos, mas que não resultassem em casamento, e que, por poderem envolver iguais ou brancos, trouxessem vantagens sociais. Note que essa possibilidade também condiz com os dados encontrados anteriormente, os quais demonstram que embora a maioria das pardas tivesse filhos (56,4%), apenas metade delas os tinha enquanto em uma relação de casamento, contra quase 65% das pretas.

### **Relações de Compadrio**

Além dos filhos biológicos, também eram importantes na sociedade colonial os filhos espirituais, ou seja, aqueles apadrinhados na pia batismal. Catarina Duarte, por exemplo, batizou sete crianças, três delas com Teodósio, seu marido. Dentre essas sete crianças, cinco eram filhas naturais ou legítimas de escravos, duas eram filhas de pretos forros. As filhas de pretos forros eram Francisca, filha de Catarina de Sena, e Fabiano, filho legítimo de Lucas Fernandes e de Josefa da Conceição, ambos forros e “do gentio de angola”. Dentre as três meninas apadrinhadas com Teodósio, uma levou o nome de Catarina.<sup>32</sup> Já Teodósio apadrinhou cinco crianças (três delas com Catarina, conforme já mencionado), e também uma pessoa adulta, a preta angola Francisca, de 18 anos, escrava de João Antônio Navarro. Os dois batizados que não foram apadrinhados com Catarina ocorreram após o falecimento desta, e o foram em conjunto com Teresa de Jesus, a segunda mulher de Teodósio, que acabou por dar seu nome a uma das crianças.<sup>33</sup>

O apadrinhamento é sugestivo sobre as relações formadas na sociedade colonial estudada, sobre o que pode-se tirar algumas conclusões. A primeira delas é a preferência de pais escravos por terem como padrinhos/madrinhas de seus filhos,

---

<sup>32</sup>AHCMPA, 3º Livro de Batismos de Viamão, fl. 34, 20/10/1771; fl. 45, 26/08/1772; 1º Livro de Batismos de Porto Alegre, fl. 200v, 24/05/1774; fl. 202v, 30/11/1774; fl. 203v, 26/08/1775; fl. 20, 17/02/1776; fl. 214v, 11/11/1778.

<sup>33</sup>AHCMPA, 1º Livro de Batismos de Porto Alegre, fl. 11, 13/11/1774; fl. 233v, 25/03/1784; fl. 242v, 11/04/1786.

pessoas com estatuto social superior ao seu. Stuart Schwartz e Stephen Gudeman discutiram essa questão e concluíram que

o vínculo padrinho-afilhado significa uma relação espiritual. Mas esse vínculo é sempre inserido ou projetado em um determinado contexto social. Um padrinho e um afilhado são mais do que parentes ‘espirituais’. São atores cuja relação total inclui características extra-eclesiásticas. Se o padrinho e a criança fossem confinados apenas ao domínio da Igreja, o *status* de cada uma seria irrelevante.<sup>34</sup>

É possível, então, perguntar de que forma o estatuto de um forro poderia influenciar nessas escolhas, ou seja, na preferência por padrinhos libertos. No caso da escolha de padrinhos para filhos de escravos, o senhor, além dos pais, também exercia um papel importante. Observamos que, dentre todas as centenas de batismos de escravos que ocorriam, muito poucos se davam com padrinhos libertos. Catarina e Romualdo Antônio, por exemplo, que foram os libertos que mais apadrinharam escravos, o fizeram para um total de 25 indivíduos dessa condição. Além desses libertos, poucos outros apadrinharam escravos, porque a maioria daqueles que apadrinharam filhos de escravos eram brancos. Se supusermos inicialmente que os escravos buscavam padrinhos em uma estratégia de ascensão social e proteção, e que, igualmente, seus senhores preferiam estreitar os laços com seus pares, a escolha por brancos seria a primeira opção, ficando a escolha por padrinhos libertos em segundo plano.

Podemos então pensar quais seriam as motivações para se buscar um padrinho liberto, uma vez que as chances deste alforriar seus afilhados eram poucas, por serem os libertos em geral pessoas de poucos recursos: a maioria absoluta não testou ou teve inventariados seus bens, provavelmente por não ter nada a declarar. Este não devia ser, então, o intuito primeiro da escolha de padrinhos libertos. No entanto, havia um bem que os libertos possuíam e que não era arrolado em testamentos e inventários: a liberdade. Talvez a liberdade, por si só, fosse um capital importante no jogo simbólico do batismo. Se por um lado o padrinho não podia ajudar seu afilhado com dinheiro para compra da alforria, talvez o pudesse ajudar com seu *know-how* nas negociações para a obtenção da alforria, fosse ela comprada ou concedida. Além disso, dependendo de sua

---

<sup>34</sup> Stephen Gudeman e Stuart Schwartz, “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”, in João José Reis (org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, CNPq, 1988, p. 46.

ocupação, o padrinho liberto também poderia ensinar algum ofício ao afilhado, o que lhe ajudaria no esforço de acumular pecúlio para a compra da alforria.

De qualquer forma, mesmo com as poucas chances de compra de alforria por parte dos padrinhos, a posição econômica destes parece ter sido levada em consideração. Isso explicaria, por exemplo, por que Catarina e Teodósio foram tão requisitados para padrinhos: eles estavam entre os libertos mais afluentes de Viamão e Porto Alegre, e portanto poderiam interceder por seus afilhados e compadres melhor do que forros mais pobres.<sup>35</sup> Essa intercessão poderia significar desde acolhida em suas casas, empréstimos e até a negociação com os senhores dos afilhados, no caso de eventuais conflitos.

A tese de que a condição econômica de um liberto ou livre de cor fosse um motivo importante na sua escolha como padrinho poderia ser em parte confirmada caso conhecêssemos um pouco mais, por exemplo, a respeito da vida de Romualdo Antônio, pardo forro, casado com Eugênia Maria de Sousa, crioula forra. Os dois apadrinharam, ao longo de 21 anos (1775-1796), dezoito escravos, entre crianças e adultos.<sup>36</sup> No entanto, a única informação que encontrei a respeito da condição financeira de Romualdo e de sua mulher, é que eles eram proprietários de seis escravos; no mais, não encontrei testamento, inventário ou contratos de compra e venda que pudessem elucidar a esse respeito.<sup>37</sup> Posso apenas desconfiar que tamanha predileção por eles enquanto padrinhos estivesse relacionada conjuntamente à cor da pele, estatuto social e condição econômica. O fato de Romualdo ser pardo e possuir escravos - e, portanto, muito provavelmente, de estar em uma condição econômica acima da média dos demais forros -, certamente colocava o casal em uma posição vantajosa dentre os libertos, daí sua popularidade enquanto padrinhos.

Chama a atenção que Romualdo e sua mulher não apadrinharam nenhuma criança filha de outros forros, mas apenas filhos de escravos. Catarina agiu de maneira semelhante, ao apadrinhar apenas duas crianças filhas de outros libertos. Provavelmente, isso se dava porque, assim como os escravos preferiam, para apadrinhar

---

<sup>35</sup> Maria Inês de Oliveira também encontrou ligação entre a condição econômica do liberto e o número de afilhados. Oliveira, “Viver e morrer no meio dos seus”, *Revista da USP*, n. 28, 1995/96, p. 186.

<sup>36</sup> AHCMPA, 1º Livro de Batismos de Porto Alegre, fl. 204v, 26/10/1775; fl. 220v, 12/04/1780; fl. 221, 01/05/1780; fl. 231v, 13/09/1783; fl. 238v, 18/03/1785; fl. 242v, 21/04/1786; fl. 246v, 07/01/1787; fl. 251v, 24/02/1788; fl. 252v, 1/06/1788; fl. 253v, 31/08/1788; fl. 268, 15/05/1792; fl. 27v, 9/11/1792; fl. 274, 23/11/1793; fl. 285, 23/07/1796; fl. 287, 20/11/1796.

<sup>37</sup> AHCMPA, Rol de Confessados de Porto Alegre de 1792.

seus filhos, pessoas de estatuto, cor e condição social superiores aos seus, os libertos preferiam para seus filhos padrinhos livres e, se possível, brancos. Schwartz e Gudeman afirmam que “crianças pardas livres eram mais facilmente batizadas por brancos do que por outros pardos, e raramente por negros. As preferências eram ascendentes na escala somática desta sociedade multirracial escravocrata”.<sup>38</sup> Como pude-se constatar através da análise da Tabela 8, a maioria absoluta dos libertos escolhia pessoas de cor branca e com estatuto de livre para apadrinhar seus filhos. Entretanto, a diferença entre as escolhas de pretas e pardas é considerável: enquanto que as pretas escolheram padrinhos brancos em 75,8% dos casos, e madrinhas brancas em 58,6%, as pardas escolheram padrinhos brancos em 94,4% das situações, e madrinhas brancas em 88,6%.<sup>39</sup> Isto significa que as pardas, e em muitos casos os seus companheiros, parecem ter dado mais importância às tentativas de estabelecer laços simbólicos ascendentes, ou seja, deram maior ênfase à utilização do compadrio como meio de estreitar relações com o mundo dos livres e brancos, até por que tinham mais acesso a esse universo que pretas e crioulas; o motivo, provavelmente, seria a tentativa de minimizar na vida de seus filhos a herança do cativo e da cor. Ao escolherem um padrinho branco, os pais davam a seus filhos livres um protetor mais habilitado, que pudesse tanto lhes ensinar melhor sobre a sociedade branca quanto lhes conduzir através dela. Sendo a cor um fator determinante de aceitação naquela sociedade, os pardos, por serem teoricamente aqueles com maiores chances de ascender, também foram os que mais tiveram padrinhos brancos, os quais poderiam melhor ajudá-los nessa ascensão.

Se por um lado as pardas conseguiram mais padrinhos/madrinhas brancos que as pretas, essas por sua vez tiveram mais escravos desempenhando a mesma função. Enquanto os filhos das pardas tiveram apenas 1,8% de padrinhos e 2,2% de madrinhas escravos, os filhos das pretas tiveram 9,1% de padrinhos e 13,8% de madrinhas com essa condição. Isto poderia indicar que as relações formadas no cativo não eram facilmente esquecidas após a manumissão, e que cores e origens semelhantes constituíam importantes fatores na escolha dos padrinhos. Essa diferença de percentual também pode indicar que os laços estabelecidos pela identificação cultural e social - afinal, escravos e libertos conviviam nas cidades - também se revelavam nas escolhas dos padrinhos.

---

<sup>38</sup> Gudeman e Schwartz, “Purgando o pecado original”, p. 48.

<sup>39</sup> Considerando o irrisório número de batismos de filhos de crioulas, apenas 7, optei por não analisar esses dados, uma vez que eles poderiam gerar conclusões errôneas.

**Tabela 8 – Padrinhos escolhidos por libertos para seus filhos (1750-1808)\***

	Pretas		Pardas		Crioulas	
	P	M	P	M	P	M
Padrinhos						
Escravos	3 9,1%	4 13,8%	1 1,8%	1 2,3%	-	-
Pretos	2 6%	4 13,8%	-	1 2,3%	-	-
Pardos	3 9,1%	1 3,4%	2 3,8%	1 2,3%	-	-
Crioulos	-	1 3,4%	-	-	-	-
Branco/ Sem cor definida	25 75,8%	17 58,6%	51 94,4%	39 88,6%	7 100%	5 83,3%
N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Conceição ou do Rosário	-	2 7%	-	2 4,5%	-	1 16,7%
Total**	33 100%	29 100%	54 100%	44 100%	7 100%	6 100%

Fonte: AHCMPA, Livros de Batismo de Viamão e de Porto Alegre.

P= Padrinho; M= Madrinha.

\*A fim de evitar dados repetidos sobre os batismos, contabilizei apenas as informações constantes nas fichas das mães que integram o Banco de Dados sobre libertos que elaborei.

\*\*A diferença numérica entre padrinhos e madrinhas deve-se ao fato de que nem sempre as crianças tinham madrinha na hora do batismo.

De forma semelhante, a origem étnica também parece estar relacionada com o convívio e as escolhas para apadrinhamento. Dos sete batismos de que Catarina foi madrinha, cinco envolviam crianças cujos pais eram de nação angola, como era a própria Catarina. O mesmo aconteceu com Teresa de Jesus, que apadrinhou outra preta angola, Francisca, de 18 anos. Quando não se posicionavam em uma estratégia de ascensão social, ou quando não tinham acesso a padrinhos brancos, os angolas parecem ter dado preferência a padrinhos de igual origem étnica, e nesse sentido os senhores não parecem ter tido muita influência ou não ter se importado com a escolha. Em outras



palavras, não é inesperado que os pais escolhessem pessoas de mesma origem para apadrinhar seus filhos, baseados na afinidade cultural.

Os laços firmados com o batismo envolviam diversos fatores, entre eles cor, estatuto social, situação econômica, identidade, religiosidade e (in)adaptação à sociedade branca. Embora pudéssemos supor, inicialmente, que o batismo servisse primordialmente como meio de estreitamento dos laços entre os libertos enquanto grupo, não foi isso que verifiquei. Por um lado, a identificação cultural e étnica pareciam de fato constituir importantes fatores na escolha de padrinhos, devido não só à (provável) dificuldade em conseguir padrinhos brancos, mas também por respeito aos laços consolidados quando ainda no cativeiro. Entretanto, isso ocorria apenas em uma minoria dos casos - naqueles em que não se conseguia um padrinho de melhor estatuto social. Na grande maioria dos casos, o que observei é que a escolha de padrinhos obedecia regras de ascensão social: pardos e pretos buscando padrinhos brancos e escravos buscando padrinhos libertos, preferencialmente com boa condição social. Todos esses fatores, portanto, corroboram o fato de que a escolha dos padrinhos, e o batismo em si, na sociedade colonial, iam muito além do simples rito católico.

### **Relações de agregamento**

Bem mais do que as relações estabelecidas pelo batismo, os *agregamentos* também revelavam laços de solidariedade e de convivência importantes na vida cotidiana dos libertos. Josefa Maria da Conceição, por exemplo, “preta forra de nação da Costa da Mina”, apesar de possuir uma morada de casas cobertas de capim na Rua do Arroio, morava como agregada na casa de Antônio Mina e de Maria Mina, pretos forros.<sup>40</sup> Outro exemplo de agregamento é o de Gonçalo, preto forro, que é listado como agregado de Calisto, liberto, em 1778.<sup>41</sup> Provavelmente, como será discutido a seguir, as relações estabelecidas entre Josefa e Antônio, e as estabelecidas entre Gonçalo e Calisto, eram bem diferentes entre si no que tange à questão financeira, mas no que tange à questão de solidariedade, parecem convergir. Josefa Maria, por exemplo, se declarou “bastante enferma” quando da redação de seu testamento em 29 de dezembro de 1795 (ela viria a falecer em 20 de fevereiro do ano seguinte); ela vivia então na

---

<sup>40</sup> APERS, Inventário de Josefa Maria da Conceição, 1796, 2º Cartório de cível e crime de Porto Alegre, n. 38, maço 2. A Rua do Arroio corresponde à atual Rua Bento Martins. Sérgio da Costa Franco, *Porto Alegre: guia histórico*, 4 ed., Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006, p. 67.

<sup>41</sup> AHCMPPA, Rol de Confessados de Viamão de 1778.

companhia de Antônio e de Maria, provavelmente para não ficar sozinha com sua doença. Enquanto estava na casa de Antônio e Maria, Josefa alugava a sua morada de casas para duas mulheres solteiras, Maria Joaquina e Joana, por “três patacas e meia cada uma”.<sup>42</sup> Isso indica que Josefa, por exemplo, não morava com Antônio e Maria por motivos financeiros, e sim por provavelmente buscar alguém que ficasse consigo numa hora ingrata, como a da enfermidade.<sup>43</sup> Embora não tenha registros precisos que confirmem se Josefa já morava com Antônio e Maria antes mesmo de ficar doente, acredito que esse não era o caso, devido ao modo como ela se refere àquela situação em seu testamento. Ela descreve o local em que se encontrava não como sendo a casa onde sempre esteve, e sim como a casa "onde eu me acho doente".<sup>44</sup> De qualquer forma, por se tratarem de iguais - tanto o casal quanto Josefa eram pretos forros -, provavelmente a relação que lhe permitia lá morar era muito mais de amizade e companheirismo do que de sobrevivência, como ocorria no caso de Gonçalves e Calisto.

No caso de Gonçalves com Calisto parece haver indícios que contradizem a hipótese de agregamento com outra necessidade que não material. Enquanto Calisto foi listado sozinho no Rol de Confessados de Viamão em 1776, em 1778 Gonçalves foi listado em seu fogo como agregado.<sup>45</sup> O que teria acontecido no decorrer desses dois anos? Quem precisou de quem? Calisto precisou de alguém para dividir as contas, ou Gonçalves precisou de um lugar para morar? Talvez as duas hipóteses. O importante é perceber que essa relação, provavelmente gerada, em um primeiro momento, pela necessidade financeira, possa ter dado lugar a uma outra de amizade (analisarei as relações de agregamento sob o ponto de vista econômico no capítulo seguinte). Mesmo que Gonçalves tenha tido apenas uma relação de inquilino com Calisto (no caso, uma sublocação), as relações estabelecidas por dois iguais (ambos eram libertos) nem de longe lembram as estabelecidas entre um forro agregado à casa de um senhor branco. As vivências cotidianas, as limitações do estatuto, da cor, as memórias do cativo, todos esses fatores acabavam por aproximar os libertos, construindo entre eles laços de solidariedade e de amizade. Josefa, por exemplo, provavelmente não queria morrer sozinha, e sim no “meio dos seus”.<sup>46</sup>

---

<sup>42</sup> APERS, Inventário de Josefa Maria da Conceição.

<sup>43</sup> APERS, Inventário de Josefa Maria da Conceição.

<sup>44</sup> APERS, Inventário de Josefa Maria da Conceição.

<sup>45</sup> AHCMPA, Róis de Confessados de Viamão de 1776 e 1778. Fogo significa o mesmo que residência ou unidade censitária.

<sup>46</sup> Oliveira, “Viver e morrer no meio dos seus”.

Note que no decorrer deste capítulo discuti as *famílias* de forros; nesse ponto, não posso considerar os agregados como familiares. No entanto, não posso também ignorar essas relações tão próximas entre os libertos, as quais muitas vezes preencheram as lacunas deixadas pelo rompimento dos laços familiares dos africanos com seus parentes, após a travessia atlântica. Em outras palavras, os laços fraternos construídos entre os forros foram sem dúvida muito importantes e merecem ser destacados como tais.

De forma geral, pude perceber que o movimento para estabelecer laços familiares, por parte dos libertos, é claro. Eles acabavam por construir, e muitas vezes *reconstruir*, esses laços, escolhendo para isso parceiros através de estratégias que pudessem melhorar suas vidas de alguma forma. Essas estratégias iam do casamento ao apadrinhamento, passando também pelo agregamento. É plausível supor que nem sempre essas escolhas fossem tomadas de forma independente pelos libertos; muitas vezes tais decisões precisavam também do aval do grupo com o qual o forro convivia, ou de sua família. No entanto, mesmo considerando essas limitações, a família se constituiu como um espaço importante em que esses indivíduos puderam exercer suas liberdades. Os casamentos, por exemplo, conforme já discutido, iam muito além das questões afetivas; se por um lado tendiam à endogamia, por outro também estavam intimamente ligados a questões de patrimônio, capacidade de ascensão econômica e social, e também à possibilidade de se construir e perpetuar laços de convivência dentro da comunidade. Além disso, é claro, os casamentos também eram diretamente influenciados por questões de cor, origem e língua; de fato, os dados que apresentei anteriormente mostram como diferentes estratégias de casamento eram adotadas por forros de diferentes cores de pele. Por outro lado, a escolha dos padrinhos também era uma decisão influenciada não só pelas tentativas de ascensão social, mas também pela tentativa de reforçar laços religiosos e de origem. Por fim, observei a importância das relações de agregamento na vida dos forros, as quais, embora não implicassem diretamente na formação de uma família, muitas vezes proviam não apenas o amparo econômico necessário, como forneciam também os laços fraternos e o preenchimento de lacunas deixadas pela inexistência de laços familiares. Ou seja, devido a todas as razões já mencionadas e estudadas, pude perceber o quanto as decisões relativas a casamento e a filhos, e também às relações de apadrinhamento e de agregamento, constituíam fatores de grande impacto na trajetória de vida dos libertos.

### **CAPÍTULO 3**

#### **SITUAÇÃO ECONÔMICA DOS LIBERTOS**

O objetivo deste capítulo é discutir a situação econômica dos libertos no final do século XVIII e início do XIX, em Porto Alegre e Viamão, através da análise da posse de bens e escravos, de suas profissões, renda, dos locais da freguesia onde residiam e das relações de agregamento que tinham. A fim de responder a essas questões, analiso inventários, testamentos, livros de transmissões de bens, anuais da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, livros de batismo e óbitos, além de róis de confessados.

A respeito da situação econômica de libertos no Brasil, algumas pesquisas recentes, tais como a de Sheila Faria sobre o Rio de Janeiro e São João Del Rey entre meados do século XVIII e início do XIX, sugerem que alguns libertos, e em especial as pretas forras, conseguiam alcançar uma vida remediada e às vezes bem próspera.<sup>1</sup> Durante esta pesquisa, no entanto, encontrei uma realidade diferente para os libertos de Porto Alegre e Viamão no final do século XVIII e início do XIX. Dentre os 455 indivíduos analisados, encontrei poucos que conseguiram se destacar financeiramente. Infelizmente, não pude obter informações precisas e detalhadas a respeito das condições econômicas do grupo como um todo, mas o próprio fato de não haver registro disso denuncia a falta de bens e, de maneira geral, a precária condição econômica em que se encontrava a maioria dos libertos.

#### **Posse de bens e de escravos**

Os inventários, via de regra, têm sido a principal fonte utilizada por historiadores que se preocuparam em analisar a posse de bens no Brasil colonial e imperial. Essa será também uma das principais fontes utilizadas neste trabalho; no entanto, os inventários *post-mortem* são fontes produzidas, como o nome já diz, após o falecimento dos inventariados. Assim, revelam apenas os bens e a condição econômica em que os indivíduos se encontravam ao final de suas vidas, e podem mascarar suas condições financeiras *ao longo* da vida. Portanto, a fim de obter um panorama mais abrangente acerca da situação econômica da população estudada, optei por considerar

---

<sup>1</sup> Ver, por exemplo, Sheila Faria, “Mulheres forras – riqueza e estigma social”, *Tempo*, vol. 5, n. 9 (2000), p. 86.

como fontes, além dos inventários, os róis de confessados - uma vez que nestes os escravos eram arrolados juntamente com seus senhores, e portanto nos permitem a análise da posse de escravos -, e também os assentos de batismo e óbitos de escravos - uma vez que aqui são revelados os nomes dos senhores dos cativos.

Além das limitações indicadas acima, a utilização unicamente de inventários como fonte me traria ainda outro problema metodológico, uma vez que, de um total de 381 inventários *post-mortem* registrados nos 1º e 2º Cartórios de Órfãos e Ausentes, e no 1º Cartório de Cível e Crime de Porto Alegre, para o período de 1766 a 1808, encontrei apenas *seis* inventários pertencentes a pessoas do grupo estudado, apenas 1,6% do conjunto desses documentos para o período. Esse é um dado que fala por si só a respeito da condição econômica dos libertos, em comparação com o restante da população. Poderíamos argumentar que, caso o número desses indivíduos na população como um todo também fosse pequeno, tal quantidade poderia até ser significativa; no entanto, é ainda mais revelador o fato de que apenas 1,3% dos libertos por mim identificados tiveram bens arrolados, provavelmente por não terem nada o que inventariar. Isso não significa, é claro, como veremos adiante, que apenas esses seis indivíduos possuíssem bens, ou que os demais libertos fossem miseráveis.

De fato, se por um lado encontrei poucas referências aos bens dos protagonistas deste estudo, também encontrei poucas referências à miséria apontada por parte da historiografia para o resto do Brasil.<sup>2</sup> Ao analisar os assentos de óbito do grupo (77 registros), percebi que 15,6% destes (isto é, 12 registros) denunciavam a pobreza dos falecidos com as expressões como “sem testamento por ser pobre”, “sepultado por esmola”, “sumamente pobre”.<sup>3</sup> Isso significa que a maioria dos sepultados tinha, ao menos, onde cair morto, ou seja, tinha dinheiro suficiente para pagar por seu sepultamento ou para garantir um lugar na cova da Irmandade do Rosário, como ocorreu em 32,5% dos assentos de óbitos de libertos (25 registros).

Dentre aqueles seis inventários que encontrei nas fontes pesquisadas, cinco pertenciam a pretos forros, a saber: Catarina Duarte (falecida em 1780); Mariana Antônia de Moraes (1788); Josefa Maria da Conceição (1796); Elias Gonçalves (1801);

---

<sup>2</sup> Por exemplo, A. J. R. Russel-Wood, *Escravos e libertos no Brasil colonial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p. 197.

<sup>3</sup> AHCMPA, 1º Livro de Óbitos de Porto Alegre, 1º Livro de Óbitos de Viamão e 2º Livro de Óbitos de Viamão. Para os assentos que continham as expressões citadas, ver 1º Livro de Óbitos de Porto Alegre, fl. 2, 10/1773; fl. 34, 09/06/1778; 2º Livro de Óbitos de Viamão, fl. 74v, 01/11/1794.

e Antônio Resende (1808). O inventário restante pertencia ao pardo forro Teodósio Pires da Mota, falecido em 1808.<sup>4</sup>

**Tabela 9 – Valores dos inventários de libertos (1780-1808)**

Inventariado	Valor do inventário em réis
Antônio Resende	793\$760
Elias Gonçalves Viana	271\$360
Catarina Duarte	207\$220
Teodósio Pires da Mota	198\$120
Josefa Maria da Conceição	185\$200
Mariana Antônia de Moraes	109\$600

Fonte: APERS, Inventários.

O indivíduo com inventário de maior valor declarado foi o preto forro Antônio Resende (Tabela 9). Antônio Resende era casado com Maria da Conceição, também preta forra, e faleceu sem deixar filhos; ele residia em Porto Alegre e era irmão da Irmandade do Rosário desde o ano de 1786. Dentre os bens arrolados em seu inventário

<sup>4</sup> APERS, Inventário de Antônio Resende, 1808, 1º Cartório de órfãos e ausentes de Porto Alegre, n. 382, maço 19; Inventário de Catarina Duarte, 1780, 2º Cartório de cível e crime de Porto Alegre, n. 9, maço 1; Inventário de Elias Gonçalves Viana, 1801, 1º Cartório de órfãos e ausentes de Porto Alegre, n. 265, maço 14; Inventário de Josefa Maria da Conceição, 1796, 2º Cartório de cível e crime de Porto Alegre, n. 38, maço 2; Inventário de Mariana Antônia de Moraes, 1788, 1º Cartório de órfãos e ausentes de Porto Alegre, n. 143, maço 10; Inventário de Teodósio Pires da Mota, 1803, 2º Cartório de cível e crime de Porto Alegre, n. 55, maço 3. Embora tenham sido denominados como pardos forros nos assentos de batismo de seus filhos, não acredito, após a leitura de seus inventários, que Antônio Xavier Cavalcante e Inácio Paes de Siqueira fossem descendentes de africanos. A dúvida foi originada pela leitura do testamento de Inácio Paes de Siqueira, anexado ao seu inventário, onde o mesmo revela ser “natural da cidade de São Paulo e filho legítimo de Ladarécio Paes e de sua mulher Úrsula do Rosário Butoiado”, não indicando sua ascendência. Além disso, o escrivão não menciona a cor de Antônio e de Inácio, o que ocorreu nos outros inventários de forros. Outra característica que diferencia esses dois inventários dos demais são os bens arrolados. Nesses dois inventários estão descritos móveis, como cômodas, camas, etc, que não encontrei arrolados nos inventários dos pretos forros e de Teodósio Pires. Entre a palavra do pároco e a do escrivão, preferimos a dúvida mantendo o nome dos dois entre os forros, sem, no entanto, analisar seus inventários. AHCOMPA, 2º Livro de Batismos de Viamão, fl. 37v, 12/08/1764; fl. 63, 03/07/1766; fl. 84v, 17/04/1768; fl. 91v, 28/03/1769; fl. 91v, 15/03/1769; 3º Livro de Batismos de Viamão, fl. 30v, 14/07/1771; APERS, Inventário de Inácio Paes de Siqueira, 1806, 1º Cartório de órfãos e ausentes de Porto Alegre, n. 341, maço 17; Inventário de Antônio Xavier Cavalcante, 1779, 1º Cartório de órfãos e ausentes de Porto Alegre, n. 72, maço 7.

estavam uma casa na vargem do Portão, na qual residia e onde se encontravam as suas lavouras, um terreno na rua da Igreja e ainda outro na rua do Arvoredo.<sup>5</sup> Possuía dois escravos, referidos como o “angola velho” Ventura e a escrava “fugida” Luzia.<sup>6</sup> Além das poucas roupas que tinha, também foram arrolados itens que remetem à lida na roça, tais como cinco foices de cortar trigo, uma foice velha de roçar, dois machados velhos, três enxadas velhas, uma par de estribos e até um “ferro de cortar cascos de burro”. Além desses itens, também foram arrolados um estojo com quatro navalhas, uma tesoura e uma pedra - provavelmente do tipo usado para afiar tesouras e navalhas --, indicando que Antônio também se dedicava ao ofício de barbeiro.<sup>7</sup> O maior valor declarado neste inventário deve-se, sem dúvida, aos três terrenos arrolados. A “chácara na vargem”, fora do Portão, onde existiam suas lavouras, foi avaliada em 450\$000 réis; o terreno da rua da Igreja, em 115\$200 réis; e o da rua do Arvoredo, em 64\$600 réis.<sup>8</sup>

O pardo forro Teodósio Pires da Mota, assim como Antônio Resende, também teve três terrenos arrolados em seu inventário, mas tais propriedades não atingiram os mesmos valores das de Antônio Resende. Teodósio possuía uma morada de casas coberta de capim na rua de Bragança, avaliada em 100\$000 réis, um terreno na rua do Riacho, avaliado em 20\$000 réis, uma “roça no arroio que desemboca no Rio Guaíba”, avaliada em 16\$000 réis, e benfeitorias de umas “terras de matos que beira o Rio Guaíba”, também avaliadas em 16\$000 réis.<sup>9</sup> Somados, os bens de raiz de Teodósio não chegavam a 25% do valor dos deixados por Antônio.

O pardo Teodósio era natural da cidade de São Paulo e nasceu livre da preta forra Antônia. Ele afirmou em seu testamento que era filho de pai incógnito, provavelmente um homem branco, uma vez que a mãe de Teodósio era preta mas este declarou-se pardo. Teodósio foi casado duas vezes, respectivamente com Catarina

---

<sup>5</sup> APERS, Inventário de Antônio Resende. O Portão de Porto Alegre se situava onde hoje se acha a Praça Conde de Porto Alegre, a Rua da Igreja, também chamada Rua Formosa, é hoje a Rua Duque de Caxias e a Rua do Arvoredo hoje se chama Fernando Machado. Sérgio da Costa Franco, *Porto Alegre: guia histórico*, 4 ed., Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006, pp. 118, 138 e 169.

<sup>6</sup> Ventura representava apenas 8% do valor do inventário de Antônio, devido, talvez, a idade do escravo. Luzia não foi avaliada por estar fugida. APERS, Inventário de Antônio Resende.

<sup>7</sup> APERS, Inventário de Antônio Resende.

<sup>8</sup> APERS, Inventário de Antônio Resende.

<sup>9</sup> APERS, Inventário de Teodósio Pires da Mota. A Rua de Bragança corresponde à atual Marechal Floriano, a Rua do Riacho corresponde à atual Washington Luís e o arroio que desembocava no Guaíba, desembocava onde hoje se encontra a Praça dos Açorianos. Franco, *Porto Alegre*, pp. 432; Eloy Terra, *As ruas de Porto Alegre*, Porto Alegre, AGE Editora, 2001, p. 113.

Duarte e depois com Teresa de Jesus, ambas pretas forras; assim como Antônio Resende, Teodósio não teve filhos, deixando todos os seus bens para Teresa “por ter ela ajudado a consegui-los”. Entre os bens arrolados, além dos terrenos, estavam um oratório de pés com três imagens - de Nossa Senhora do Rosário, de Santo Antônio e do Senhor Crucificado -, avaliado em 6\$400 réis, uma canoa velha e seus remos de pá, de \$800 réis, uma bengala, também avaliada em \$800 réis, além de outros bens menores. A maioria dos demais itens arrolados por Teodósio coincide com os bens arrolados no inventário de Catarina Duarte, sua primeira mulher, de quem Teodósio era inventariante, tais como gamelas, pratos de estanho, balança, enxada, entre outros. No entanto, ao analisar o inventário de Catarina, percebi que foi listada uma quantidade muito maior de bens do que apenas os tidos em comum com Teodósio. Quando ela faleceu, deixou para ele dois escravos, “um moleque por nome Damião, de nação angola”, avaliado em 64\$000 réis, e um rapaz chamado Leandro, avaliado em 25\$600 réis; nenhum desses dois escravos, entretanto, pertenciam a Teodósio na hora de sua morte, uma vez que nesse momento ele apenas possuía “um preto velho por nome Manuel”, avaliado em apenas 12\$000 réis. Isto quer dizer que no curso de 28 anos que separou a morte de Catarina e a de Teodósio ele teve que vender os escravos que dela herdara. Observa-se que, de fato, ele morreria mais pobre do que ela, não muito, porém, e bem mais velho.<sup>10</sup>

Além dos escravos, outra diferença importante entre o inventário de Teodósio e o de Catarina diz respeito aos bens de raiz. Enquanto Teodósio teve quatro terrenos listados, Catarina teve apenas um - uma morada de casas avaliada em 44\$800 réis. Não sei exatamente onde se localizava essa casa, mas, devido ao tipo de bens inventariados, acredito que se tratava de uma propriedade rural, uma vez que foram arrolados uma serra, duas enxadas, um machado, dezoito bois, uma égua, um porco capado e uma carreta usada. Além disso, também foram listados bens que provavelmente estavam ligados à manipulação dos produtos produzidos, como peneiras, atafona, pilão, balança, entre outros.<sup>11</sup>

Catarina provavelmente vivia do que produzia, devendo morar, para tanto, nos arrabaldes da freguesia, assim como Antônio Resende, que morava na Várzea. Os dois

---

<sup>10</sup> Os escravos de Catarina, somados, representavam 44% de seu inventário; já o escravo de Teodósio, Manuel, provavelmente por ser “velho”, tinha um valor bastante baixo e representava apenas 6% do valor do inventário de Teodósio. APERS, Inventário de Teodósio Pires da Mota e de Catarina Duarte.

<sup>11</sup> APERS, Inventário de Teodósio Pires da Mota e de Catarina Duarte.



servem de exemplo para uma realidade de Porto Alegre e Viamão daquela época: a falta de limites claros entre o espaço urbano e o rural.<sup>12</sup> Porto Alegre se constituía em uma península cercada de chácaras e estâncias de criação de gado. Os primeiros povoadores da freguesia, os colonos oriundos de Açores, tornaram a região conhecida pelo cultivo de trigo.<sup>13</sup> Saint-Hilaire, ao chegar em Porto Alegre, em 1820, deparou com plantações de mandioca e de cana de açúcar, e com a criação de gado nos seus arredores.<sup>14</sup> Catarina parece ter circulado pelos ambientes tanto urbano como rural, uma vez que provavelmente produzia produtos de origem agrícola nos arredores da freguesia e os vendia nas ruas de Porto Alegre, ou mesmo no porto.

Ao circular pela cidade, Catarina precisava destacar sua condição de liberta, evitando ser confundida com uma escrava, vez que tanto escravos quanto libertos trabalhavam lado a lado nas ruas. Para libertos, era importante se diferenciar dos escravos, e para este fim - de diferenciação estatutária e social -, as roupas e os calçados tiveram um papel fundamental. Usar sapatos, jóias e tecidos caros era uma das alternativas para acentuar essa diferença, e o inventário de Catarina é de fato o que possui mais bens de vestuário listados. É possível reconstituir seu modo de vestir-se através dos itens arrolados, tais como seus sapatos de veludo velhos, as fivelas de sapatos de prata, as meias de seda “muito velhas”, a saia de druguete preta usada, a bata de lemiste muito velha e um par de brincos de ouro com a imagem de Nossa Senhora da Conceição, vestimentas essas que deveria usar quando saía para vender os produtos de seu trabalho ou quando ia à missa na matriz. Embora dessa lista constem peças velhas que poderiam, talvez à exceção dos sapatos, serem usadas por uma mulher escrava, outras roupas indicam que Catarina não se vestia mal. Em seu inventário também estão listados os presentes que Catarina deu à sua filha, Lucinda da Câmara, ainda em vida. Desta lista constam onze itens de vestuário, indicando sua preocupação com a vestimenta da filha. Ao contrário dos itens velhos descritos como seus no inventário, na lista de presentes deixados para Lucinda antes de morrer nada é dito sobre o mau estado deles.<sup>15</sup>

---

<sup>12</sup> APERS, Inventário de Teodósio Pires da Mota e de Catarina Duarte.

<sup>13</sup> Guilhermino César, “A colonização açoriana”, in *Histórias do Rio Grande do Sul (Período Colonial)*, Porto Alegre, Globo, 1970, p. 133.

<sup>14</sup> Auguste Saint-Hilaire, *Viagem ao Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Erus, 1987, p. 28. Porto Alegre foi classificada como vila em 1808.

<sup>15</sup> APERS, Inventário de Catarina Duarte.

É importante destacar que, além do (relativamente pouco) valor monetário desses bens, eles, apesar de velhos, possuíam um grande valor simbólico, na medida em que, insisto, possibilitavam aos negros libertos uma forma de diferenciação dos escravos. Assim, roupas e jóias estampavam, nas ruas, o estatuto da liberdade. Maciel Silva sugere que “deve-se considerar que, para uma mulher preta forra, os sinais de sua ascensão eram fundamentais, e deviam ser evidentes o suficiente para que ninguém confundisse seu novo *status* com o antigo, de escrava.”<sup>16</sup> Para Junia Furtado, a intenção era outra. Segundo ela, “ao se apropriar das roupas e adereços antes exclusivos das senhoras brancas, as negras e mulatas forras provocavam inversão na ordem social”.<sup>17</sup> Talvez nas Minas do século XVIII, onde o ouro circulava com certa facilidade e onde havia ascensão social de libertas, a vestimenta dessas mulheres se aproximasse daquelas das senhoras brancas, mas, em Porto Alegre, aparentemente o objetivo era principalmente a diferenciação com as escravas, com quem as forras dividiam as ruas, ao invés de buscar uma associação simbólica, mesmo que pequena, com as senhoras brancas.

Além de Catarina e Lucinda, outra preta forra que também teve muitos itens de vestuário listados no inventário foi Mariana Antônia de Moraes, viúva de Felipe Santiago, preto forro. Mariana, que era natural da freguesia de Rio Grande, faleceu deixando dois filhos, Florinda, cabra de 18 anos, e José, de 9 anos. Seu inventariante foi Teodósio Pires da Mota, indício de que os dois tiveram uma relação próxima, possivelmente de amizade. Considerando que os filhos de Mariana ficaram órfãos, o amigo Teodósio decerto fora escolhido por ser gente de confiança.<sup>18</sup> No entanto, muito pouco ficou para os herdeiros de Mariana Moraes: além de uma morada de casas térreas cobertas de palha, de pau a pique, na rua do Cotovelo, avaliada em 25\$600 réis, ela possuía apenas poucas roupas e objetos de cozinha. Em contrapartida, a liberta deixou muitas dívidas, entre elas, a de sua coartação. Após sua morte, a ex-senhora, Dona Bernardina de Azevedo, reclamou o que achava que lhe era devido como o restante pagamento da alforria de Mariana.<sup>19</sup> Assim, sua casa foi leiloadada para o pagamento desta e de outras dívidas que possuía com Pedro de Medeiros e Souza, pela compra de

---

<sup>16</sup> Maciel Henrique Silva, “Delindra Maria de Pinho: uma preta forra de honra no Recife da primeira metade do séc. XIX”, *Afro-Ásia*, n. 32, 2005, p. 228.

<sup>17</sup> Junia Furtado, *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 137.

<sup>18</sup> Não foi possível averiguar quem ficou como tutor dos filhos.

<sup>19</sup> APERS, Inventário de Mariana Antônia de Moraes. A Rua do Cotovelo, ou da Ponte, corresponde à atual Rua Riachuelo. Franco, *Porto Alegre*, p. 37.

“várias fazendas fiadas” em sua loja, e com Manuel José Lopes da Silva Pimenta, “por compra de fazenda e trigo”. Esse último arrematou a casa, sobrando muito pouco para os filhos da finada.<sup>20</sup>

Esse parece ter sido também o caso de Josefa Maria da Conceição. A preta forra de “nação da costa da Mina” que possuía um inventário no valor de 185\$200 réis, mas com dívidas de 128\$800 réis. Depois de um leilão que liquidou sua escrava, Efigênia, de nação rebolo, por 102\$720 réis, sua morada de casas cobertas de capim na rua do Arroio, uma bata, uma saia e uma caixa por 79\$280 réis, não sobrou muito dinheiro ou bens para seu filho Luciano, escravo de Manuel Benfica.<sup>21</sup> Em seu testamento, Josefa afirmou que sempre foi solteira, mas que teve um filho quando ainda se encontrava escrava do capitão Manuel Fernandes Vieira. Luciano, no entanto, deve ter sido vendido a Manuel Benfica, que aparentemente não aceitou as ofertas de Josefa para conceder a liberdade ao menino.<sup>22</sup> Por isso, a liberta pediu a seus testamenteiros que continuassem a abordar o senhor de Luciano; no entanto, tendo sobrado tão pouco de seus bens, acredito que esse desejo não foi alcançado.<sup>23</sup> Note que Josefa Maria da Conceição e Mariana Antônia de Moraes, mesmo tendo alcançado um certo sucesso em suas vidas, a ponto de possuírem bens a serem inventariados, ainda assim viviam no limiar da pobreza. Basta constatar que seus bens mal deram para sanar dívidas e que pouco restou para ser legado aos seus herdeiros.

O mesmo, no entanto, não ocorreu com o preto forro Elias Gonçalves. Mesmo após o pagamento de suas dívidas e de seu funeral, ainda sobrou, para sua segunda esposa, Inácia Pacheca, e para filho de seu primeiro casamento, Manuel, a quantia de 165\$085 réis.<sup>24</sup> Elias Gonçalves, dono do segundo inventário de maior valor desta amostra, possuía uma morada de casas na esquina do beco que fazia frente para a Rua da Praia, que foi avaliada em 250\$000 réis.<sup>25</sup> Ele era natural do Rio de Janeiro e, por muito tempo, foi listado nos róis de confessados como morador na rua Formosa, logo ao

---

<sup>20</sup> APERS, Inventário de Mariana Antônia de Moraes.

<sup>21</sup> APERS, Inventário de Josefa Maria da Conceição. Efigênia representava 55% do valor do inventário de Josefa. A Rua do Arroio corresponde à atual Rua Bento Martins. Franco, *Porto Alegre*, p. 67.

<sup>22</sup> No século XVIII, os senhores de escravos podiam negar a liberdade a um escravo, mesmo que esse tivesse dinheiro para a compra de sua alforria.

<sup>23</sup> APERS, Inventário de Josefa Maria da Conceição.

<sup>24</sup> APERS, Inventário de Elias Gonçalves.

<sup>25</sup> APERS, Inventário de Elias Gonçalves.

lado da casa do governador da capitania.<sup>26</sup> Durante esse tempo, Elias ainda vivia com sua primeira mulher, Teresa de Oliveira, preta forra, com quem teve três filhos, a saber, Manuel (falecido após um dia de vida), outro Manuel (o que sugere a idéia de retorno do filho anteriormente morto) e por fim Joaquim, também falecido.<sup>27</sup> Entre os bens arrolados em seu inventário, assim como nos de Catarina Duarte e de Mariana Antônia de Moraes, estavam roupas, como um “vestido de festa azul com pintas”, várias fivelas de sapato de prata e uma fivela de chapéu, do mesmo metal. Também foram arrolados objetos de cozinha, como garfos de prata, pratos de estanho, algumas ferramentas, tais como formões, martelo, prumo – a indicar que era capina -, e alguns móveis, como catres, uma mesa e duas caixas.<sup>28</sup>

Chamou-me a atenção, por outro lado, o fato de que, mesmo tendo o segundo mais valioso inventário, nenhum escravo foi listado entre os bens de Elias. Também nos registros de róis de confessados, Elias foi arrolado como não tendo escravos morando em seu fogo.<sup>29</sup> Do total de seis forros que tiveram inventário aberto, apenas Elias e Mariana Antônia não possuíam escravos. Catarina era dona de Leandro e Damião; Teodósio era senhor de Manuel, mas também foi dono de João; Antônio Resende possuía Ventura e Luzia, mas, antes de falecer, também fora senhor de Mariana, Tomásia e Ana; e Josefa Maria da Conceição era a senhora de Efigênia.<sup>30</sup> No entanto, eles não foram os únicos libertos possuidores de escravos – outros 28 indivíduos, identificados através de róis de confessados, assentos de batismo e óbito, também o foram.

Considerando o número total de adultos libertos que encontrei registrados na documentação, ou seja, 455 libertos, apenas 33 indivíduos possuíam escravos, o que equivale a aproximadamente 7% da população forra identificada de Porto Alegre e Viamão.<sup>31</sup> *Não acredito que esse seja um número pequeno, principalmente se considerarmos que no restante do país também poucos libertos possuíam escravos, e se*

---

<sup>26</sup> AHCMPA, 1º Livro de Casamentos de Porto Alegre, fl. 43v, 12/02/1786; Rol de Confessados de Porto Alegre de 1780, 1781 e 1782.

<sup>27</sup> AHCMPA, 1º Livro de Batismos de Porto Alegre, fl. 7, 08/03/1774; 1º Livro de Óbitos de Porto Alegre, fl. 42v; 17/12/1780; fl. 194v, 06/11/1782.

<sup>28</sup> APERS, Inventário de Elias Gonçalves.

<sup>29</sup> AHCMPA, Rol de Confessados de Porto Alegre de 1780, 1781, 1782 e 1790.

<sup>30</sup> APERS, Inventários de Elias Gonçalves, Maria Antônia de Moraes, Catarina Duarte, Teodósio Pires da Mota, Antônio Resende e Josefa Maria da Conceição; AHCMPA, Rol de Confessados de 1790; 1º Livro de Batismos de Porto Alegre, fl. 278v, 01/01/1795; fl. 286v, 23/10/1796.

<sup>31</sup> APERS, Inventários; AHCMPA, Livros de Batismos e óbitos e róis de confessados de Viamão e Porto Alegre.

*pensarmos na condição social do grupo e na situação da capitania do Rio Grande de São Pedro, que longe estava de ser um centro importante da economia colonial.* Como é sabido, esse território, que teve uma ocupação tardia em relação ao resto do Brasil, e também uma economia voltada basicamente para o abastecimento do mercado interno, constituía uma capitania com poucos recursos. Assim, para libertos do Continente, não deve ter sido fácil conseguir comprar escravos, uma vez que estes representavam bens de valor bastante elevado naquele ambiente.<sup>32</sup> Ao compararmos Porto Alegre e Viamão com outras partes do Brasil, percebemos que os libertos do Rio Grande de São Pedro ficavam bem atrás em termos de posse de escravos, o que não significa, é claro, que no restante do Brasil os libertos possuíam muitos escravos. João José Reis, por exemplo, que pesquisou os libertos na freguesia de Santana, em Salvador em meados do século XIX, constatou que 22% deles possuíam escravos, três vezes mais do que os possuidores do Rio Grande de São Pedro.<sup>33</sup>

Ao analisarmos, porém, a posse de escravos de libertos inventariados, verificamos que Porto Alegre e Viamão não diferiam tanto assim de outras regiões. Maria Inês de Oliveira, por exemplo, que analisou os libertos em Salvador, constatou que 83% das libertas e 72,3% dos libertos que deixaram testamento entre 1790 e 1850 eram proprietários de escravos.<sup>34</sup> Ida Lewkowicz encontrou números semelhantes para Minas Gerais, e afirma que 79,3% dos libertos possuíam escravos.<sup>35</sup> Em Porto Alegre e Viamão, verifiquei que dentre os seis inventários de libertos, quatro possuíam escravos; isso representa dois terços dos libertos inventariados. Embora um número reduzidíssimo, acredito que a diferença entre as características por mim analisadas e aquelas verificadas em outras regiões do Brasil não seja significativa; ou seja, que nesse aspecto Porto Alegre e Viamão não difeririam muito do restante do país.

É possível observar, na Tabela 10, que a maioria dos libertos possuidores de escravos era constituída de pequenos proprietários de escravos – donos de um ou dois cativos -, como era o caso do pardo forro Domingos Álvares Passarinho, senhor dos

---

<sup>32</sup> Em 1802, o preço médio de um escravo trazido para a capitania era de 110\$268 réis. Corcino Medeiros dos Santos, *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul - Século XVIII*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1984, p. 118.

<sup>33</sup> João José Reis, *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p. 298.

<sup>34</sup> Maria Inês de Oliveira, *O liberto: seu mundo e os outros, Salvador, 1790-1890*, São Paulo, Corrupio, [Brasília, DF], CNPq, 1988, p. 41.

<sup>35</sup> Ida Lewkowicz, “Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII”, *Revista Brasileira de História*, nº 17, 1989, p. 108.

escravos João e Ana; e também do preto forro José Pedro, senhor apenas de Caetano.<sup>36</sup> Em Viamão e Porto Alegre, verifiquei que 82% dos senhores de escravos eram possuidores de até 3 cativos, praticamente os mesmos números encontrados por João José Reis para possuidores com plantéis de mesmo tamanho - 81% dos senhores libertos.<sup>37</sup> É impossível não notar, novamente, a semelhança entre os libertos de Salvador e os forros de Porto Alegre. No entanto, em relação aos *maiores* possuidores de escravos, Porto Alegre e Viamão ficam bem atrás de Salvador. O forro com maior número de escravos que encontrei registrado na documentação foi Teresa de Jesus, homônima da segunda esposa de Teodósio Pires da Mota.<sup>38</sup> Ela chegou a ter sete escravos arrolados em seu fogo, no ano de 1792, sendo eles Maria, Joana, Rosa, Marcela, José, Gaspar e Jacinto.<sup>39</sup> No entanto, Teresa ainda assim estava bem longe do maior possuidor de escravos identificado por João José Reis, que era senhor de 27 escravos.<sup>40</sup>

**Tabela 10 – A posse de escravos por libertos (1751-1808)**

	Pretos		Pardos		Total
	H	M	H	M	
1 escravo	6	6	-	3	15 45%
2 escravos	2	2	4	1	9 27%
3 escravos	2	-	1	-	3 9%
5 escravos ou mais	2	3	1	-	6 19%
Total	12	11	6	4	33 100%

Fonte: APERS, Inventários; AHCMPA, Livros de batismo e de óbitos e róis de confessados de Viamão e Porto Alegre.

<sup>36</sup> AHCMPA, 1º Livro de Batismos de Porto Alegre, fl. 235, 03/07/1784; Rol de Confessados de Porto Alegre de 1782.

<sup>37</sup> João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, Ed. rev. e ampl., São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 370.

<sup>38</sup> AHCMPA, Róis de Confessados de Porto Alegre de 1782, 1790 e 1792.

<sup>39</sup> AHCMPA, Rol de Confessados de Porto Alegre de 1792.

<sup>40</sup> Reis, *Domingos Sodré, um sacerdote africano*, p. 248.

Além de possuírem poucos escravos, como os libertos da Bahia, percebi que os escravos pertencentes a esse grupo em Porto Alegre e Viamão eram, muitas vezes, descritos como sendo crianças ou velhos. Catarina Duarte, por exemplo, possuía, em 1780, o “moleque” Damião, avaliado em 64\$000 réis, e o “rapaz” Leandro, avaliado em 25\$600 réis, valores bem abaixo do preço médio de um escravo, 110\$268 réis, calculado por Corcino dos Santos para o ano de 1802 no Rio Grande do Sul.<sup>41</sup> Apesar de não haver encontrado nada que indicasse a razão desses escravos terem tido avaliação tão baixa, podemos supor que talvez houvesse algo de errado com eles, como alguma doença ou deficiência física. No caso de Teodósio Pires da Mota, o seu escravo, referido como o “preto velho” Manuel, teve uma avaliação ainda mais baixa, de apenas 12\$000 réis em 1803.<sup>42</sup> Uma hipótese para explicar essa tendência é que, se por um lado era difícil acumular capital para a compra de um escravo no auge produtivo, então a solução seria adquirir crianças e escravos mais velhos. Verifiquei ainda que, entre aqueles escravos que pude identificar a idade, 31% eram crianças e muitas dessas eram crias da casa.

Verifiquei, ainda, que havia preferência por escravas, ao invés de escravos. As mulheres representavam 67% dos escravos em idade fértil pertencentes a libertos, enquanto que seu peso na população escrava em geral era de 40%.<sup>43</sup> Uma explicação para essa preferência poderia estar no fato de que o preço médio de uma escrava era menor do que o preço de um homem nessa mesma condição. Assim, as escravas seriam mais acessíveis a senhores negros e mestiços, porventura menos aquinhoados do que os brancos, e sua compra talvez não fosse exatamente uma questão de escolha, mas de única opção, dada a situação financeira menos favorável dos forros. Além disso, as escravas também poderiam ser preferidas por serem mais facilmente governáveis (por terem filhos, fugiriam menos, por exemplo) ou porque, para uma liberta, poderia ser mais difícil comandar um homem escravizado. De fato, verificando as proporções de posse de escravos/escravas adultos, descobri que os homens forros possuíam escravos e escravas na mesma proporção: 50% para cada lado; porém, as libertas possuíam

---

<sup>41</sup> APERS, Inventário de Catarina Duarte. Em 1802, o preço médio de um escravo trazido para a capitania era de 110\$268 réis. Santos, *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul*, p. 118.

<sup>42</sup> APERS, Inventário de Teodósio Pires da Mota.

<sup>43</sup> APERS, Inventários; AHCMPA, Livros de Óbitos e Batismos de escravos de Porto Alegre e Viamão; Róis de confessados de Porto Alegre e Viamão.

escravas em 78,6% dos casos, demonstrando clara preferência por cativos do mesmo gênero.<sup>44</sup>

Dentre os libertos que possuíam escravos, há destaque para os denominados pretos forros. Estes representavam 69,7% dos senhores de escravos do grupo, enquanto os de cor parda representavam os 30,3% restantes - não encontrei nenhum crioulo forro possuidor de escravos (vide Tabela 10).<sup>45</sup> No entanto, se considerarmos o tamanho da população de pretos e pardos, ou seja, se tomarmos as porcentagens acima descritas de forma relativa, observamos que não havia muita diferença entre pretos e pardos: dentre os primeiros, 8% eram donos de escravos; dentre os segundos, 6,8%.

Ademais, dentre os libertos que identifiquei, apenas cinco alforriaram seus escravos. Teresa de Jesus, preta forra, por exemplo, em 1804 alforriou Inácia, crioula, mediante o pagamento de 64\$000 réis; Guilherme José, preto forro, também alforriou sua escrava Carolina, de nação nagô, em 1805, mediante o pagamento de 16 doblas (204\$800 réis); já Feliciano Maria de Jesus, preta forra, concedeu a liberdade a Manuel Francisco, de nação benguela, em 1786, “em retribuição aos bons serviços prestados”; Bento da Costa, preto forro, alforriou Felisberto por este “ter nascido na casa dos senhores e criado com todo o amor e desvelo”, no ano de 1808.<sup>46</sup> Por fim, Teodósio Pires da Mota, ao escrever o seu testamento, expressou a vontade de alforriar o escravo Manuel, afirmando que “um negro que possuo por nome Manuel já velho este pela minha parte o deixo forro ficando servindo minha mulher e por morte dela irá para donde quiser como forro e liberto”.<sup>47</sup> Desta maneira, Teodósio prometia a liberdade sem no entanto deixar de contar com os serviços do liberto até sua morte e a de sua mulher, Teresa de Jesus. Afinal, tendo tão poucos bens, Teodósio talvez não pudesse abrir mão de seu único escravo, única garantia, talvez, de sua sobrevivência.

Note que, embora tenha-se constatado que pouquíssimos membros do grupo tiveram bens a inventariar, e que menos ainda foram proprietários de escravos, não podemos comparar diretamente as condições econômicas daquelas indivíduos com as de moradores de outras partes da América portuguesa, principalmente devido ao fato de que a pecuária e a agricultura se iniciaram no Rio Grande de São Pedro apenas algumas

---

<sup>44</sup> APERS, Inventários; AHCMPA, Livros de Óbitos e Batismos de escravos de Porto Alegre e Viamão; Róis de confessados de Porto Alegre e Viamão.

<sup>45</sup> APERS, Inventários; AHCMPA, Livros de Óbitos e Batismos de escravos de Porto Alegre e Viamão; Róis de confessados de Porto Alegre e Viamão.

<sup>46</sup> Banco de dados elaborado por Paulo Moreira.

<sup>47</sup> APERS, Inventário de Teodósio Pires da Mota.



décadas antes do período estudado. De fato, talvez o mais relevante não seja comparar diretamente as estatísticas do Rio Grande com as de outras regiões e sim comparar os libertos aqui estudados com seus pares. Nesse quesito, Catarina, Teodósio, Antônio, Josefa, Mariana e Elias parecem ter alcançado um certo *status* social, considerando que a posse de bens representava alguma coisa naquela sociedade, apesar da cor da pele. Embora seus poucos bens possam não inspirar admiração para quem está acostumado a estudar outras regiões do Brasil, para os libertos, e até mesmo para os escravos do Rio Grande na época, tais personagens podem ter sido expoentes de um grupo que aspirava e de certo modo tinha conseguido a ascensão social. Afinal, em um contexto em que a maioria deles não tinha situação econômica favorável, aqueles que possuíssem qualquer coisa a mais do que a média em seu grupo, fosse na forma de bens de raiz ou de escravos, deveriam se destacar de forma considerável entre a população negra.

### **Ofícios e renda**

Conhecer quais eram as ocupações de nossos personagens é importante na medida em que nos possibilita entender como eles se inseriam economicamente na sociedade e, em alguns casos, entender também como eles puderam adquirir os bens analisados na seção anterior. Além disso, no caso dos libertos, conhecer suas ocupações nos ajuda a entender de que forma conseguiram obter suas alforrias, pelo menos aquelas que foram pagas.

Infelizmente, apesar de termos analisado uma grande quantidade de documentos paroquiais e cartoriais, tais como assentos de batismo, casamento, óbito, róis de confessados, testamentos, inventários, apenas um liberto teve a profissão *explicitamente* declarada. No entanto, conforme pudemos verificar na seção anterior, foi possível, através dos bens arrolados nos inventários, especular a respeito do ofício e da renda dos libertos. Além desses documentos, utilizei as cartas de alforria como fonte para a análise das profissões exercidas por libertos, embora estas também sejam fontes lacunares: dentre as 811 cartas registradas em Porto Alegre e Viamão, apenas 32 informavam a profissão do liberto.

Conforme mencionado, encontrei o registro de apenas um liberto em que a profissão era indicada explicitamente. Refiro-me a Domingos Francisco Vila Nova, que se dizia proveniente da Costa da Guiné e que foi casado duas vezes, sendo a primeira com Mariana de Seixas, preta forra, e em segundas núpcias com Catarina de Seixas,

também preta forra. Em seu testamento, Domingos afirmou que não deixava dívidas, e que possuía duas “moradinhas de casas cobertas de capim”. Além disso, afirmou também ser barbeiro de profissão.<sup>48</sup> Além de Domingos, desconfio que Antônio Resende fosse barbeiro, uma vez que em seu inventário foram arrolados um estojo com quatro navalhas, uma tesoura e uma pedra, provavelmente usada para afiar as navalhas.<sup>49</sup> Além desses dois indivíduos, encontrei Gonçalo, ex-escravo de Manuel Antônio de Castro Guimarães, que ganhou sua alforria em 1804 pelos bons serviços prestados a seu senhor, sendo nessa ocasião apontado como mestre barbeiro.<sup>50</sup>

Mary Karasch, ao estudar o Rio de Janeiro, afirma que “uma profissão incomum do século XIX em que os escravos e libertos tinham importância era a de barbeiro-cirurgião”. Russel-Wood vai mais além e afirma que “esta profissão era praticamente monopólio de negros e mulatos”.<sup>51</sup> Na primeira metade do século XIX, assim como no XVIII, não havia separação entre o ofício de barbeiro e o de cirurgião; aqueles que cortavam cabelo nas ruas, também utilizavam sanguessugas para fazer sangrias e eliminar todo o tipo de doenças, além de sangrarem os enfermos com navalhas.<sup>52</sup> Jean Baptiste Debret, que esteve no Brasil no século XIX, presenciou a atuação desses profissionais, que eram na sua maioria ambulantes, e descreveu a sua atuação e seus instrumentos de trabalho: “um pedaço de sabão, uma bacia de cobre de barbeiro quebrada ou amassada, duas navalhas, uma tesoura”.<sup>53</sup> Segundo Debret, os barbeiros eram “numa mesma pessoa, um barbeiro hábil, um cabeleireiro exímio, um cirurgião familiarizado com o bisturi e um destro aplicador de sangue-sugas”.<sup>54</sup>

Tânia Salgado, que analisou os pedidos de licença de cirurgião provenientes da Colônia entre os anos de 1808 a 1822, afirma que 64% dos solicitantes tinham origem africana e 13% tinham origem brasileira, sendo que, dentre estes, a maioria era negra; ou seja, essa era realmente uma ocupação predominantemente negra – de escravos,

---

<sup>48</sup> AHCMPA, Testamento de Domingos Francisco Vila Nova, 1790, Livro de Testamentos de Porto Alegre, p. 39v.

<sup>49</sup> AHCMPA, Inventário de Antonio Resende.

<sup>50</sup> Banco de dados elaborado por Paulo Moreira.

<sup>51</sup> Russel-Wood, *Escravos e libertos no Brasil colonial*, p. 64; Mary Karasch, *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro - 1808-1850*, Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2000, p. 279.

<sup>52</sup> Tânia Salgado Pimenta, “Barbeiros, sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28)”, *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, V. 5, n. 2, 1998, p. 349-374.

<sup>53</sup> Jean Baptiste Debret, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, Tomo I, São Paulo, Livraria Martins, 1940, p. 149.

<sup>54</sup> Debret, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, p. 151.

libertos.<sup>55</sup> A autora também afirma que a clientela do “barbeiro que fazia as vezes de cirurgião, estava muito mais próximo da população escrava, enquanto o [...] cirurgião sem a complementação barbeiro, referia-se a um trabalho mais sofisticado, destinado aos homens livres e com recursos.”<sup>56</sup>

A respeito deste tema, é interessante destacar que Catarina Duarte, ao se encontrar enferma, chamou Inácio Loyola Pires, que carregava apenas a alcinha de cirurgião, para atendê-la.<sup>57</sup> Seria Catarina abastada o suficiente para chamar um desses profissionais? Segundo o que pude verificar através de seu inventário, podemos supor que Catarina era uma pequena agricultora, e que, além de comercializar sua produção, provavelmente também comercializava comida feita, tais como quitutes.<sup>58</sup> Ela era proprietária de uma égua, uma carroça, duas enxadas, um martelo, três peneiras, três balaios, uma atafona, um pilão, um tachinho de cobre e uma balança, todos objetos que remetem à manipulação de alimentos, provavelmente para venda. Além disso, Catarina também possuía 18 bois, animal que constituiu por muito tempo um bem importante na sociedade rio-grandense – afinal, a capitania foi construída a partir da pecuária. Helen Osório, ao analisar inventários do século XVIII no Continente, classificou como lavradores aqueles que possuíam uma média de 16 bois em sua propriedade; esses animais eram usados não apenas para corte, mas também, ainda segundo Helen, para a “prática de agricultura (quer como animal de tração para o arado ou para carros e carretas que escoavam seu excedente agrícola)”.<sup>59</sup> Portanto, possuir dezoito bois não fazia de Catarina uma pecuarista, mas sim uma agricultora que possuía bois.

Outro forro que também parece ter sido um pequeno agricultor é Antônio Resende. Em seu inventário foram arroladas cinco foices de cortar trigo, uma foice de roçar, dois machados, um par de estribos e um ferro de cortar cascos de burros.<sup>60</sup> Aparentemente, Antônio era um pequeno triticultor; naquela época, o trigo era um dos produtos mais rentáveis e exportados pela capitania do Rio Grande de São Pedro, ficando atrás apenas de produtos derivados da pecuária bovina, tais como charque, sebo

---

<sup>55</sup> Pimenta, “Barbeiros, sangradores e curandeiros no Brasil”, pp. 349-372.

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> APERS, Inventário de Catarina Duarte.

<sup>58</sup> APERS, Inventário de Catarina Duarte.

<sup>59</sup> Helen Osório, “Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825”, in Luis Alberto Grijó, Fábio Kuhn, César Augusto Barcellos Guazzelli e Eduardo Santos Neumann (orgs.), *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004, pp. 79-81.

<sup>60</sup> APERS, Inventário de Antônio Resende.

e couro. Note-se também que Porto Alegre tinha um papel importante nesse cultivo.<sup>61</sup> No anos 1781 e 1787, por exemplo, a freguesia ficou em segundo lugar na produção de trigo da capitania, atrás apenas de Rio Grande.

Além de Catarina e Antônio, encontrei outros dois libertos que tiravam o seu sustento do campo; eram eles Bento, crioulo, morador de Viamão, listado com a profissão de “campeiro”, que pagou por sua alforria, em 1769, a quantia de 105\$800 réis ao seu senhor, Estácio da Cunha Bitencourt; e a forra Bernarda, de nação angola, que também obteve sua alforria mediante pagamento de 243\$800 réis a Geraldo Gomes Jardim, em 1804, e cuja profissão foi descrita como sendo de “roceira”.<sup>62</sup>

Além de Catarina, outra preta forra, chamada Mariana Antônia de Moraes, parece ter vivido dos quitutes que produzia, uma vez que entre os seus bens estavam uma chocolateira e uma masseira. Ainda outra forra que vivia do comércio ambulante de alimentos era a crioula liberta Margarida, que ao pagar por sua alforria condicional em 1807, usou o dinheiro agenciado de suas quitandas.<sup>63</sup> Saint-Hilaire, ao passar por Porto Alegre, em 1820, reparou no comércio de rua e comparou a cidade com o Rio de Janeiro, escrevendo que, “como no Rio de Janeiro, as vendedoras são negras; algumas vendem acocadas junto à mercadoria; outras possuem barracas, dispostas desordenadamente”.<sup>64</sup> Catarina, Mariana e Margarida parecem confirmar, em Porto Alegre, essa tendência de comércio feminino de comida. Ainda no que diz respeito ao ramo alimentício, encontrei outros três libertos cuja profissão aparece ligada à alimentação, especificamente a de cozinheiro. Eram eles Afonso e Maria, ambos de 26 anos, e Rufina, de 36 anos, que conseguiram pagar por suas alforrias nos anos de 1779, 1785 e 1792, respectivamente.<sup>65</sup>

Dentre todos os forros que tiveram inventários, pude identificar indiretamente a profissão de ainda mais um liberto, Elias Gonçalves Viana. Devido aos bens nele listados - uma picadeira, dois formões de abrir buracos, um prumo com seu cordão, e um martelo - é possível inferir que Elias trabalhava como carpinteiro, assim como outros nove libertos que também tinham suas atividades ligadas à construção. Eram

---

<sup>61</sup> Santos, *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul*, p. 135.

<sup>62</sup> Banco de dados elaborado por Paulo Moreira.

<sup>63</sup> Idem.

<sup>64</sup> Saint-Hilaire, *Viagem ao Rio Grande do Sul*, p. 46.

<sup>65</sup> Banco de dados elaborado por Paulo Moreira.

eles, Manuel, Miguel e Jacinto, pedreiros, João e Luiz, calafates, Domingos, Francisco e José, carpinteiros, e Teodoro, marceneiro.<sup>66</sup>

Outras ocupações foram listadas, nas cartas de alforria, como alfaiates (Inácio e Balduino), sapateiros (Manuel José de Assunção, Antônio, Joaquim, Mateus e Lourenço), serviços domésticos (Maria, Teresa, Josefa e Praxedes), marinheiros (Sebastião e João Macena) e um canoeiro (José), além de dois tanoeiros (Acácio e Clemente) e um curtidor (Domingos).<sup>67</sup>

Além de ganhar dinheiro com tais ofícios, alguns pretos e mestiços parecem ainda ter vivido da renda de aluguéis, como era o caso de Josefa Maria da Conceição, preta forra. Ela possuía uma “morada de casas cobertas” de capim na rua do Arroio, as quais estavam “alugadas para duas mulheres solteiras, Maria Joaquina e Joana”, pelo valor de três patacas e meia cada uma, o que equivalia a 2\$240 réis por mês.<sup>68</sup> Com esse dinheiro, Josefa podia comprar, por exemplo, de acordo com estimativas de Corcino Medeiros dos Santos, um total de uma arroba de farinha de trigo, uma arroba de charque e três réstias de cebola.<sup>69</sup> Sei que Josefa morava na casa de Antônio Mina e de Maria Mina, mas não pude saber se pagava aluguel.<sup>70</sup> Caso não pagasse, podia desfrutar inteiramente de sua renda; caso pagasse, provavelmente pagaria um valor menor a Antônio e sua mulher, podendo desfrutar da diferença cobrada pelo aluguel que recebia. O fato é que nada em seu inventário, nem em seu testamento, oferece outras pistas a respeito de como ela teria conseguido acumular pecúlio suficiente para tentar comprar a alforria de seu filho, Luciano.<sup>71</sup>

De modo geral, através da análise das fontes, pude perceber que as pessoas libertas de Porto Alegre e Viamão ocupavam ofícios bastante comuns aos negros de outras capitânicas. Esses ofícios passavam por todo tipo de atividades das freguesias rurais e urbanas – envolvendo aí marinheiros e canoeiros do Guaíba, os roceiros das chácaras da vargem, as vendedoras de rua, os sapateiros, alfaiates e também os pedreiros, carpinteiros e marceneiros. O exercício desses ofícios evidencia o quanto esses indivíduos estavam integrados à sociedade de Porto Alegre e Viamão, ocupando

---

<sup>66</sup> Banco de dados elaborado por Paulo Moreira.

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> APERS, Inventário de Josefa Maria da Conceição. Cada pataca equivalia ao valor de 320 réis.

<sup>69</sup> Santos, *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul*, p. 135.

<sup>70</sup> APERS, Inventário de Josefa Maria da Conceição.

<sup>71</sup> Até a data de sua morte, Josefa ainda não havia tido sucesso em comprar a alforria de seu filho, e por isso pediu aos seus testamenteiros que o fizessem por ela. APERS, Inventário de Josefa Maria da Conceição.

ali espaços importantes, embora subalternos, e ajudando a construir a economia da região de diversas maneiras.

### **Morada na vida e na morte**

Duas questões que surgiram ao longo da pesquisa dizem respeito aos espaços geográficos que os libertos e ocupavam na freguesia, tanto quando vivos como após suas mortes, e de que maneira esses espaços refletiam suas posições na sociedade colonial porto-alegrense. Em outras palavras, é de interesse verificar se negros e mestiços moravam nas periferias da freguesia e em que locais eram enterrados, se dentro ou fora da igreja, por exemplo, e em quais igrejas.

Quando comecei esta pesquisa, eu tinha como hipótese que esses personagens viviam na periferia de Porto Alegre, e que isso seria reflexo de sua condição social subalterna. No entanto, no decorrer do trabalho, me deparei com uma realidade diferente, a de que eles viviam e ocupavam *todos* os espaços da freguesia – da margem do Guaíba à vizinhança do governador da capitania. Ou seja, não parece ter havido naquelas duas freguesias uma segregação social pronunciada. Teodósio Pires da Mota, por exemplo, morava em casa própria na Rua da Bragança (vide Mapa 2), uma das últimas ruas da freguesia, no sentido Leste. Além disso, Teodósio ainda possuía outros dois terrenos nas margens do Guaíba, no limite Sul de Porto Alegre; ou seja, todos os seus imóveis se encontravam nos limites da freguesia, na área periférica.<sup>72</sup> Em contrapartida, o forro Elias Gonçalves Viana por diversas vezes foi arrolado nos róis de confessados logo após o governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, evidenciando assim que residia também na Rua Formosa (ou da Igreja), área mais importante de Porto Alegre e onde se encontravam a Igreja Matriz e a Casa de Câmara.<sup>73</sup> No entanto, ao falecer, sua morada foi registrada como sendo na Rua do Beco, de frente para a Rua da Praia. Esta morada, apesar de próxima ao limite norte da freguesia, se situava também próxima ao porto (Rua da Praia), ou seja, próxima ao núcleo comercial de Porto Alegre.<sup>74</sup>

Quem também residia na Rua da Praia era a parda forra Lucinda da Câmara, filha de Catarina Duarte, e seu marido, Bento Teixeira da Silva. Ambos eram vizinhos

---

<sup>72</sup> APERS, Inventário de Teodósio Pires da Mota.

<sup>73</sup> AHCMPTA, Róis de Confessados de Porto Alegre, 1781 e 1782.

<sup>74</sup> APERS, Inventário de Elias Gonçalves Viana.

de Tomásia Cardoso, preta forra, e das pardas forras Úrsula Maria e Lucinda Marcelina, que também residiam nessa rua.<sup>75</sup> Outra forra que aparentemente residia na área central da freguesia era Mariana Antônia de Moraes, que possuía uma morada de casa na Rua do Cotovelo (ou da Ponte).<sup>76</sup> No entanto, não posso informar exatamente em que parte da rua ela morava, pois sua casa poderia estar situada tanto na parte central de Porto Alegre, entre as ruas da Ladeira e a Bela, como nas suas extremidades, próximo ao Guaíba ou ao Portão.

Também não sei informar se a morada de casas pertencente a Josefa Maria da Conceição, localizada em algum lugar na Rua do Arroio, se encontrava mais próxima ao porto - no trecho conhecido como dos Sete Pecados Mortais, por abrigar casas de prostituição, próxima à Rua da Igreja, onde havia vários sobrados, ou próxima ainda à Praia do Riacho, também uma região pouco valorizada.<sup>77</sup> Dependendo da parte da rua em que a casa se localizava, poderia indicar uma condição social privilegiada ou desfavorecida.

Antônio Resende, preto forro, era outro que possuía propriedades localizadas em áreas centrais da cidade - um terreno na Rua da Igreja, e outro na Rua do Arvoredo. No entanto, Antônio e sua mulher, Maria da Conceição, residiam na vargem fora do Portão, onde possuíam lavouras.<sup>78</sup> Também residiam fora do Portão o preto forro José da Encarnação e seu escravo; e ainda outra forra, chamada Teresa de Jesus, preta, solteira, e que dividia sua casa com dois filhos, Inácio e Francisco, e mais cinco escravos seus (José, Maria, Margarida, Jacinto e Isabel).<sup>79</sup>

É possível, através desses exemplos, verificar que os negros ocupavam todos os cantos de Porto Alegre, estavam na periferia, mas também nas áreas centrais da freguesia, como aliás acontecia em outras cidades escravistas brasileiras. Isso não quer dizer, no entanto, que eles não estivessem sujeitos à hierarquia social que organizava o espaço da urbe e que legava aos menos aquinhoados os terrenos menos privilegiados da freguesia ou condições de moradia inferior. Mesmo os forros que moravam em lugares melhores, como Elias Gonçalves, habitavam casas cobertas de capim, de sopapo, pequenas, com poucos móveis, denunciando suas condições precárias de moradia e a situação econômica pouco favorável em que se encontravam.

---

<sup>75</sup> AHCMPA, Rol de Confessados de Porto Alegre, 1782.

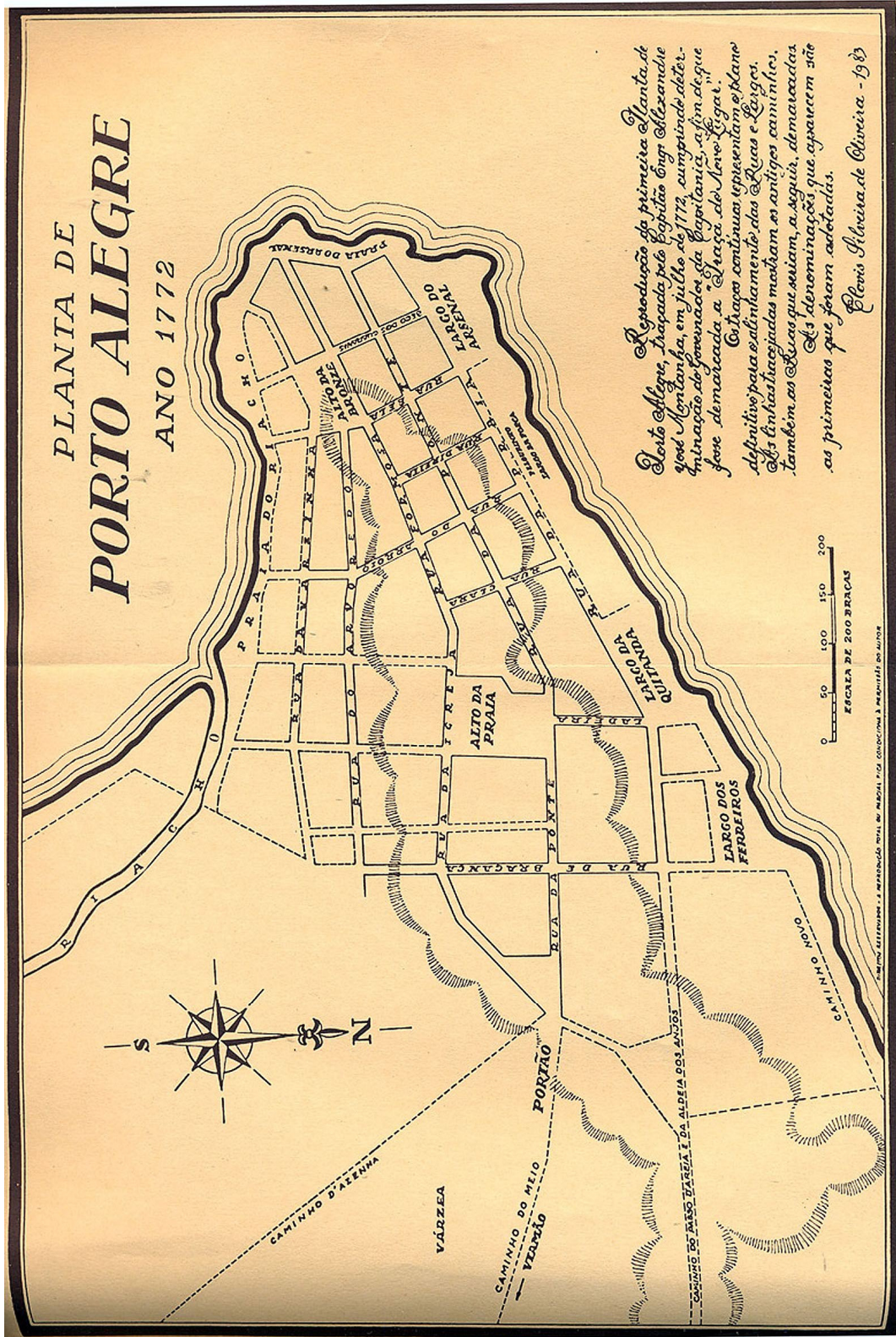
<sup>76</sup> APERS, Inventário de Mariana Antônia de Moraes.

<sup>77</sup> AHCMPA, Inventário de Josefa Maria da Conceição.

<sup>78</sup> APERS, Inventário de Antônio Resende.

<sup>79</sup> AHCMPA, Rol de Confessados de Porto Alegre de 1782.

Mapa 2 – Planta de Porto Alegre no ano de 1772



Fonte: Porto Imagem, disponível em <http://www.portoimagem.com/historia/mapa-poa-1772-a.jpg>



Se por um lado os pretos e mestiços, em vida, parecem ter ocupado diversos espaços de Porto Alegre, na morte os espaços se tornaram bem mais limitados. Daqueles que tiveram o lugar de sepultamento informado (65 indivíduos), 38,5% (25 libertos) foram sepultados em covas da Irmandade do Rosário de Porto Alegre e Viamão, 9,2% (6 forros) foram sepultados dentro da igreja, 15,4% fora da igreja e outros 36,9% (24 libertos) no cemitério.<sup>80</sup> Pelo que foi possível observar, a maioria dos libertos (40 indivíduos) foi sepultada em solo sagrado (no adro, dentro da igreja e em cova da irmandade).

Dentre os que foram sepultados dentro da igreja, cito o caso de Narcisa Ferraz Coutinho, parda forra, que morreu afogada, e foi sepultada “dentro da porta principal” (ou seja, provavelmente perto da porta principal) da igreja de Viamão em 1753, ou o caso de Gabriel, mulato forro, morto com um tiro e sepultado dentro da igreja de Viamão no mesmo ano.<sup>81</sup> Entre aqueles que foram sepultados fora da Igreja, cito os casos de Manuel Francisco, por exemplo, preto forro falecido em 1776, e José Manuel, pardo forro falecido em 1792, ambos com 40 anos, foram sepultados nas varandas – ou no adro coberto - da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Viamão.<sup>82</sup> Encontrei ainda dois casos de sepultamentos fora da igreja: o de Antônio da Silva Furtado e o de Manuel de Castro. O primeiro, morto com um tiro em 1761, foi achado apenas cinco dias após sua morte e teve de ser enterrado no local onde foi encontrado, pelo estado de decomposição de seu cadáver.<sup>83</sup> Já o pardo forro Manuel de Castro, que faleceu “de repente”, teve de ser sepultado “fora do sagrado por morrer excomungado”, em 1792, em Viamão. Não sei, porém, por que motivo ele fora excomungado, nem onde ele foi sepultado.<sup>84</sup>

A maior parte dos sepultamentos de que tivemos notícia ocorria em geral em cova da Irmandade de Rosário, e portanto dentro da Igreja, ou no cemitério de Viamão, que ficava ao lado da matriz. As Irmandades naquela época constituíam um importante espaço, tanto na vida quanto na morte dos pretos e pardos; em vida, enquanto organização social de apoio, assistência e convívio; e na morte, enquanto garantia de um enterramento perto do divino. Segundo Russel-Wood, “as irmandades eram a única

---

<sup>80</sup> AHCMPA, 1º e 2º Livros de Óbitos de Viamão.

<sup>81</sup> AHCMPA, 1º Livro de Óbitos de Viamão, fl. 97v, 10/12/1753.

<sup>82</sup> AHCMPA, 1º Livro de Óbitos de Viamão, fl. 131, 03/01/1776; 2º Livro de Óbitos de Viamão, fl. 65, 08/06/1792. Varandas era o local ao redor da igreja, como o adro, porém protegido do relento.

<sup>83</sup> AHCMPA, 1º Livro de Óbitos de Viamão, fl. 105v, 13/11/1761.

<sup>84</sup> AHCMPA, 1º Livro de Óbitos de Viamão, fl. 82v, 10/08/1772.

forma de vida comunitária legalmente a eles [escravos e libertos] permitida no período colonial”.<sup>85</sup> Patricia Mulvey explica que

essas organizações religiosas proviam uma ampla variedade de serviços sociais e atividades de ajuda mútua, as quais não eram normalmente providas pelo estado. Assim como as confrarias de brancos da península Ibérica, as irmandades de negros ofereciam certos privilégios aos seus membros. Elas prometiam a eles um sepultamento cristão digno, ajuda a dependentes em caso de morte ou doença, a reza de missas e de rosários em favor das almas dos irmãos falecidos, a manumissão de membros escravos, e o direito a participação em festivais religiosos em honras ao santo patrono da irmandade.<sup>86</sup>

No caso das irmandades do Rosário de Porto Alegre e Viamão, apesar de serem importantes espaços de sociabilidade, apenas se tratavam de local para missas, para festas devocionais e lugar de sepultamento. Ao contrário de outras irmandades dedicadas à Nossa Senhora do Rosário no resto da América portuguesa, as de Viamão e Porto Alegre não se dedicavam a comprar ou a ajudar na compra da alforria de seus irmãos.<sup>87</sup> Embora essas diferenças sejam interessantes, neste trabalho interessa analisar apenas as funções fúnebres dessas irmandades.

As irmandades de Nossa Senhora do Rosário de Viamão e de Porto Alegre, no século XVIII, não tinham sede própria, ou seja, cultuavam sua padroeira em altares secundários dentro das matrizes das duas freguesias.<sup>88</sup> O compromisso da irmandade de Viamão data de 1756 e essa confraria admitia brancos e negros. Moacyr Flores afirma que era escolhida uma negra escrava para ocupar o cargo de Rainha, que não representava uma liderança administrativa, mas apenas simbólica e política, como acontecia noutras regiões do Brasil Colônia.<sup>89</sup> Para o cargo de juiz da irmandade,

---

<sup>85</sup> Russel-Wood, *Escravos e libertos no Brasil colonial*, p. 226.

<sup>86</sup> Patrícia Mulvey, “Black Brothers and Sisters: membership in the Black Lay Brotherhoods of Colonial Brazil”, *Luso-Brazilian Review*, Vol. 17, n. 2, Winter 1980, p. 253, <http://www.jstor.org/stable/3513102>.

<sup>87</sup> Cristiane Pinto Bahy, “A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Arraial de Viamão (1780-1820): fontes primárias e perspectivas de pesquisa”, in *Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Porto Alegre, 2005, p. 6, <http://www.labhstc.ufsc.br/poa2005/16.pdf>; Russel-Wood, *Escravos e libertos no Brasil colonial*, p.68.

<sup>88</sup> A irmandade de Porto Alegre, no entanto, tornou-se rapidamente popular e, em 1832, ganhou freguesia própria na cidade de Porto Alegre. Hoje a igreja se situa na rua Vigário José Inácio, de onde parte a procissão mais importante da cidade, a de Nossa Senhora dos Navegantes.

<sup>89</sup> Moacyr Flores, *História da Igreja no Rio Grande do Sul*, [http://www.forumdaigrejacatolica.org.br/artigos/hiistoria\\_dai\\_greja\\_no\\_rs.pdf](http://www.forumdaigrejacatolica.org.br/artigos/hiistoria_dai_greja_no_rs.pdf).

segundo o que defende Cristiane Bahy, qualquer um dos irmãos (do sexo masculino) podia ser escolhido, através do voto direto dos confrades.<sup>90</sup> No entanto, a autora não analisou os cargos diretivos da entidade, ou seja, não sabemos se eles foram ocupados por brancos ou por negros.

Quanto à irmandade de Porto Alegre, não sei ao certo quando ela foi fundada, mas dado que a freguesia só foi fundada em 1772, a irmandade não poderia ser anterior a essa data. No Livro de Anuais da entidade consta que a forra Ana Maria de Brito começou a participar dela no ano de 1776, apenas quatro anos depois da fundação da freguesia de Nossa Senhora de Madre Deus de Porto Alegre, ou seja, a irmandade estava presente em Porto Alegre desde o início da freguesia. Moacyr Flores afirma que, ao contrário da irmandade de Viamão, apenas negros eram aceitos nessa confraria.<sup>91</sup> Acredito que o autor se refere à população negra e afro-descendente como um todo, pois verifiquei que pardos também participavam dessa irmandade, como era o caso de Teodósio Pires da Mota, pardo forro.<sup>92</sup> Também verifiquei que nenhum membro do grupo se declarou dirigente de nenhuma das duas irmandades; apenas declararam o desejo de serem acompanhados por seus pares e enterrados em covas das irmandades.<sup>93</sup>

Até meados do século XIX, era bastante usual que os mortos fossem enterrados dentro da igreja ou a seu redor. Segundo João Reis, “o enterro nas igrejas era visto como uma das estratégias de salvação da alma”.<sup>94</sup> Quanto mais importante ou abastada fosse a pessoa, mais perto do altar principal queria ser sepultada, pois mais próxima do altar, mais próxima do divino. Havia também aqueles que eram sepultados perto dos altares laterais, sob a proteção de seus santos de devoção. As irmandades geralmente, quando não possuíam sede própria, eram detentoras de covas dentro de igrejas matrizes ou conventuais. As irmandades de Nossa Senhora do Rosário de Viamão e Porto Alegre, por exemplo, não tinham sede própria e sepultavam seus irmãos nas matrizes de Porto Alegre e Viamão. Dos 45 assentos de óbitos de negros e pardos por nós encontrados, 19 declararam o sepultamento em covas da irmandade, ou seja, sepultamentos considerados dignos, cercados de irmãos e em solo sagrado.<sup>95</sup>

---

<sup>90</sup> Bahy, “A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos do Arraial de Viamão (1780-1820”, p. 10.

<sup>91</sup> Flores, *História da Igreja no Rio Grande do Sul*.

<sup>92</sup> APERS, Inventário de Teodósio Pires da Mota.

<sup>93</sup> APERS, Inventários de Teodósio Pires da Mota, Antônio Resende e Josefa Maria da Conceição.

<sup>94</sup> Reis, *A morte é uma festa*, p. 23.

<sup>95</sup> AHCMPA, Livros de Óbitos de Porto Alegre e Viamão.

Catarina Duarte, Teodósio Pires da Mota, Josefa Maria da Conceição, Mariana Antônia de Moraes e Antônio Resende, por exemplo, eram irmãos dessas irmandades.<sup>96</sup> No entanto, tenho registro certo de que apenas Catarina e Teodósio foram sepultados em cova da Irmandade.<sup>97</sup> É *provável* que os outros também o tenham sido - assim como foram outros 19 indivíduos que consegui identificar como sepultados em cova da irmandade -, porém, não possuo indícios documentais para sustentar essa afirmação.<sup>98</sup> Não me parece coincidência que essas pessoas, que tiveram certa projeção em seu grupo por possuírem bens, pertencessem a essas confrarias e talvez tivessem sido algum dia suas dirigentes. A distinção social que eles possuíam perante seus pares acabava por se traduzir também na hora de seus sepultamentos, quando tinham a oportunidade de serem enterrados dentro da igreja, em local reservado àqueles que pagavam os anuais da irmandade.<sup>99</sup>

Outros forros que não podiam pagar pela associação a uma irmandade, por outro lado, tinham que se contentar com o sepultamento no cemitério. Pude identificar que 23 foram sepultados no cemitério de Viamão entre os anos de 1754 e 1806.<sup>100</sup> O cemitério em questão não era tão afastado de território sagrado, - como acontecia com os cemitérios de indigentes de Salvador e do Rio de Janeiro administrados pelas respectivas Santa Casas -, pois ficava ao lado da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Viamão. No entanto, por se encontrar *fora* da igreja, esse não era um lugar nobre para sepultamentos. Pelo contrário, era um espaço destinado justamente aos menos privilegiados, àqueles libertos que não estavam associados a nenhuma irmandade e que não podiam contar com o sepultamento sequer em uma das áreas menos privilegiadas dentro da igreja. Em Porto Alegre, ao contrário de Viamão, o cemitério era usado para o sepultamento de escravos.<sup>101</sup> No entanto, achei um registro de liberto sendo sepultado lá. Trata-se de Domingos, preto forro, que faleceu em 1784.<sup>102</sup> Esse cemitério se localizava atrás da igreja e só foi desativado em 1846, por ordem do Conde

---

<sup>96</sup> APERS, Inventários de Catarina Duarte, Teodósio Pires da Mota, Josefa Maria da Conceição, Mariana Antônia de Moraes e Antônio Resende.

<sup>97</sup> APERS, Inventários de Catarina Duarte e Teodósio Pires da Mota.

<sup>98</sup> AHCMPA, Livros de Óbitos de Porto Alegre e Viamão.

<sup>99</sup> Mariana Antônia de Moraes devia 8\$000 réis à irmandade na época de seu falecimento. A dívida foi paga com a venda de seus bens e ela pôde, provavelmente, ser sepultada na cova da Irmandade. APERS, Inventário de Marina Antônia de Moraes.

<sup>100</sup> AHCMPA, Livros de Óbitos de Viamão. Não encontrei sepultamentos em cemitério em Porto Alegre no período estudado.

<sup>101</sup> AHCMPA, 1º Livro de Óbitos de Porto Alegre.

<sup>102</sup> AHCMPA, 1º Livro de Óbitos de Porto Alegre, fl 199v, 29/10/1784.

de Caxias (futuro Duque), então presidente da província, ficando a cargo da Santa Casa de Misericórdia a edificação de um novo cemitério em local despovoado da cidade, a Azenha.<sup>103</sup> Os negros e mestiços pobres da freguesia eram sepultados no adro da Igreja, ou seja, em volta do templo.<sup>104</sup> Parece-me bastante simbólico que os negros pobres não fossem sepultados dentro da igreja por conta de sua condição financeira, mas também não fossem sepultados no cemitério, devido ao estatuto de gente não-escravizada.

Assim, embora o local de moradia em vida não pareça refletir diretamente a condição social ou econômica do grupo, parece ter havido critérios sócio-econômicos para diferenciar aqueles que seriam sepultados em covas da irmandade, e portanto dentro da igreja, daqueles que o seriam nos cemitérios, no adro ou nas varandas da igreja. A hierarquia social dos vivos também ditava a hierarquia social dos mortos.

### **Relações de agregamento**

No capítulo 2 discutimos o agregamento enquanto forma de relação social; neste capítulo, discutirei essa relação sob o ponto de vista econômico, ou seja, sob o ponto de vista do trabalho e da sobrevivência. Interessa-me discutir, especificamente, as relações estabelecidas entre pretos e pardos quando agregados entre si e quando agregados com brancos livres.

*Agregado* era o termo utilizado para se referir a todo aquele que vivia na casa ou na propriedade de outra pessoa. O agregamento era uma solução para todos aqueles que não conseguiam manter-se sozinhos e que iam, então, morar com outra pessoa, ou trabalhar para alguém em troca do favor de morar em sua propriedade. Para quem os acolhia, a situação também era vantajosa, uma vez que podiam dividir despesas e contar com ajuda para o trabalho.

Pelo que pude constatar através da análise dos róis de confessados de Porto Alegre e Viamão, a maioria dos libertos vivia nos próprios fogos com suas famílias; em alguns casos, moravam com seus escravos; e raramente com agregados. Aparentemente, a maioria dos forros conseguia se sustentar e às suas famílias sem precisar estabelecer laços de dependência desse tipo com outras pessoas. No entanto, observei também que, entre o final dos anos 1770 e início da década seguinte, parece ter ocorrido uma

---

<sup>103</sup> Mauro Dillman Tavares, “Simbolizando a devoção: irmandades, cemitério e enterramentos em Porto Alegre no século XIX”, *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Vol. 5, Ano V, n. 1, Jan./Fev./Mar 2008, p. 3, [www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)

<sup>104</sup> AHCMPA, 1º Livro de Óbitos de Porto Alegre, fl.180v, 16/09/1774; fl. 184v, 30/10/1777.

migração de forros que viviam em fogos próprios para fogos de terceiros, principalmente para a propriedade de senhores brancos, nas quais eram listados como agregados (Gráfico 5). O que teria causado tal migração? Por que forros não teriam mais conseguido habitar nas próprias casas?

Corcino dos Santos, ao analisar a produção tritícola do Rio Grande de São Pedro entre 1780 e 1782, afirma que a colheita de 1782 teria sido menor que a de 1781, embora a semeadura daquele ano tivesse sido maior. Para ele, “se a semeadura foi maior e a colheita menor é porque certamente houve interferência de elementos naturais, como chuva ou alguma praga que teria destruído parte das lavouras”.<sup>105</sup> Se a hipótese estiver certa, os anos de 1780 e 1781 teriam sido especialmente difíceis para os habitantes do Continente. Se algum fenômeno natural interferiu na produção pecuária e agrícola, os primeiros a sofrer seriam justamente aqueles que não tivessem bens para liquidar numa fase econômica desfavorável. Conforme pudemos observar neste capítulo, a maioria dos forros se encaixariam nessa categoria de indivíduos com poucos bens. Assim, a procura de uma casa ou propriedade de outrem que pudesse abrigá-los, em troca de trabalho ou de um aluguel mais acessível, pode ter sido a solução encontrada.

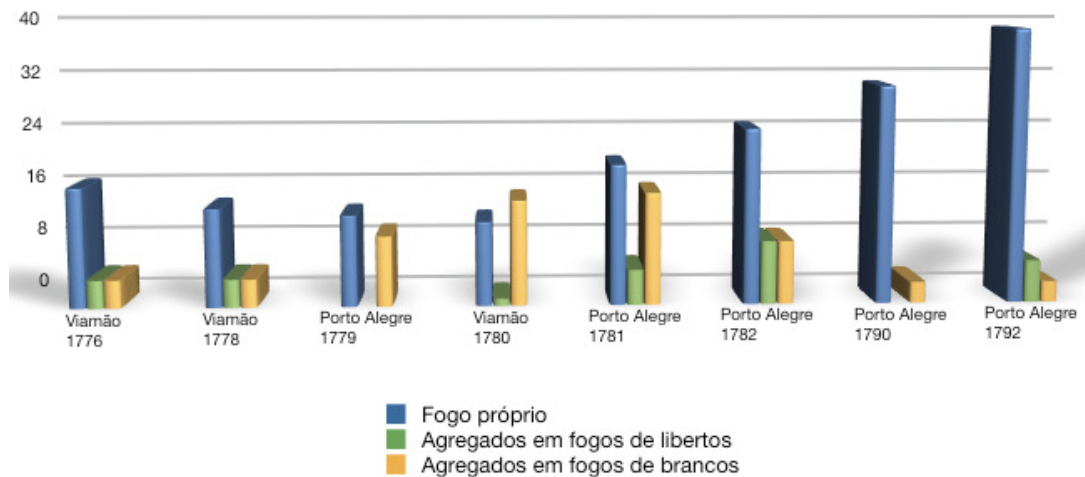
Para aqueles que abrigavam os agregados, em contrapartida, poderia ser um alívio poder contar com mão-de-obra adicional sem que para isso fosse preciso comprar mais escravos, que custavam na época em média 110\$268 réis.<sup>106</sup> Afinal, quem agregava podia contar com um trabalhador negro, liberto ou livre, pagando bem pouco, ou nada, em troca de teto e comida.

---

<sup>105</sup> Santos, *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul*, p. 96.

<sup>106</sup> Santos, *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul*, p. 118.

**Gráfico 5 – Libertos em fogos próprios ou como agregados em fogos de terceiros – Porto Alegre e Viamão (1776-1792)**



Fonte: AHCMPA, Róis de confessados de Viamão de 1776, 1778 e 1780, e de Porto Alegre de 1779, 1781, 1782, 1790 e 1792.

Para os negros e pardos que abrigavam outros forros, o agregamento também pode ter sido uma solução benéfica, uma vez que dividir o aluguel de uma casa, por exemplo, sairia mais em conta para ambos. A relação entre a preta forra Luciana Muniz, por exemplo, listada como cabeça do fogo, e os forros Inácia e Inácio, registrados como agregados, parece ter sido muito mais de cooperação do que de troca desigual.<sup>107</sup> Parece tratar-se de um tipo de agregamento com motivos relativamente opostos, por exemplo, aos observados na relação que o preto Garcia de Sousa mantinha com seus agregados, José e João Francisco, pretos forros, e com o forro Agostinho. Todos esses agregados foram listados junto com os quatro escravos de Garcia, o que indica certa homologia entre uns e outros. Por outro lado, Garcia tinha ainda outro preto forro listado como agregado em seu fogo; este, porém, de nome Antônio Vicente, foi arrolado logo após os nomes de Garcia e de sua mulher, Luzia, indicando portanto uma relação mais próxima.<sup>108</sup> Ou seja, enquanto Antônio Vicente e sua esposa Francisca parecem ter sido agregados relativamente próximos de Garcia e Luzia, possivelmente até dividindo o mesmo teto, a relação mantida com os agregados José, João Francisco e Agostinho parece ter sido bem mais ligada à troca de serviços por moradia ou remuneração, constituindo, portanto, uma relação de caráter primordialmente econômico. Note-se, no entanto, que a opção de agregar-se a outro negro não parece ter sido a primeira escolha

<sup>107</sup> AHCMPA, Rol de Confessados de Porto Alegre de 1792.

<sup>108</sup> AHCMPA, Rol de Confessados de Porto Alegre de 1782.

daqueles forros – na verdade, parece ter sido a última. Pelo que pude observar, a primeira opção contemplada era a de viver sozinhos ou com familiares; a segunda, de se abrigar na casa de um senhor branco; e, em último caso, a de viver com um igual como agregado. Talvez a estabilidade que um senhor branco pudesse oferecer (além da capacidade de proteção, da relação paternalista, da maior remuneração etc) pesasse na hora de escolher com quem se agregar; ou, ainda, a opção de se agregar a um outro liberto ou livre de cor talvez fosse limitada devido ao reduzido número de forros com condições mínimas para abrigar outra pessoa sob o mesmo teto.

Conforme pudemos observar neste capítulo, poucos pretos e pardos tinham boas condições financeiras, no sentido de possuírem bens e escravos. Apenas seis forros, de um total de 455, tiveram inventário, e apenas 33 possuíram escravos. Essa condição econômica parece ter se evidenciado também na hora da morte, quando apenas aqueles com algum poder aquisitivo puderam ser enterrados em local privilegiado, os mais pobres sendo relegados ao sepultamento no cemitério, a emoldurar assim para a eternidade suas condições sociais. Pudemos observar, também, que os libertos ocupavam, em vida, todos os cantos da freguesia com suas moradias. Além disso, a maioria deles vivia em fogo próprio. Porém, mesmo com esse tipo de independência, a maioria dos forros ainda vivia no limite da sobrevivência, precisando muitas vezes se coligar com outrem para enfrentar ou suportar as dificuldades. Assim, portanto, era a situação econômica dos libertos de Porto Alegre e Viamão: uns poucos remediados, a maioria muito pobre e alguns miseráveis.



## CONCLUSÃO

Nesta dissertação procurei apresentar importantes aspectos da vida dos libertos de Porto Alegre e Viamão no final do século XVIII e início do XIX. Analisei o perfil demográfico, as relações familiares e sociais e a situação econômica desse grupo. Além disso, discuti algumas trajetórias de vida de alguns desses indivíduos que ajudaram a construir a história daquela região.

Entre os principais resultados da dissertação está a constituição de um perfil demográfico de libertos, a partir do qual constatei que a maioria era constituída por mulheres, apesar de a maioria dos escravos ser constituída de homens. Além disso, por ser o Rio Grande do Sul um território de ocupação recente, pude verificar que a maioria dos libertos tinha origem africana, ao contrário de outras partes mais antigas do Brasil, onde os crioulos eram maioria. Apesar dos africanos da região Centro-Occidental africana serem a maioria entre os libertos, verifiquei que eram os provenientes da região Occidental da África aqueles que conseguiam mais alforrias. Além disso, constatei que a maioria dos libertos se encontrava em idade fértil e produtiva, o que indica, para os escravos, que não adquiriam a liberdade quando já se preparavam para a morte.

No que diz respeito às relações sociais, encontrei um alto índice de matrimônios – 73% dos libertos haviam se casado – e também um alto índice de endogamia, principalmente entre os pretos forros. Verifiquei que os pardos tiveram mais possibilidades de se unir a pessoas com estatuto melhor que o seu; por outro lado, foram os pretos e os crioulos que tiveram mais oportunidades de se casar. Possivelmente, face às barreiras sociais impostas pela sociedade colonial, esses indivíduos parecem ter encontrado na endogamia o refúgio para a rejeição da parte de possíveis parceiros pertencentes a estatutos e condições sociais melhores que as suas. Por outro lado, os casamentos endogâmicos pareciam também servir para estreitar os laços étnicos e culturais de grupo, o que fica bem evidente na tendência entre os indivíduos de nação benguela e angola, por exemplo, de contraírem matrimônio entre si.

Em relação a outro pilar da constituição familiar, os filhos, pude constatar que poucas mulheres libertas os tiveram, e que aquelas que tiveram deram a luz a apenas uma criança, na sua maioria. Além disso, verifiquei que a maioria dos forros preferiu padrinhos brancos para batizar seus filhos, aderindo portanto a uma estratégia de paternalismo, dependência e, com sorte, ascensão social.

Em relação à situação econômica de libertos, constatei que a grande maioria era constituída de despossuídos – identifiquei muito poucos forros possuidores de bens e de escravos. Apenas 1,3% dos libertos analisados tiveram bens inventariados e apenas 7% possuíam escravos. No entanto, dizer que a maioria dos forros era despossuída não significa dizer que vivessem na miséria, uma vez que identifiquei poucos registros que denunciavam tal situação econômica extrema. De fato, acredito que a maioria dos membros do grupo, apesar de desprovida de bens, conseguia se manter economicamente. Porém, em tempos de crise e de vulnerabilidade econômica, muitos migravam para fogos de brancos e de outros forros, constituindo relações de agregamento que, em alguns casos, acabavam indo além de uma relação puramente econômica e se constituindo numa relação de solidariedade e cooperação. Além disso, constatei que apesar de suas precárias condições de moradia, os libertos pareciam ocupar todos os cantos da freguesia de Porto Alegre, ou seja, o lugar de moradia não parecia refletir suas condições sociais, mas sim o tipo de moradia em que moravam, em geral de sopapo coberta de “capim”. Na hora da morte a diferenciação social tornava-se mais clara: poucos espaços funerários privilegiados foram destinados aos negros libertos, cabendo apenas àqueles com melhores condições econômicas os melhores lugares em solo sagrado.

A cor da pele e o estatuto social parecem ter se imposto muitas vezes, como limitadores da ascensão social. No entanto, apesar dessas limitações, os libertos souberam driblar as dificuldades, construindo laços solidários que parecem ter fortalecido a identidade de grupo através de casamentos entre pessoas de mesma origem étnica ou do apadrinhamento de crianças cujos pais tivessem essa mesma origem, ou da associação a irmandades religiosas. Além disso, constatei também que alguns conseguiram ascender economicamente a ponto de se tornarem referência dentro do grupo.

Para além de todas essas conclusões, no entanto, gostaria de destacar aquela que entendo como a de maior importância: a de que esses pretos, pardos e crioulos, até então anônimos, foram personagens fundamentais na formação da sociedade rio-grandense. Até onde minha revisão bibliográfica apontou, este é o primeiro trabalho dedicado a analisar especificamente esse grupo social no período colonial rio-grandense. Espero ter contribuído, com este trabalho, para o reconhecimento do papel do negro liberto na história do Rio Grande do Sul.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **I - Fontes impressas**

MOREIRA, Paulo Staudt; e TASSONI, Tatiani de Souza. *Quem com seu trabalho nos sustenta: cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre, EST Edições, 2007.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Erus, 1987.

### **II - Fontes manuscritas**

*Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre*

AHCMPA, 1º Livro de Batismos de Viamão. Documento não catalogado.

AHCMPA, 2º Livro de Batismos de Viamão. Documento não catalogado.

AHCMPA, 1º Livro de Óbitos de Viamão. Documento não catalogado.

AHCMPA, 2º Livro de Óbitos de Viamão. Documento não catalogado.

AHCMPA, 1º Livro de Batismos de Porto Alegre. Documento não catalogado.

AHCMPA, 1º Livro de Óbitos de Porto Alegre. Documento não catalogado.

AHCMPA, 1º Livro de Matrimônios de Porto Alegre. Documento não catalogado.

AHCMPA, 2º Livro de Matrimônios de Porto Alegre. Documento não catalogado.

AHCMPA, 3º Livro de Matrimônios de Porto Alegre. Documento não catalogado.

AHCMPA, Livro de Anuais da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre. Documento não catalogado.

AHCMPA, Processo Eclesiástico, Prisão por má conduta de Joana Maria, preta forra, 1779. Documento não catalogado.

AHCMPA, Processo Matrimonial de Francisco da Costa Pinto e Joana Maria de Jesus, preta forra, Viamão, 6 de outubro de 1769. Documento não catalogado.

AHCMPA, Róis de Confessados de Viamão, 1756. Documento não catalogado.

AHCMPA, Róis de Confessados de Viamão, 1757. Documento não catalogado.

AHCMPA, Róis de Confessados de Viamão, 1776. Documento não catalogado.

AHCMPA, Róis de Confessados de Viamão, 1778. Documento não catalogado.

*AHCMPA*, Róis de Confessados de Viamão, 1780. Documento não catalogado.

*AHCMPA*, Róis de Confessados de Porto Alegre, 1779. Documento não catalogado.

*AHCMPA*, Róis de Confessados de Porto Alegre, 1780. Documento não catalogado.

*AHCMPA*, Róis de Confessados de Porto Alegre, 1781. Documento não catalogado.

*AHCMPA*, Róis de Confessados de Porto Alegre, 1782. Documento não catalogado.

*AHCMPA*, Róis de Confessados de Porto Alegre, 1790. Documento não catalogado.

*AHCMPA*, Róis de Confessados de Porto Alegre, 1792. Documento não catalogado.

*AHCMPA*, Róis de Confessados de Porto Alegre, 1797. Documento não catalogado.

*AHCMPA*, Testamento de Domingos Francisco Vila Nova, 1790, Livro de Testamentos de Porto Alegre, p. 39v. Documento não catalogado.

*Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*

*APERS*, Inventário de Antônio Xavier Cavalcante, 1779, 1º Cartório de órfãos e ausentes de Porto Alegre, n. 72, maço 7.

*APERS*, Inventário de Antônio Resende, 1808, 1º Cartório de órfãos e ausentes de Porto Alegre, n. 382, maço 19. (Testamento incluso).

*APERS*, Inventário de Catarina Duarte, 1780, 2º Cartório de cível e crime de Porto Alegre, n. 9, maço 1.

*APERS*, Inventário de Elias Gonçalves Viana, 1801, 1º Cartório de órfãos e ausentes de Porto Alegre, n. 265, maço 14.

*APERS*, Inventário de Inácio Paes de Siqueira, 1806, 1º Cartório de órfãos e ausentes de Porto Alegre, n. 341, maço 17. (Testamento incluso).

*APERS*, Inventário de Josefa Maria da Conceição, 1796, 2º Cartório de cível e crime de Porto Alegre, n. 38, maço 2. (Testamento incluso).

*APERS*, Inventário de Mariana Antônia de Moraes, 1788, 1º Cartório de órfãos e ausentes de Porto Alegre, n. 143, maço 10.

*APERS*, Inventário de Teodósio Pires da Mota, 1803, 2º Cartório de cível e crime de Porto Alegre, n. 55, maço 3. (Testamento incluso).

*APERS*, Livro de transmissões, n. 9, 1785-1786, 1º Tabelionato de Porto Alegre.

### III – Livros, artigos, dissertações e teses

ABREU, Jean Luiz Neves. “Das enfermidades e dos saberes sobre o corpo dos africanos no Brasil: historiografia, práticas e apropriações”, *História e perspectivas*, n. 32/33, jan.jul./ago.dez.2005, pp. 179-194.

ALADRÉN, Gabriel. “Ascensão econômica de libertos no Rio Grande de São Pedro do Sul: o caso do preto forro Pedro Gonçalves, início do século XIX”. In ANAIS da VII Jornada Setecentista. Curitiba, set./2007. [http://people.ufpr.br/~vii\\_jornada/ALADREN\\_Gabriel.pdf](http://people.ufpr.br/~vii_jornada/ALADREN_Gabriel.pdf)

AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa*. 5ª Ed, Rio de Janeiro, Editora Delta, 1986.

BAHY, Cristiane Pinto. “A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Arraial de Viamão (1780-1820): fontes primárias e perspectivas de pesquisa”. In ANAIS do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre, 2005. <http://www.labhstc.ufsc.br/poa2005/16.pdf>

BAKOS, Margaret M. *RS: Escravidão e Abolição*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

BARTH, Frederik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In POUTIGNAT, Phillipe e STREIFF-FERNART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo, UNESP, 1995, pp. 185-227.

BELLINI, Ligia. “Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria”. In REIS, João José. (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, CNPq, 1988, pp. 73-86.

BERND, Zila e BAKOS, Margaret M. *O Negro: consciência e trabalho*. 2ª Ed, Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

BERTIN, Elnice. “africanos livres emancipados e a experiência da liberdade controlada”. In ANAIS do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Colonial. <http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/21.pdf>

\_\_\_\_\_. *Alforrias na São Paulo do século XIX*. São Paulo, FFLCH da USP/Humanitas, 2004.

BERUTE, Gabriel Santos. “Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-c. 1825”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

CESAR, Guilhermino. “A colonização açoriana”. In HISTÓRIAS do Rio Grande do Sul (Período Colonial). Porto Alegre, Globo, 1970, pp. 125-136.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

DEL Priore Mary. “Criança e Crianças: história e memória em quinhentos anos de Brasil”. In ANAIS do Seminário de Tropicologia, Recife: [s.n.], 1999. [www.fundaj.gov.br/docs/tropico/semi/trop99](http://www.fundaj.gov.br/docs/tropico/semi/trop99).

DO ESCRAVO a liberto: um difícil caminho. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1988.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. “Mulheres forras – riqueza e estigma social”. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 5, n. 9, jul. 2000, pp. 65-92.

FIGUEIREDO, Betânia. G. “Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX”. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, Vol. 2, jul.-out. 1999, pp. 277-291.

FLORENTINO, Manolo. “Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa”. *Topói*, dezembro 2002, pp. 9-40.

\_\_\_\_\_. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro – séculos XVIII e XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_ e GÓES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1850*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

FLORES, Moacyr. *História da Igreja no Rio Grande do Sul*. [http://www.forumdaigrejacatolica.org.br/artigos/hiistoria\\_dai\\_greja\\_no\\_rs.pdf](http://www.forumdaigrejacatolica.org.br/artigos/hiistoria_dai_greja_no_rs.pdf).

FONER, Eric. *Nada além da liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de História do Rio Grande do Sul*. 4 ed., Porto Alegre, Livraria Sulina Editora, 1968.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 4 ed., Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

GINZBURG, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, pp. 169-178.

\_\_\_\_\_. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6. ed., São Paulo, Editora Ática, 1992.

GROSSI, Ramon Fernandes. “Dos físicos aos barbeiros: aspectos da profissão médica nas minas setecentistas”. *História & Perspectivas*, n. 29 e 30, Jul./Dez. 2003, Jan./Jun. 2004, pp. 255-282.

GUDEMAN, Stephen e SCHWARTZ, Stuart. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”. In REIS, João José. (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, CNPq, 1988, pp. 33-59.

GUTERRES, Letícia Batistella Silveira. “Para além das fontes: im/possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos: (Santa Maria - 1844-1882)”. (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, 2005).

KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro - 1808-1850*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2000.

KÜHN, Fábio. “Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII”. (Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2006).

\_\_\_\_\_. “Gente da fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII”. In GRIJÓ, Luis Alberto. KÜHN, Fábio. GUAZZELLI, César Augusto Barcellos e NEUMANN, Eduardo Santos (orgs.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004, pp. 47-74.

LAW, Robin. “Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo ‘mina’”. *Tempo*, n. 20, Vol. 10, jan. 2006, pp. 109-131. (Dossiê África).

LAYTANO, Dante de. “O negro no Rio Grande do Sul”. *Estudos Ibero-Americanos*, V. XX, n 1, Jul./1995, pp. 119-160.

LEPETIT, Bernard. “Sobre a escala na história”. In REVEL, Jacques. (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas, 1998, pp. 75-102.

LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-história”. In BURKE, Peter. *A escrita da História*. São Paulo, Unesp, 1992, pp. 133- 161.

LEWKOWICZ, Ida. “Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII”. *Revista Brasileira de História*, n. 17, 1989, pp. 101-114.

LIBBY, Douglas Cole e PAIVA, Clotilde Andrade. “Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d’El Rey em 1795”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Vol. 17, n. 1/2, jan./dez. 2000.

LIMA, Carlos. “Além da hierarquia: famílias negras e casamento em duas freguesias do Rio de Janeiro (1765-1844)”. *Afro-Ásia*, n. 24, 2000, pp. 129-164.

LIMA, Solimar O. “‘Retrato falado’: o escravos em processos criminais – RS: 1818-1833”. In FLORES, Moacyr. (org.). *Negros e índios: história e literatura*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1994, pp. 209-219.

MAESTRI, Mário. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1993. (Síntese universitária; 31).

MAMIGONIAM, Beatriz. “Do que ‘o preto mina’ é capaz: etnia e resistência entre africanos livres”. *Afro-Ásia*, n. 24, 2000, pp. 71-95.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1992.

\_\_\_\_\_. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 2001.

\_\_\_\_\_. *Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX: uma fonte para o estudo de mentalidades*. Salvador, Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1979.

MÓL, Cláudia Cristina. “Na vitrine colonial: modelos, tecidos, cores e jóias, registrados nos inventários de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, expõem o antigo hábito de usar moda para ostentar riqueza”. *Nossa História*, Ano 2, n. 23, Set, 2005.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Faces da liberdade, máscaras do cativo: experiências de liberdade e escravidão, percebidas através das cartas de alforria – Porto Alegre (1858 – 1888)*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1996. (Coleção História, 12).

\_\_\_\_\_. “Joana Guedes, uma Mina de Jesus: trajetórias africanas, do cativo a liberdade”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2005, [En línea], Puesto en línea el 20 jun 2005. <http://nuevomundo.revues.org/index1039.html>.

\_\_\_\_\_. “Lealdades compartilhadas: alforrias, etnicidades e família na sociedade escravista meridional (Porto Alegre – 1748-1888)”. *História Unisinos*, Vol. 11, n. 3, set-dez. 2007, pp. 374-377.

MULVEY, Patricia A. “Black Brothers and Sisters: membership in the Black Lay Brotherhoods of Colonial Brazil”. *Luso-Brazilian Review*, Vol. 17, n. 2, Winter 1980, pp. 253-279. <http://www.jstor.org/stable/3513102>.



NASCIMENTO, Mara Regina do. “As irmandades no meio urbano: práticas funerárias e religiosidade entre os leigos. Porto Alegre, século XIX”. In ANAIS do XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005. <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/Mara%20Regina%20do%20Nascimento.pdf>.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. *O liberto: seu mundo e os outros, Salvador, 1790-1890*. São Paulo, Corrupio, [Brasília, DF], CNPq, 1988.

\_\_\_\_\_. “Viver e morrer no meio dos seus”. *Revista da USP*, n. 28, Dez./Fev./95/96, pp. 174-193.

OLIVEIRA, Vinícius Pereira. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre, EST Edições, 2006.

OSÓRIO, Helen. “Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825”. In GRIJÓ, Luis Alberto. KÜHN, Fábio. GUAZZELLI, César Augusto Barcellos e NEUMANN, Eduardo Santos (orgs.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004, pp. 75-90.

PESAVENTO, Sandra. “A construção de uma Porto Alegre imaginária – uma cidade entre a memória e a história”. In GRIJÓ, Luis Alberto. KÜHN, Fábio. GUAZZELLI, César Augusto Barcellos e NEUMANN, Eduardo Santos (orgs.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004, pp. 179-208.

PETIZ, Silmei De Sant’Ana. “Caminhos cruzados: senhores e escravos da fronteira oeste do Rio Grande”. In ANAIS do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba, 2009, <http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/SilmeiSantAnaPetiz.pdf>.

PIMENTA, Tânia Salgado, “Barbeiros, sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28)”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 1998, pp. 349-374.

REIS, João J. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. “Nos achamos em campo a tratar da liberdade’: a resistência negra no Brasil oitocentista”. In MOTA, Carlos Guilherme. (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. 2. Ed, São Paulo, Editora SENAC São Paulo, 2000, pp. 241-263.

\_\_\_\_\_. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Ed. rev. e ampl., São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. GOMES, Fávio. CARVALHO, Marcus. “África e Brasil entre margens: aventuras e desventuras do africano Rufino José Maria”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Vol. 26, n. 2, 2004, pp. 257-302.

\_\_\_\_\_. SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência escrava no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

REVEL, Jacques. "Microanálise e construção do social". In REVEL, Jacques. (org.) *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas, 1998, pp. 15-38.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. "Black and Mulatto Brotherhoods in Colonial Brazil: A Study in Collective Behavior". *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 54, n. 4, Nov. 1974, pp. 567-602. <http://www.jstor.org/stable/2512891>

\_\_\_\_\_. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul. Século XVIII*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1984.

SCHANTZ, Ana Paula D. "Mulheres libertas e livres de cor em Porto Alegre e Viamão, Rio Grande de São Pedro (1747-1808)". In ANAIS do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis, 2007. <http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/7.7.pdf>

SCHERER, Jovani de Souza. "Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX". (Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008).

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, EDUSC, 2001. (Coleção História).

\_\_\_\_\_. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. "The manumission of Slaves in Colonial Brazil: Bahia, 1684-1745", *Hispanic Historical Review*, vol. 54, n. 4 (1974), pp. 603-35.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Maciel Henrique. "Delindra Maria de Pinho: uma preta forra de honra no Recife da primeira metade do séc. XIX". *Afro-Ásia*, n. 32, 2005, pp. 219-240.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Luís Carlos. *O "povo de cam" na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2007.

TAVARES, Mauro Dillman. “Simbolizando a devoção: irmandades, cemitério e enterramentos em Porto Alegre no século XIX”. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Vol. 5, Ano V, n. 1, Jan./Fev./Mar 2008. [www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)

TERRA, Eloy. *As ruas de Porto Alegre*. Porto Alegre, AGE Editora, 2001.

XAVIER, Regina. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas, Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

ZANETTI, Valéria. *Calabouço urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860)*. Passo Fundo, UPF, 2002. (Malungo 6).